

As sociedades modernas

Capítulo 43

A. passagem do feudalismo ao capitalismo

No capitalismo, definem-se as relações assalariadas de produção; há a nítida separação entre os detentores dos meios de produção (capital) e os que só possuem o trabalho. O capitalismo também se caracteriza por: produção para o mercado, trocas monetárias, organização empresarial e espírito de lucro.

1. Fases do capitalismo

Dos fins da Idade Média até hoje, o capitalismo passou por quatro fases bem distintas:

1. **Pré-capitalismo** — Período da economia mercantil, séculos XII a XV, em que a produção se destina a trocas e não apenas a uso imediato. Não se generalizou o trabalho assalariado; predominavam trabalhadores independentes que vendiam o produto de seu trabalho, mas não seu trabalho. Os artesãos eram donos de suas oficinas, ferramentas e matéria-prima. Trabalhadores sem meios de produção, obrigados a produzir mediante pagamento diário (*jornaleiros*), só apareciam nos centros mais desenvolvidos.

2. **Capitalismo comercial** — Entre os séculos XVI e XVIII, apesar de predominar o produtor independente (artesão), generaliza-se o trabalho assalariado. A denominação “comercial” se relaciona ao fato de existir preponderância

do capital mercantil sobre a produção. Esta se subordinava ao capital comercial. A maior parte do lucro concentrava-se na mão dos comerciantes, intermediários, não na mão dos produtores. Lucrava mais quem comprava e vendia a mercadoria, não quem a produzia. Por isso, o capital se acumulava na circulação (comércio), não na produção (indústria). A fase *primitiva* do processo de acumulação de capital permitiria a Revolução Industrial.

3. **Capitalismo industrial** — Tem início na segunda metade do século XVIII na Inglaterra. O capital acumulado na circulação de mercadorias é investido na produção; o capital industrial domina o conjunto da produção, inclusive distribuição e circulação. O trabalho assalariado se instala, em prejuízo dos artesãos, separando claramente os possuidores de meios de produção e o exército de trabalhadores. O processo se espalha por Europa, América do Norte e Ásia no século XIX; e ganha o mundo no século XX, quando numerosas nações passam a lutar para atingir a condição de país industrializado.

4. **Capitalismo financeiro** — Fase atual. Delineou-se em fins do século XIX e cristalizou-se no século XX: o sistema bancário e grandes corporações financeiras tornam-se dominantes e passam a controlar as demais atividades — indústria, comércio, agricultura e pecuária. As empresas concentram-se, tornam-se cada vez mais poderosas, assumem dimensão internacional: são as multinacionais. Considerando a concentração do capital, com a formação de empresas tentaculares, também chamamos esta fase de capitalismo *monopolista*.

2. Origem do pré-capitalismo

A emergência do capitalismo relaciona-se à crise do feudalismo, que deu sinais de esgotamento em fins do século XI em razão, basicamente, do descompasso entre as necessidades crescentes da nobreza feudal e a estrutura de produção, assentada no trabalho servil. Crescia o número de senhores, parcela não-produtiva, pois vivia das contribuições dos servos. Estes não tinham interesse em aumentar a produção; as técnicas de cultivo estagnaram. Os senhores feudais aumentaram as já pesadas obrigações servis, causando fuga generalizada dos feudos. Os senhores diminuíram suas despesas, apelando para o deserdamento dos filhos mais novos, que caíram nas estradas em busca da sobrevivência.

A marginalização nas camadas servis e senhoriais criou o exército de homens disponíveis para as Cruzadas. Engrossadas graças ao sentido religioso da época, elas representavam também uma válvula de escape para as tensões sociais. Foram a primeira grande expansão territorial da Europa depois do recuo medieval. As Cruzadas dinamizaram as atividades de troca ao reabrir o Mediterrâneo, que os muçulmanos haviam fechado no século VIII. Os saques puseram muita moeda para circular. Cidades italianas importavam produtos orientais. Surgiram as *companhias mercantis*, formadas pela associação de comerciantes (acionistas), que investiam capital na compra de barcos e mercadorias, cujos lucros eram repartidos. O medo ao desconhecido foi substituído pelo espírito de risco, aventura. Nascia o espírito capitalista.

O impacto sobre o feudalismo foi fulminante, já que o sistema tinha potencialidade mercantil, isto é, a possibilidade de desenvolvimento do comércio em seus limites. Senhores foram estimulados a consumir novos produtos e, para tanto, foram obrigados a aumentar suas rendas, produzindo para o mercado urbano. Precisaram, então, mudar as relações servis, transformando os servos em homens livres, que arrendavam as terras com base em contratos.

O resultado global foi o surgimento de numerosas rotas de comércio. Preponderaram as marítimas e fluviais, pois as terrestres apresentavam riscos elevados. Formou-se um anel comercial que tendia a expandir-se, integrando rotas secundárias. O ponto nervoso era o condado de Champagne, centro do comércio internacional da

época. As feiras medievais ganharam novo dinamismo. Foram perdendo o caráter temporário, estabilizaram-se, transformaram-se em centros permanentes, as cidades mercantis.

3. Burgueses e artesãos

Ansiosos pela proteção dos castelos, os *burgueses*, ali se reuniam os comerciantes, vindos em maioria das camadas marginalizadas pela crise do sistema feudal. Por isso se chamavam *burgueses*, classe social básica para a transformação do capitalismo. Os burgueses compravam dos senhores feudais os direitos para tocar suas atividades. Para proteger seus interesses, organizavam-se em associações, as *guildas*. Os artesãos se organizaram em *corporações*, que defendiam seus membros da concorrência externa e fiscalizavam a qualidade e o preço dos produtos.

Os artesãos da mesma profissão trabalhavam na mesma rua, em oficinas de portas abertas, para que os fregueses pudessem inspecionar o produto ou serviço. Matéria-prima e ferramentas pertenciam ao artesão, um *mestre* na sua especialidade. Filhos ou outros parentes ajudavam mediante pagamento: eram os *oficiais*, que passavam pela fase de *aprendiz*, em geral de sete anos.

Nas cidades maiores, onde a indústria de seda ou lã era desenvolvida, os mestres contratavam diaristas que recebiam por jornada: eram os *jornaleiros*, antecessores dos modernos assalariados, que se tornariam numerosos a partir do século XVI.

Questões propostas

1. Que condições se definem plenamente no capitalismo?
2. Quais as principais fases do capitalismo?
3. Destaque os principais pontos do pré-capitalismo, resumindo: expansão européia; reabertura do Mediterrâneo; circulação de produtos; feiras; associações de comerciantes e artesãos.
4. Onde surgiram os primeiros jornaleiros? Que significaram eles?

Capítulo 44

A formação das monarquias nacionais

A condição fundamental para o processo de formação das monarquias nacionais foi a crise do feudalismo, que enfraqueceu o poder local da nobreza, abrindo espaço para a ação política dos reis.

Em condições desfavoráveis, como as do século XIV, quando a peste matou de um terço a metade da população europeia, a opressão sobre os servos crescia, por causa da escassez de mão-de-obra. O resultado foram as numerosas revoltas camponesas, as *jacqueries*. A nobreza socorreu-se do rei, que surgiu como articulador da aristocracia contra as massas; este fato também contribuiu para a centralização do poder.

1. Origem da monarquia nacional

O poder do rei tornou-se nacional quando se estendeu sobre toda a *nação*, definida durante a Idade Média como unidade lingüística, religiosa, cultural e histórica, com base num território. Para tanto, o poder real precisava superar poderes sobreviventes da Idade Média: o *particularismo*, o poder local, individual, exercido pelos senhores ou pelas cidades; e o *universalismo*, o poder do papado e do Sacro Império. O papado gozava de prestígio internacional, tinha tribunais próprios, não pagava imposto, recolhia contribuições e se atribuía o direito de intervir nos assuntos nacionais. O Sacro Império julgava-se herdeiro das tradições universais do Império Romano, igualmente com direito de intrometer-se nos assuntos nacionais.

O desenvolvimento comercial e urbano também favorecia a centralização. A nova classe social ligada ao comércio tinha interesse econômico na *unificação nacional*, com a uniformização de pedágios, pesos e medidas, moedas, leis, enfim, condições para a conquista do mercado internacional. Para a burguesia, centralização do poder era um meio de atingir a unificação. Mais razões teve a burguesia de abrir mão de seus

privilégios em favor do rei quando, com a crise de retração do século XIV, a pequena burguesia dos artesãos passou a contestar o próprio poder burguês nas cidades.

Além do mais, a crise de crescimento do século XV só poderia ser resolvida com a incorporação de novos mercados e novas rotas; e só o rei, reunindo recursos de toda a nação, poderia bancar empreendimento tão grandioso quanto a expansão comercial e marítima.

Outras condições complementares podem ser lembradas: a tradição de hereditariedade do poder real, consolidada na Idade Média; o movimento universitário, que criou um corpo de legistas capazes de legitimar o poder real; o desenvolvimento do individualismo com o Renascimento, que criou a imagem de um rei representante e protetor da nação: o rei encarnava o ideal nacional.

2. Mecanismos de centralização

Para exercer o poder, o rei precisava monopolizar três elementos: a *força*, a *tributação* e a *justiça e administração*. Com apoio inicial da burguesia e de habitantes dos domínios reais, foi possível organizar forças militares mercenárias. Com a *infantaria*, que representou a democratização das forças armadas, e as *milícias urbanas*, formou-se o quadro da nova realidade militar, que se opôs ao antigo exército de vassallos da Idade Média.

Tendo a força, o rei pôde ampliar sua capacidade tributária, aumentando o número de contribuintes, especialmente camponeses e artesãos, que não tinham os mesmos interesses da burguesia na centralização. Nobreza, clero e altos funcionários continuavam isentos de impostos.

A força possibilitou a expansão dos domínios reais pela eliminação progressiva do poder dos nobres, especialmente da grande nobreza, ainda poderosa, resistente à centralização. Nas terras que dominava, o rei organizava a administração, da qual encarregava funcionários seus. Estes cobravam impostos e distribuíam justiça com base em códigos escritos, em substituição às leis feudais costumeiras. Foi um notável avanço na racionalização do Estado, marcando o nascimento da moderna burocracia. A corte do rei transformou-se numa *corte suprema* de justiça da nação.

3. Monarquia nacional na França e na Inglaterra

Ao findar a *Guerra dos Cem Anos*, em 1453, a monarquia francesa completava três séculos de progressos rumo à centralização. Carlos VII, da Dinastia de Valois, venceu os ingleses e reorganizou a administração: convocou para o Conselho do rei os burgueses mais expressivos; dispensou o auxílio dos Estados Gerais; arrogou-se o direito exclusivo de baixar impostos, criando o imposto sobre venda de mercadorias (*aides*), sobre o sal (*gabela*) e sobre pessoas ou terras (*talha*). Com os recursos, manteve um exército permanente, aperfeiçoou a cavalaria e a artilharia e formou um excelente corpo de arqueiros.

No início do século XVI, príncipes, senhores feudais, bispos e militares passaram a deixar suas propriedades para viver na corte, em torno do rei. A administração ficou eficiente. Os principais assessores reais eram: *chanceler*, encarregado da justiça; *condestável*, do exército; e *secretários de Estado*, principal inovação do século XVI. O *Conselho do Rei*, ou *de Estado*, ou *Privado*, apesar de não ter atribuições fixas, tratava dos principais problemas de política externa e interna.

A organização das províncias, mais difícil diante da resistência dos senhores e das distâncias, progrediu mesmo assim, pois foram criadas instituições fiscais e judiciárias (*parlamentos*) em várias localidades.

As maiores dificuldades do rei eram as leis costumeiras e divinas e a tendência a tornar vitalícios, e mesmo hereditários, os cargos públicos: os ocupantes dispunham deles como se fossem seus donos, complicando a administração pela multiplicação de cargos.

Enquanto na França o poder real caminhava para o absolutismo, na monarquia inglesa os reis poderosos, como Henrique II, cediam lugar a monarcas limitados. Estabelecia-se ali uma monarquia constitucional. Desde que os barões ingleses haviam imposto a João Sem-Terra a *Carta Magna*, em 1215, o poder real vinha se enfraquecendo e crescia o poder da nobreza. A

Carta impunha a criação do Grande Conselho, composto por representantes de toda a nação; proibia os impostos sem aprovação do Conselho; proibia as prisões arbitrárias; criava um corpo de 25 barões encarregados de fiscalizar a observância das leis.

No reinado de Henrique III, nova revolta dos barões praticamente transferiu o poder para a nobreza, através das *Provisões de Oxford*, de 1258. Nos anos seguintes, as reuniões do Parlamento tornaram-se regulares, com a participação de todas as camadas sociais.

No século XIV, a Dinastia Plantageneta cedeu lugar à Lancaster. Os duques de York organizaram a oposição aos Lancaster, o que culminou na *Guerra das Duas Rosas*, iniciada em 1455. O conflito terminou em 1485, com a inauguração da Dinastia Tudor, com Henrique VII. Aos Tudor caberia a retomada do processo de afirmação do poder real na Inglaterra no decorrer do século XVI.

Questões propostas

1. Qual a condição fundamental para a formação das monarquias nacionais? Por quê? Cite as condições complementares.
2. Que características de poder, sobreviventes da Idade Média, precisavam ser superadas para que se desse a afirmação do poder real sobre toda a nação?
3. Para controlar o aparelho de Estado, o rei precisava monopolizar três elementos fundamentais. Quais eram esses elementos?
4. Quando se consolidou o poder real na França? Em que contribuiu para isso o rei Carlos VII?
5. Enquanto o poder real se reforçava na França, o que acontecia na Inglaterra?
6. O que foi a Carta Magna?

Capítulo 45

O renascimento cultural

Não foi por acaso que o Renascimento teve início na Itália. Uma economia dinâmica, geradora de excedentes que pudessem ser investidos na produção cultural, era condição fundamental para esse notável movimento. Mas o investimento em arte imobilizou o capital e, de certa forma, estagnou a economia italiana, que tinha condições para passar do capitalismo comercial ao industrial mais cedo que qualquer outro país europeu.

A burguesia, oriunda das camadas marginalizadas da sociedade medieval, firmou-se como classe social através do prestígio que a riqueza lhe trouxe. Procurando moldar a imagem da sociedade em que ela ocuparia posição central, tornou-se mecenas. Os burgueses investiam em palácios, catedrais, estátuas para seus heróis, quadros, afrescos. Transmitem uma visão racional, progressista, otimista e opulenta do mundo, correspondente a sua ideologia. Procuravam aproximar seu estilo do comportamento da nobreza, imobilizar o capital em bens improdutivos, em vez de investir-o produtivamente, por exemplo em indústrias.

As cidades-estados italianas tinham conseguido sua autonomia dos senhores feudais no século XIII. A concorrência pelo comércio internacional desencadeava lutas entre as cidades. Cada uma tratou de contratar um chefe militar, o *podestà*, encarregado de arrematar mercenários junto aos *condottieri*, mistura de chefes de tropa e empresários militares. O processo acabou em ditaduras exercidas pelo *podestà*, pelos *condottieri* ou potentados econômicos, como os Medici de Florença.

A usurpação do poder impunha a necessidade de legitimá-lo através da arte, o que resultava em mecenato político, com vistas a glorificar o Estado e a ação do príncipe e, ainda, enobrecer sua origem.

É preciso lembrar a presença de obras de arte da Antiguidade na Itália: isto contribuiu para o clima cultural do Renascimento.

1. Principais características

Os homens do Renascimento tinham consciência de viver em época diferente da medieval, que repudiavam como *Idade das Trevas*. Assim,

opunham-se a misticismo, coletivismo, antinaturalismo, teocentrismo e geocentrismo. O traço marcante do Renascimento foi seu *racionalismo*. Tal perspectiva só poderia surgir na sociedade burguesa, que pretendia o domínio mais completo da natureza, numa atitude chamada mais tarde de científica, a fim de ampliar seus lucros.

O elemento-chave para dominar a natureza era a Matemática, decorrência imediata da mentalidade calculadora expressa nos livros de contabilidade e no uso dos algarismos arábicos. Disto resultaram a convicção de que tudo se poderia explicar pela razão e pela ciência; e a recusa a acreditar em qualquer coisa que não tivesse sido provada.

A *racionalização* envolve a capacidade de perceber as diferenças, de individualizar as coisas. Daí, a segunda característica do Renascimento: o *individualismo*, que se transformou em otimismo na medida em que ampliou a crença nas próprias potencialidades do homem. A capacidade de individualizar as partes levou à análise, à própria descoberta da natureza: o *naturalismo*. Claro que, das maravilhas criadas por Deus, o homem é a obra-prima. Ele é o centro das preocupações. Nasce assim o *antropocentrismo*.

Já a tentativa de entender o Universo daria origem ao *heliocentrismo*, concepção de que o Sol, e não a Terra, é o centro do Universo.

2. O Humanismo

Os humanistas se preocupavam com a reforma educacional. Buscavam revitalizar os estudos na área de humanidades, incluindo *Poesia, Filosofia, História, Matemática e Eloquência*, em substituição ao rígido esquema medieval Direito-Medicina-Teologia. Tais estudos exigiam conhecimento de latim, grego, árabe, aramaico e hebraico, o que levava ao estudo dos textos e autores da Antiguidade Clássica. Os humanistas passariam da crítica dos textos antigos à crítica das próprias condições em que viviam. A *crítica* foi uma das características mais marcantes do movimento humanista.

Os teólogos medievais centravam-se no mundo espiritual. Os humanistas preocupavam-se com o mundo material, com a capacidade dos seres humanos de transformá-lo em seu benefício. A difusão de suas idéias foi facilitada com a invenção da *impressão*.

Os humanistas estabeleceram uma nítida divisão entre latim clássico e *línguas vulgares*. Isto foi importante para definir as fronteiras das nações e dar personalidade às monarquias nacionais. A criação da língua nacional com base num dialeto predominante teve início no século XIV, quando surgiram os precursores do Renascimento no norte da Itália: Dante Alighieri, com *A Divina Comédia*, síntese do mundo medieval que prenuncia o novo mundo, escrita no dialeto toscano; Francesco Petrarca, criador da poesia lírica moderna, que escreveu *Cancioneiro*; Giovanni Boccaccio, autor de *Decameron*, narrativa em prosa.

O grande centro cultural italiano foi Florença, onde Lourenço de Medici fundou a Academia e onde nasceu o *platonismo*. Seus estudiosos, conciliando o pensamento antigo com os ideais cristãos, chegaram a um espiritualismo difuso que exaltava o belo como manifestação divina. Uma das maiores obras florentinas é *O Príncipe*, de Maquiavel, espécie de manual de política destinado a ensinar aos príncipes como manter o poder, mesmo contra a moral cristã.

Fora da Itália o humanista de maior expressão foi Erasmo de Roterdã. Seu *Elogio da Loucura* criticava a imoralidade e a ignorância do clero; propunha que a Igreja retomasse a leitura dos Evangelhos e reorganizasse sua ação com base neles. Na França, Rabelais satirizou a Igreja em *Gargântua e Pantagruel*. Montaigne, em *Ensaaios*, abalou os dogmas da fé.

Os ingleses Thomas Morus (*Utopia*) e Francis Bacon (*Nova Atlântida*) abordaram o tema de uma sociedade em plena harmonia. Foi ao teatro que os ingleses deram sua maior contribuição, com as obras de William Shakespeare. Ele defendia a ordem social contra o caos, como fez em *Macbeth*, *Hamlet* ou *Henrique IV*. Povoou suas obras de elementos místicos da crença popular: bruxas, fantasmas.

Na Espanha, *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes, satirizou o feudalismo. Em Portugal, a expressão máxima foi Luís Vaz de Camões, com seu magistral poema épico *Os Lusíadas*.

3. Renascimento científico

Os descobrimentos, o racionalismo e a preocupação com a natureza estimularam as pesquisas científicas. Pela Escola de Pádua, sob proteção de

Veneza, passaram intelectuais como Pietro Pomponazzi, Galileu Galilei, Copérnico. Pomponazzi pregou a supremacia da razão, negou a Criação, a imortalidade da alma e os milagres: eram escritos avançados para a época.

O grande gênio de seu tempo foi Leonardo da Vinci, poeta, músico, pintor, arquiteto, escultor e precursor da ciência moderna. Fundou a Mecânica. Estudou anatomia humana, dissecando cadáveres. Imaginou máquinas acionadas pela energia hidráulica, desenhou aparelhos irrealizáveis para a época, como morteiros, submarinos, escafandros, carros de assalto e uma máquina voadora acionada por hélices!

O polonês Copérnico, em *Sobre a Revolução dos Globos Celestes*, afirmou que a Terra e outros planetas giram em torno de si e do Sol, mesma tese defendida por Galileu, que foi obrigado a desdizer-se sob pena de ser condenado pelos tribunais da Igreja. O alemão Johannes Kepler demonstrou a órbita elíptica dos planetas.

A medicina avançou com os estudos de anatomia de Vesálio, médico de Bruxelas, e os estudos sobre a circulação sanguínea de William Harvey e Miguel Servet. Paracelso destacou-se no estudo das drogas medicinais e Ambroise Paré criou a técnica de ligação de artérias para estancar o sangue.

4. Artes: características dominantes

No medievo, os estilos românico e gótico e a arte bizantina se dirigiam a uma sociedade de analfabetos; era indispensável uma arte visual, dominada pelo tema da salvação. O *novo estilo*, o Pré-Renascimento, surgiu no norte da Itália, com Giotto (1266-1337). Sua tela mais famosa é a de São Francisco pregando às aves. Ele criou um mundo colorido, recuperando o estilo gótico, com noções da arte bizantina e a sensibilidade humana e naturalista. Impressionava os sentidos, não tanto a meditação. Surgia a *perspectiva*, a princípio intuitiva. Em 1420, com o arquiteto florentino Felipo Brunelleschi, surge a perspectiva *exata* ou *matemática*. A imagem é reproduzida a partir de dois pontos: o olhar do pintor e o ponto de fuga, no fundo do quadro. A obra artística passava a estar além do conhecimento do homem comum. O domínio de cores, tons, materiais de pintura, anatomia, e mesmo de psicologia, fazia do pintor um cientista da arte. Arte e ciência integradas. A arte

passava a apresentar unidade de espaço, tempo, tema e composição, o que correspondia à unidade do mundo das monarquias.

O ponto de vista do observador era fundamental e cada artista tornou-se um criador individualizado. Tinha prestígio e freqüentava a aristocracia. A procura aumentou. Grandes artistas passaram a fazer o esboço e assinar a tela, executada por outros, o que aumentava o lucro e reduzia a criação.

5. Itália: os grandes momentos

Os historiadores dividem o Renascimento italiano em três momentos: Trecento (século XIV), Quattrocento (XV) e Cinquecento (XVI).

No *Trecento*, nasce o novo estilo, com Giotto. Vai-se ao encontro da realidade, dando vida às figuras, buscando a docilidade das formas, a expressividade das personagens, a profundidade dos cenários. Outro destaque é Spinello Aretino, de Siena, em que se aperfeiçoaram a técnica de aprofundamento de espaço e a incorporação dos campos e cidades, emergindo a *paisagem*. Na literatura, destacaram-se Dante, Petrarca e Boccaccio.

No *Quattrocento*, destaca-se a Escola Florentina, impulsionada pelo mecenato dos Medici. Para comemorar o apogeu econômico de Florença, encomendaram a Brunelleschi a cúpula da catedral de Santa Maria dei Fiori. Donatello glorificou o nu nas estátuas de *Davi* e do *Condottiere Gattamelata*, em bronze. Masaccio, pintor de *Expulsão de Adão e Eva do Paraíso*, desenvolveu o *esfumaçamento*: as formas mais distantes são reproduzidas com menos nitidez. Uccello aperfeiçoou a perspectiva. Mantegna marcou o momento máximo do naturalismo na pintura. Fra Angelico destacou-se na escola de pintores centrados no tema da espiritualidade e do simbolismo gótico.

Na última geração florentina, destaca-se o sublime Botticelli, com sua *Alegoria da Primavera*. A tendência a enobrecer a burguesia anunciava a decadência, e a arte revelava gosto cortês, menos popular.

Na passagem do século XV ao XVI, desenvolve-se a Escola de Veneza. A poesia épica avança com os trabalhos de Torquato Tasso, *Jerusalém Libertada*, e Ludovico Ariosto, *Orlando Furioso*.

Pintores notáveis são Tintoretto, Carpaccio, Giovanni Bellini e Ticiano. A tinta a óleo permite maravilhosos efeitos, com sombras, trevas e meios-tons. A tela e o cavalete transformam a arte em bem móvel. Firmou-se a vocação antropocêntrica do Renascimento, com a reprodução do corpo até em temas religiosos. Difundiu-se o costume do retrato, das cenas domésticas.

O *Cinquecento*, quando as obras chegaram ao mais alto grau de elaboração, passou por dificuldades: a expansão portuguesa e espanhola, que deslocou o centro econômico do Mediterrâneo para o Atlântico; a invasão do Rei Carlos VIII da França em 1494; e o saque de Roma por tropas espanholas e alemãs. Entre 1503 e 1521, o ambiente tornou-se favorável. Bramante construiu a monumental basílica de São Pedro.

Na pintura, destacam-se Leonardo da Vinci, Michelangelo e Rafael. Em Da Vinci, distinguem-se o jogo de luz e sombra, o esfumaçamento que realça a magia da pintura e a captação das profundezas da alma nos retratos, como o de Mona Lisa — a *Gioconda*. Na *Última Ceia*, ele imprimiu as tendências da perspectiva e do antropocentrismo.

Michelangelo foi o pintor e escultor do corpo na mais profunda concepção. Perscrutou o interior das personagens na expressão facial, na saliência dos músculos, no enrugamento da pele, na intumescência das veias. Isto está presente nas esculturas *Escravo Acorrentado*; *Moisés*; e *Pietà*. A força de sua pintura se revela na parede e no teto da Capela Sistina: *Deus Criando o Mundo*; *Criação de Adão*; *Juízo Final*; *O Dilúvio*.

Rafael realizou uma síntese de seu tempo. Produziu trabalhos suaves, harmoniosos, representando um mundo sólido, rico e satisfeito consigo mesmo. Foi o preferido de príncipes e senhores. Notabilizou-se pelas madonas, como a *Madona Sistina*.

6. Arte fora da Itália

A pintura dominou o Renascimento nos Países Baixos. Essa rica região tinha uma burguesia trabalhadora, sem pretensões aristocratizantes. Doavam obras às igrejas. Os artistas retratavam a realidade, com miséria ao lado da riqueza. Mostravam interiores de templos, palácios, oficinas e residências; objetos, naturezas mortas e paisa-

gens. Desenvolveram a técnica do retrato. Inventaram a pintura a óleo.

O primeiro grande pintor flamengo foi Flemalle, com seu *Retábulo de Merode*. O óleo atinge o auge com os irmãos Jan e Hubert van Eyck, em *O Retábulo do Cordeiro Místico*. Jan inaugurou o retrato conjugal, com *O Casal Arnolfini*. O sucessor dos irmãos foi Rogier van der Weyden, que refletiu sobre a fragilidade humana em *Descida da Cruz*. Hieronymus Bosch, ainda ligado a raízes góticas, criou uma atmosfera caótica, de homens e mulheres bestificados em situações insólitas, em suas obras *O Jardim das Delícias*; *As Tentações de Santo Antônio*; *A Carroça de Feno*; *A Nave dos Loucos*. Tinha preocupação moralizante, ao criticar o caráter dissoluto da sociedade de seu tempo.

Na Alemanha, o Renascimento é tardio. A burguesia vivia em cidades mas faltava um núcleo cortesão. Na arte, destaca-se Albrecht Dürer, com suas gravuras sobre madeira e metal. Suas obras mais notáveis foram *Adoração dos Reis Magos*; *Natividade*; *Adão e Eva*; e *Os Quatro Apóstolos*.

Na Espanha, influenciada pela cultura muçulmana, foi importante Domenikos Theotokopoulos, chamado El Greco. Em *Pentecostes* e no famoso *Enterro do Conde de Orgaz*, ele anunciou elementos do período seguinte, o Barroco.

Questões propostas

1. Resuma o Renascimento numa oração.
2. Qual foi o centro do Renascimento? Poderia ter sido outro lugar? Por quê?
3. Explique o “mecenas político”.
4. Quais as características marcantes do homem do Renascimento? O que ele achava da Idade Média?
5. Qual foi o grande gênio do Renascimento científico?
6. Defina os campos em que deram contribuições: Copérnico e Galileu Galilei; Vesálio, Harvey, Servet e Paré.
7. Sintetize: Trecento e Quattrocento.
8. Resuma o Cinquecento.
9. Sintetize: a arte renascentista fora da Itália (Países Baixos, Alemanha e Espanha).

A Primavera, de Sandro Botticelli, uma das grandes obras do Renascimento.



Capítulo 46

As reformas religiosas do século XVI

A Reforma Religiosa do século XVI foi a grande revolução espiritual da época moderna. Representou, no plano religioso, a passagem do feudalismo ao capitalismo. Não foi simplesmente uma reforma, pois, ao romper a unidade do cristianismo no Ocidente, transformou brutalmente a estrutura eclesiástica e a doutrina da salvação. Mudou aspectos formais e de conteúdo.

Nos fins da Idade Média, *Reforma* tinha o significado de purificação interior e de busca de regeneração da Igreja Católica. Os protestantes a entenderam como restauração do verdadeiro cristianismo contra o mundanismo de Roma; esforçaram-se para diminuir a importância da renovação que a própria Igreja realizou. Assim, tivemos reformas, e não reforma: a Pré-Reforma Católica, a Reforma Protestante, a Reforma Católica e a Contra-Reforma.

1. As condições e as razões

O progresso comercial e urbano criou uma nova realidade econômica. Mas a Igreja, ao condenar a usura, os juros e o lucro, impedia o avanço do processo de acumulação de capital. Era necessária uma religião que o estimulasse. Ao mesmo tempo, a crise do feudalismo havia criado problemas sociais que, certamente, conduziria a uma crise religiosa. Se os senhores eram católicos, os camponeses oprimidos facilmente assumiriam a posição contrária, transformando luta religiosa em luta de classes.

No plano político, às monarquias nacionais, centralizadoras, interessava controlar a Igreja. Uma convulsão religiosa daria a elas a oportunidade de lhe confiscar os bens, como aconteceu na Inglaterra. Na Alemanha, principados em fase de centralização tinham interesse em submeter a Igreja e expropriar-lhe os bens.

Mas não se pode dar à Reforma explicações puramente econômicas. Ela não é filha do capitalismo. O grande problema foi a crise religiosa resultante de um descompasso entre as necessida-

des espirituais dos fiéis e a organização da Igreja Católica.

Tinham sido notáveis os progressos da fé desde a Idade Média. As Cruzadas, as catedrais góticas, as próprias heresias eram provas de fé. Com a invenção da imprensa e as numerosas edições da Bíblia, cresceu a consciência religiosa dos fiéis, seu poder de crítica. Humanistas, como Erasmo de Roterdã, passaram a condenar a ignorância e a imoralidade. O baixo clero cometia barbaridades, como comerciar com coisas sagradas. E até papas se comportavam mal: faziam guerras, tinham filhos naturais e viviam em cortes luxuosas, pagas pelos fiéis. Para construir a basílica de São Pedro em Roma, Leão X negociou na Alemanha com o banqueiro Jacob Függer a venda de indulgências, verdadeiros *bilhetes de salvação*. O papado acabou desmoralizado, com a intervenção das famílias italianas na eleição dos papas e o envolvimento deles com o poder político na Europa. Fortaleceu-se a *teoria conciliar*, ou seja, a idéia de que toda grande decisão deveria ser tomada por um concílio.

Os abusos tornaram-se visíveis. O problema era que a salvação só dependia das obras — as boas ou más ações dos fiéis. Sendo os padres os intermediários entre os fiéis e Deus, a obstrução desse canal de salvação criou uma crise de consciência religiosa, muito grave porque se dava num momento de transição, quando as estruturas estavam rompidas; e os problemas da fé se misturavam a problemas econômicos, sociais e políticos.

2. A Reforma de Lutero

Monge alemão, professor de Teologia, Lutero denunciou o clero em 1517. Afixou 95 condenações na porta da catedral de Wittenberg, cidade onde morava. Mas só mais tarde percebeu o alcance das acusações: elas atingiam dogmas da Igreja, pois declaravam que a salvação depende só da fé, não das obras. O papa, como Lutero se recusasse a retratar-se, excomungou-o em 1520. Lutero refugiou-se no castelo de Wartburg, onde escreveu panfletos e traduziu a Bíblia para o alemão. Foi decisivo para a vitória do luteranismo o apoio de príncipes alemães, interessados em livrar-se da influência papal e do imperador, católico.

Os príncipes tomaram terras da Igreja e as consideraram propriedade do Estado. A pequena

nobreza aproveitou e tentou unificar a Alemanha. Em 1524, os camponeses explodiram em revolta, que durou até 1536, mesmo após a prisão de seu líder Thomas Müntzer. Lutero, sustentado pelos príncipes, condenou os revoltosos.

Os príncipes luteranos rebelados contra a imposição do catolicismo foram chamados de *protestantes*. Em 1555, a Dieta (Assembléia) de Augsburgo decidiu: cada príncipe adotaria a religião que quisesse.

Segundo o luteranismo, a salvação não se alcança por obras, mas por fé, confiança na bondade de Deus, sofrimento interior. O culto, simples, composto de salmos e leitura da Bíblia, é considerado contato direto entre Deus e o fiel. Dispensase o clero como intermediário. Lutero conservou apenas dois dos sete sacramentos do catolicismo: *batismo* e *eucaristia*, ou comunhão. Mesmo assim, na eucaristia acreditava apenas na presença de Jesus no pão e no vinho, e não na transformação do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo, como os católicos acreditam.

3. A Reforma de Calvino

Em 1534, quando Calvino começou a pregar na França, já havia ali numerosos adeptos de uma reforma dentro da Igreja. Obrigado a se esconder, ele foi convidado a viver em Genebra, Suíça. Lá implantou as *Ordenações Eclesiásticas*, leis rígidas e intolerantes. Organizou a Igreja Calvinista em termos de fiéis, pastores e um conselho de anciãos. Suas idéias se espalharam rapidamente. Teodoro de Beza, que dirigia em Genebra a Academia Teológica, levou-as para Gênova, Itália. Logo, elas chegaram à França, Holanda, Inglaterra (onde o calvinismo se chamou *puritanismo*) e Escócia (onde João Knox introduziu o calvinismo por motivos políticos).

Em *Instituição da Religião Cristã*, Calvino propôs reformas mais radicais que as de Lutero. Também acreditava que a salvação se conseguia com a fé, mas para ele ter fé não depende dos homens, sim de Deus, que a dá aos seus eleitos. Segundo Calvino, só as Escrituras são base da crença, ao contrário dos católicos, que acreditam igualmente na tradição dos mestres. O calvinismo simplificou ainda mais o culto: só comentários à Bíblia, feitos por sacerdotes sem paramentos, em igreja sem imagens. Conservou os sacramentos do

batismo e da comunhão; na eucaristia, Cristo está presente apenas espiritualmente. Como Lutero, Calvino considerava a Igreja útil à salvação.

4. A Reforma Anglicana

A recusa do papa ao pedido de anulação do casamento de Henrique VIII com Catarina de Aragão, para que ele pudesse desposar Ana Bolena, causou a ruptura entre o rei inglês e o papado. Mas os motivos verdadeiros foram políticos (escapar ao controle do papa e submeter a Igreja ao Estado) e econômicos (tomar os bens da Igreja). Em 1534, pelo *Ato de Supremacia*, Henrique criou uma Igreja nacional, mas sem mudar o culto. Seu filho Eduardo VI realizaria as mudanças. Em 1549, impôs o *Livro de Orações Comuns*, escrito em inglês. Em 1553, suprimiu a missa e autorizou o casamento dos padres.

A Reforma Anglicana estabeleceu-se definitivamente sob o reinado de Elizabeth I (1558-1603). Pela *Lei dos 39 Artigos*, de 1563, adotava-se o calvinismo, conservando a hierarquia episcopal e parte do cerimonial católico. O anglicanismo passava assim a ter um conteúdo protestante (calvinista) e uma forma católica.

5. Reforma e Contra-Reforma

A Igreja Católica viu-se em situação desesperadora com o avanço do protestantismo, que se estendia por toda parte. O papado hesitava, diante da luta interna contra a teoria conciliar: seria impossível realizar uma reforma sem convocar o concílio. Foi decisivo o surgimento da *Companhia de Jesus*, lançada por Inácio de Loyola em 1534, em Paris, e confirmada pelo papa Paulo III em 1540. Os jesuítas, soldados de Cristo cegamente obedientes ao papa, encarregaram-se de organizar o Concílio de Trento, que se reuniu em 1545.

Enquanto o concílio não se reunia, o papa tomou medidas; restaurou os tribunais da Inquisição. O *Santo Ofício*, dominado por dominicanos e com sede em Roma, conteve o avanço protestante violentamente, em Portugal, Espanha e Itália. Em 1543, foi criada a *Congregação do Índice*, para publicar a lista dos livros proibidos aos cristãos.

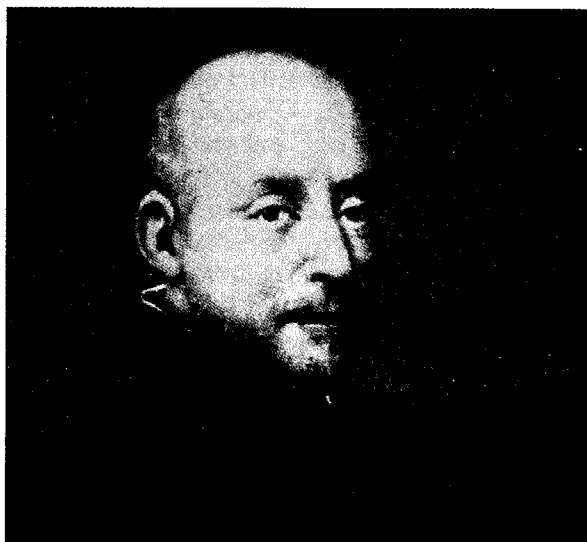
O Concílio Ecumênico, isto é, universal, reuniu toda a Igreja entre 1545 e 1563, em Trento,

cidade do Império Germânico perto da fronteira italiana. Dele saiu uma Igreja reformada e modernizada. Graças à ação dos jesuítas, reforçou-se a autoridade do papa e manteve-se a doutrina tradicional, contra a oposição de setores do clero francês. A disciplina se restabeleceu, com a fixação de condições e idade mínima para o exercício de funções eclesiásticas e a proibição de acumulação de paróquias e bispados por um mesmo religioso. A grande mudança foi a criação de seminários para formar os padres. Foi criado um *Catecismo* e um *Missal*.

Os católicos desencadearam então a Contra-Reforma, com medidas de combate sistemático aos protestantes, em três frentes. A primeira era a recuperação de áreas sob influência do protestantismo, através da *educação*, com a criação de colégios destinados ao ensino primário e à recuperação das novas gerações. O resultado foi a reconquista de parte da Renânia, sul dos Países Baixos e Polônia. Segunda frente: difusão do catolicismo entre povos não-cristãos, através da *catequese*, em que se destaca a ação de São Francisco Xavier no Japão. A terceira frente foi a *contenção* do protestantismo através dos tribunais da Inquisição.

Questões propostas

1. A Reforma correspondeu a qual período histórico em termos econômicos? Quais fatores levaram a esta revolução espiritual da época moderna?
2. Explique a Reforma do ponto de vista religioso.
3. Disserte sobre o luteranismo: por que e como surgiu; o que foi decisivo para a vitória de Lutero; o que decidiu a Dieta de Augsburg em 1555; o que propunha a doutrina de Lutero.
4. Disserte sobre a Reforma de Calvino: como surgiu; como Calvino constituiu sua igreja; exemplos que mostrem como o calvinismo foi mais radical que o luteranismo.
5. Como e por que surgiu a Igreja Anglicana? O que ensinava essa doutrina?
6. Que reações as reformas protestantes provocaram na Igreja Católica?



Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus (ordem dos jesuítas), destinada a combater o avanço do protestantismo.

Capítulo 47

A expansão comercial e marítima europeia

Passada a *crise de retração* do século XIV, com secas, fome, peste, guerras, a economia europeia retomou o crescimento iniciado com as Cruzadas. Mas, em meados do século XV, começaram a surgir obstáculos ao processo, gerando uma *crise de crescimento*.

A primeira razão era a inadequação entre dois sistemas antagônicos, o feudal (zona rural) e o capitalista (cidades). Sobrevinham dois problemas: a produção agrícola, estagnada devido às características do regime de trabalho servil nos feudos, não era suficiente para abastecer os centros urbanos; e a produção artesanal urbana não encontrava consumidores na zona rural. Resultavam graves tensões sociais nas cidades, como as revoltas na Flandres em 1323 e 1328.

A segunda razão da crise de crescimento se relacionava ao mercado internacional, alimentado principalmente pelos produtos orientais. Esses produtos percorriam longo trajeto, controlado por árabes, cidades italianas e guildas mercantis que operavam nas rotas europeias. O grande número de intermediários encarecia os preços, enquanto os senhores, os principais consumidores, tinham suas rendas drenadas pela crise do feudalismo.

Terceira razão da crise: a falta de moedas, escoadas para o Oriente em pagamento das especiarias, criando dificuldades para o desenvolvimento do comércio e forçando a busca de metais preciosos.

Havia, portanto, uma espécie de camisa-de-força contendo a expansão econômica. Como solucionar a crise? Através da expansão marítima, que abriria novos mercados ou conseguiria novas rotas para os mercados tradicionais do Oriente. Os entraves para o crescimento da economia europeia seriam eliminados, desde que se encontrassem mercados fornecedores de produtos alimentícios e consumidores de produtos artesanais; fornecedores de especiarias a preço mais baixo, permitindo a ampliação do consumo para camadas de poder aquisitivo mais baixo; e fornecedores de metais preciosos, para aliviar a falta de moedas e o preço exorbitante daqueles metais.

Assim, a expansão comercial e marítima dos tempos modernos foi, acima de tudo, resultado direto da crise de crescimento da economia europeia, baseada no antagonismo entre feudalismo em transformação e capitalismo em formação.

1. Condições sociais, políticas e culturais

As condições econômicas só ganham significado quando inseridas num contexto social.

Os interesses econômicos expressavam os objetivos da classe mercantil, sequiosa por ampliar sua faixa de lucros. No plano político, os interesses dessa classe convergiram para o apoio à centralização, que ampliaria as rendas do Estado, armaria seus exércitos, preencheria seus quadros funcionais, legitimaria seu poder através da legislação.

Em Portugal e Espanha, que tinham acabado de travar luta direta contra os muçulmanos, havia forte ideal missionário. A preocupação de catequizar o gentio servia de justificativa ideológica para a expansão.

Na Idade Média acreditava-se que a Terra tinha formato de um disco. Pelas novas concepções, de que a Terra era esférica, seria possível atingir qualquer ponto navegando em linha reta. Mas era preciso também ter as condições técnicas. Os progressos da cartografia (os *portulanos*), o uso da *bússola* e do *astrolábio* e, sobretudo, a invenção da *caravela* deram a segurança mínima para o mergulho na vastidão dos oceanos.

2. Expansão portuguesa

Desde o século XIII, Portugal mantinha relações comerciais com Inglaterra, Flandres (atuais Bélgica e Holanda) e as cidades italianas. Já vinha tomando medidas para estimular a expansão comercial e marítima: fez acordos para proteger os navios mercantes da pirataria muçulmana.

A expansão dos burgueses portugueses teve fins pacíficos e comerciais; a dos nobres tendia mais ao saque e à conquista das cidades “infiéis” do norte da África. Sob a regência de Dom Pedro, a expansão portuguesa tornou-se irreversível. Depois, viria a exploração comercial, organizada sob a forma de concessões e monopólios, que

levaria os portugueses à Índia (só em 1460 falou-se pela primeira vez em chegar até lá).

É relativa a importância para os descobrimentos que se costuma atribuir à *Escola de Sagres*. Não se tratava de escola de navegação, mas apenas de um grupo de astrônomos, construtores navais, cartógrafos e pilotos experimentados de toda a Europa, reunidos em torno de Dom Henrique, que controlava os recursos da Ordem de Cristo e investia na expansão.

Os descobrimentos sucederam-se: Ceuta (1415), Madeira, Açores, cabo Bojador, cabo Branco, Cabo Verde, golfo da Guiné, até a passagem da linha do Equador, em 1471. Em 1487, Bartolomeu Dias passou o cabo das Tormentas e a seguir, em 1497, Vasco da Gama tocou Moçambique e Melinde, na África oriental, antes de atingir Calicute, na costa oeste da Índia, estabelecendo a primeira ligação direta por mar entre Europa ocidental e países marítimos do Oriente (1498).

Vasco voltou a Lisboa carregado de especiarias. Para organizar o comércio com o entreposto encontrado por ele, partiu em 1500 a frota comandada por Pedro Álvares Cabral, que de passagem atingiria o Brasil.

A formação do Império Colonial Português foi iniciada por Afonso de Albuquerque, com o domínio da passagem do Mar Vermelho em direção à Europa, com o que se conseguiu o monopólio dos produtos orientais. Os portugueses fixaram-se em Goa (oeste da Índia), Diu e Cochim. A tomada de Malaca, em 1511, abriu caminho para a Indochina. Em 1517, chegaram à costa da China e, em 1520, são recebidos em Pequim, o que lhes permitiria comerciar com Cantão.

Aproveitadores, aos poucos os portugueses foram sendo obrigados pelos orientais a comerciar com mais justiça. Os produtos eram trocados nas feitorias militares fundadas no Oriente. Todo ano uma frota partia de Lisboa e aproveitava as monções de sudeste para atingir Goa, após dobrar o cabo da Boa Esperança (antes, das Tormentas). Voltava dois meses depois com especiarias, pedras preciosas, objetos raros.

Com o tempo, esse comércio tornou-se antieconômico. Era preciso guarnecer a costa e os portos; os barcos, caros, não resistiam a muitas viagens e freqüentemente naufragavam. Os empresários portugueses reduziram seus investimentos no Oriente e deixaram os gastos a cargo do Estado. Depois de 1530, esse comércio entrou em

declínio. Portugal voltou-se então para a exploração comercial agrícola do Brasil.

3. Expansão espanhola

Os espanhóis estavam atrasados em relação a Portugal. No fim do século XV, não haviam conquistado a total unidade do país. Assim, foi praticamente por acaso que Cristóvão Colombo entrou para o serviço dos reis da Espanha, depois de esbarrar no desinteresse português. Com apoio de armadores e da rainha de Castela, Isabel, conseguiu três navios e a promessa do cargo de vice-rei das terras descobertas. Afirmava que alcançaria as Índias navegando para o Ocidente.

Partindo das Canárias, Colombo navegou 33 dias e chegou às ilhas Lucaias, Cuba e São Domingos em 1492. Pensando ter chegado às Índias, chamou os habitantes da terra de *índios*, nome que persistiu até hoje. Fez mais três viagens, em que descobriu outras ilhas das Antilhas e parte da América Central, e caiu no esquecimento, por causa de intrigas na corte espanhola (acusaram-no de pretender o poder total nas terras do Novo Mundo).

Um companheiro de viagens de Colombo provaria que as terras encontradas não eram as Índias, mas outro continente, entre Europa e Ásia. Era um navegador de Florença. Seu nome: Américo Vespúcio. Daí o nome *América*.

Em 1513, *Vasco de Balboa* cruzou a América Central e chegou ao Oceano Pacífico. Fernão de Magalhães iniciou em 1519 a primeira viagem em torno do mundo, a viagem de *circunavegação*, mas morreu em 1521, nas Filipinas, deixando a glória de completá-la para Sebastião del Cano. Ficava comprovada que a Terra era uma esfera: a expedição partiu de Cádiz e, navegando sempre na mesma direção, voltou ao mesmo lugar.

Enquanto os portugueses permaneceram na costa das terras conquistadas, os espanhóis penetraram nelas, em busca de riquezas. Descobriram civilizações adiantadas e ricas, como a dos astecas no México e a dos incas no Peru. Escravizaram esses povos, forçando-os a trabalhar nas minas de ouro e prata e na agricultura.

Com a descoberta dos metais, obtiveram a hegemonia na Europa. Daí as diferenças na forma de organização do comércio colonial dos impérios português e espanhol. Os lucros foram enormes. Todo ano uma frota partia de Sevilha para Vera Cruz,

México, e voltava carregada de metais preciosos. A hegemonia espanhola na Europa, com a abundância de metais, inflacionou os preços, que quadruplicaram em um século. O centro da economia européia se deslocou do Mediterrâneo para o Atlântico.

4. Expansão inglesa e francesa

França e Inglaterra tiveram problemas internos que atrasaram sua expansão: foi demorado o processo de centralização do poder do Estado nas mãos do rei e houve várias guerras, como a das Duas Rosas na Inglaterra e a dos Cem Anos, entre Inglaterra e França.

O êxito de Portugal e Espanha estimulou ingleses e franceses. O florentino Verazzano percorreu a costa da América do Norte em nome de Francisco I da França. Jacques Cartier descobriu o estuário do Rio São Lourenço no atual Canadá. Giovanni Caboto, a serviço de Henrique VIII, reconheceu as costas do Labrador e Terra Nova. Foram tentativas limitadas. Os maiores feitos ingleses e franceses no plano da colonização sistemática viriam no início do século XVII.

Questões propostas

1. Resuma os quatro principais fatores que condicionaram a expansão européia: econômicos, sócio-políticos, religiosos e culturais.
2. Como se manifestou o pioneirismo da expansão portuguesa?
3. Qual a diferença entre a expansão portuguesa conduzida pela burguesia mercantil e a conduzida pela nobreza?
4. Resuma os principais feitos portugueses entre 1415 (Ceuta) e 1530 (Brasil).
5. Como se deu a expansão espanhola? Em que diferiu da portuguesa?
6. O que foi a circunavegação?
7. Por que os ingleses e franceses demoraram a expandir-se? Quando isto aconteceu e onde eles concentraram seus interesses?



Ceuta, numa gravura do século XVI.

Capítulo 48

A chegada dos espanhóis: Cortez e Pizarro

Viajar pelo Oceano Atlântico no século XV, quando o mundo conhecido ia pouco além da Europa, encerrava mais riscos que um vôo espacial nos dias de hoje. Pouco se sabia do Atlântico, também chamado *Mar Tenebroso*. Corriam informações de que monstros e plantas diabólicas o povoavam; que suas águas ferviam em certos pontos; que, em outros, elas desabavam em cachoeiras gigantescas.

Portugueses e espanhóis foram os primeiros a enfrentar essa travessia, mas não os primeiros a pisar em solo americano. Quinhentos anos antes, os vikings desembarcaram em terras do atual Canadá. Mas ainda não havia o capitalismo, nem interesse na expansão comercial. A conquista da América só viria depois da descoberta de Colombo. Se não fosse ele, seria outro, pois a Europa havia mudado e o capitalismo nascente buscava novas fontes de lucro. A América seria uma delas.

O objetivo dos expansionistas era chegar ao Oriente, para comprar as mercadorias na fonte, sem intermediação dos árabes. Mas faziam caminhos diferentes: os portugueses, contornando o sul da África; os espanhóis, indo rumo ao Ocidente, para dar volta ao mundo. Assim, a serviço dos reis da Espanha, Colombo chegou antes dos portugueses a terras da América, desembarcando na ilha de Guanaani, hoje San Salvador, em 12 de outubro de 1492. Tinha viajado dois meses em três pequenas embarcações: *Santa Maria*, *Pinta* e *Niña*.

1. Chega o invasor Cortez

No início do século XVI, várias expedições haviam partido de Cuba, já dominada pelos espanhóis, para explorar o continente. A mais importante, comandada por Hernán Cortez, destruiu o império asteca.

Em 1519, alguns incidentes intrigaram os mexicas. Um raio atingiu um templo; um cometa atravessou o céu. Era o ano em que o rei Quetzalcoatl deveria voltar à Terra. Quando Cortez desembarcou em Vera Cruz, no México, os astecas

pensaram que eram os deuses, montados em grandes veados. Em vez de lutar, o imperador Montezuma enviou emissários com presentes e pedidos para que Cortez se retirasse.

Cortez vinha para conquistar o império e exibiu forças desconhecidas: cavalos e canhões. Avançou até Tenochtitlán. Surpreso, Montezuma ainda ofereceu presentes e hospedou a todos em seus palácios. A população se aglomerou para ver os homens brancos, barbudos, a cavalo, com armaduras e elmos. Os espanhóis, oriundos de pequenas vilas, atemorizaram-se diante de tanta gente, numa cidade seis ou sete vezes maior que Toledo, a maior da Espanha. Prenderam Montezuma e o obrigaram a mostrar os mapas da terra e os livros dos impostos. Tinham pressa de encontrar as lendárias riquezas dos astecas.

Um incidente precipitou o confronto. Cortez foi a Vera Cruz combater uma força vinda de Cuba para tirar-lhe o comando da expedição. Então, seu substituto em Tenochtitlán, Pedro Alvarado, promoveu uma matança durante uma festa religiosa. Interessado nos tesouros e diante da reação dos astecas, Pedro mandou os soldados fechar as portas do templo principal e iniciar o massacre. O chão do templo se encharcou do sangue de mais de mil mexicas. Gritos de guerra ecoaram pela cidade.

Voltando a Tenochtitlán, Cortez repreendeu Pedro e tentou convencer Montezuma a acalmar os súditos. Mas eles já não ouviam o imperador. Seguindo ordens de seu irmão, Cuitlahuac, lançaram-se ao ataque. Alcançados fora da cidade, os espanhóis foram derrotados na *Noite Triste*, de 30 de junho de 1520. *Noite da Vitória* para os mexicas.

2. Tenochtitlán cai

Cortez se refugiou em Tlaxcala, de população inimiga dos astecas. Em Tenochtitlán, grassou a varíola, trazida pelos europeus, doença que os astecas não sabiam combater. Cuitlahuac morreu. O novo imperador passou a ser Cuauhtémoc (Águia que cai).

Com 650 soldados de infantaria, 194 mosqueiteiros, 84 cavaleiros e milhares de indígenas, Cortez chegou ao centro da cidade e foi repellido. Então, cercou Tenochtitlán e envenenou-lhe a água. Milhares de astecas morreram em 75 dias de fome, sede, doenças e combates. A capital caiu em 13 de agosto de 1521. Cuauhtémoc sofreu terrí-

veis torturas para mostrar o lugar dos tesouros. Apesar de lhe queimarem os pés, nada revelou. Cortez cortou-lhe a cabeça.

No ano seguinte, o rei espanhol reconheceu Cortez como governador e capitão-geral do território conquistado, a *Nova Espanha*.

3. O fim dos incas

Dominando América Central e México, os espanhóis se voltaram para a América do Sul. Na empreitada, destacou-se Francisco Pizarro, militar de ascendência nobre. Ele submeteu o poderoso império inca depois de duas tentativas fracassadas (1524 e 1526). A disputa entre os irmãos Huáscar e Atahualpa pelo trono facilitou sua ação.

Quando Pizarro chegou à região, em 1532, Atahualpa já havia derrotado o irmão. Instalado em Cajamarca, tentava controlar o império. Informado da chegada dos invasores, saiu com a corte e cerca de 30 000 soldados, aceitando encontrar-se com Pizarro. Mas este, seguindo o exemplo de Cortez, planejava capturar o imperador para dominar seu povo mais facilmente. Distribuiu soldados pela cidade a fim de pegar de surpresa o imperador, que vinha em missão de paz.

Atahualpa chegou à praça principal com a coroa e jóias de ouro e prata, para aguardar o encontro com os *filhos dos deuses*. Apareceu, junto com um intérprete, o padre Valverde, erguendo a Bíblia numa das mãos e o crucifixo na outra. Apresentando a Bíblia, ordenou ao Sapa Inca que reconhecesse o deus dos espanhóis como único e verdadeiro Deus; e que obedecesse ao papa e ao rei de Espanha. Atahualpa pegou a Bíblia e a deixou cair.

A um grito de Pizarro, os espanhóis atiraram-se sobre a multidão. Prenderam o imperador e mataram quase todos os acompanhantes. Em troca da libertação de Atahualpa, Pizarro exigiu um quarto cheio de ouro e dois cheios de prata.

O império se mobilizou. Estatuetas de deuses e adornos foram derretidos. De Cuzco veio o maior tesouro: um jardim com árvores, flores e pássaros em tamanho natural, tudo de ouro e prata. Em alguns meses, os aposentos estavam cheios. Pizarro separou as partes do rei, da Igreja, dos soldados e a maior, para si. Só a liteira do Inca, seu troféu de general, pesava 83 quilos de ouro puro.

Depois da partilha, Atahualpa foi condenado à morte. Antes, foi batizado com o nome de Francisco, o mesmo do conquistador. Teve a cabeça esfaqueada por um torniquete de ferro.

Pizarro nomeou vários incas ligados a Huáscar, sem nenhum poder, a fim de dominar mais facilmente o império dividido. A conquista final veio logo. Em 1533, os espanhóis tomaram Cuzco e Quito; em 1535, fundaram Lima, nova capital das terras conquistadas. Os domínios se estenderiam até o interior e o sul do continente nos anos seguintes.

4. As colônias ibéricas

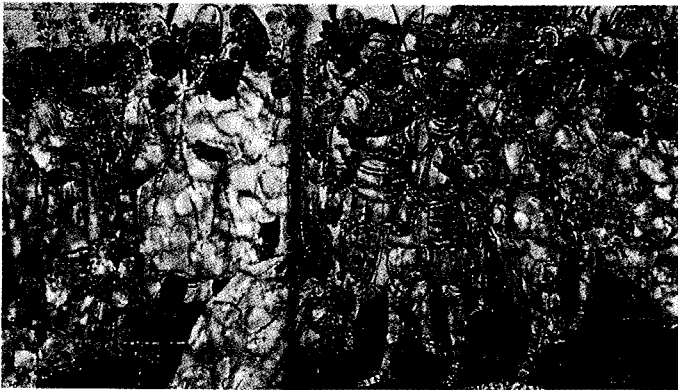
Espanha e Portugal formam a Península Ibérica, portanto *colônias ibéricas* são aquelas que pertenciam aos dois países. Nas Américas, ambos trataram de ocupar as terras conquistadas. Países como França, Holanda e Inglaterra não reconheciam o Tratado de Tordesilhas. Para garantir seu domínio sobre as colônias ibéricas, Portugal e Espanha estabeleceram, em cada uma, um governo autoritário, que controlava a vida da população, uma economia voltada para os interesses das metrópoles e uma sociedade rigidamente estruturada com ajuda da religião.

Os espanhóis dividiram suas terras americanas em quatro *vice-reinos*: Nova Espanha, Nova Granada, Peru e Rio da Prata; e quatro *capitanias gerais*: Cuba, Guatemala, Venezuela e Chile. Para administrá-los, o rei nomeava vice-reis e capitães-gerais, com poderes gerais. Tinham ajuda das *audiências*, tribunais responsáveis pela justiça, religião, forças armadas, finanças, mineração e comércio. Os *cabildos*, espécies de câmaras municipais, controlavam a polícia, fixavam impostos e faziam as leis das vilas e cidades.

Igreja e realeza trabalhavam juntos para controlar as colônias. O papa concedeu ao rei o direito de administrar os interesses da Igreja nas Américas. Em troca, o rei se comprometeu a ajudar na expansão do catolicismo. A Igreja atuava em duas frentes principais: as *missões*, que consistiam em catequizar os índios, integrando-os aos costumes europeus; e a *censura*, que através do Tribunal da Inquisição, instalado no México e no Peru, julgava os hereges, isto é, acusados de divulgar idéias que a Igreja considerava erradas.

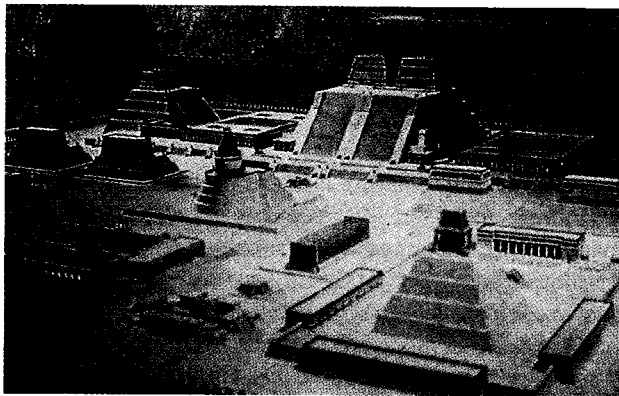
Questões propostas

1. O que significava atravessar o Atlântico no século XV?
2. O que levou portugueses e espanhóis a enfrentar o Atlântico?
3. Como os astecas pressentiram o fim de seu império? Que fato o precipitou?
4. Como foi o fim do império inca?
5. Por que espanhóis e portugueses tiveram pressa em assegurar a conquista das terras descobertas nas Américas?
6. Como portugueses e espanhóis firmaram seu domínio sobre a América?
7. Como a Igreja Católica ajudou os conquistadores no processo de colonização?



O imperador Montezuma recebe o conquistador Hernán Cortez.

Tenochtitlán, a capital asteca, tinha mais de 150 000 habitantes na época da conquista espanhola.



Capítulo 49

Brasil: a chegada dos portugueses

O começo da ocupação portuguesa do Brasil coincide com o início da Idade Moderna. Estudar as transformações que assinalaram a passagem da Idade Média para a Idade Moderna é importante para entendermos o contexto em que se iniciou a colonização brasileira.

No regime feudal europeu, que atingiu o auge entre os séculos IX e XII, a vida girava em torno dos feudos, grandes propriedades formadas por um castelo, uma aldeia e terras, habitados por pessoas de duas camadas sociais: o senhor feudal, que podia ser um nobre guerreiro ou um membro do clero; e os servos, que trabalhavam a terra. Quase não havia comércio, apenas trocas de mercadorias. Os camponeses fabricavam as roupas e os móveis de que precisavam. Os melhores artesãos eram convocados a fazer os objetos necessários ao castelo feudal.

Em geral, o rei era o senhor mais rico, mas seu poder sobre os outros era limitado, pois os feudos tinham vida praticamente independente. Alguns feudos se uniam para cuidar da defesa própria; outros evoluíam para a plena autonomia, formando novos reinos.

Antes do fim da Idade Média, o feudalismo foi desaparecendo, dando lugar a novo período da História Ocidental, a Idade Moderna, graças a fatores decisivos, como:

1. no campo *sócio-econômico*, o surgimento da burguesia mercantil e a expansão comercial européia através das Grandes Navegações;
2. no campo *político*, o fortalecimento do rei e a formação dos Estados nacionais;
3. no campo *religioso*, a Reforma protestante, a partir da qual o catolicismo deixou de ser a única religião cristã da Europa ocidental;
4. no campo *científico*, o desenvolvimento da ciência moderna, não mais fundamentada na autoridade, mas em métodos de observação e experiência; Nicolau Copérnico e Galileu Galilei mostraram que a Terra gira em torno do Sol;
5. no campo da *comunicação*, a invenção da imprensa por Gutenberg permitiu a difusão mais rápida dos conhecimentos;

6. no campo *tecnológico*, houve grandes avanços com o uso da bússola, da pólvora e do papel.

1. O novo mundo da burguesia

Os comerciantes tinham várias dificuldades no medievo: havia pouco dinheiro; em cada lugar, havia diferentes moedas, pesos e medidas; transportar as mercadorias custava caro e era difícil. Mesmo assim, o comércio cresceu. As Cruzadas, principalmente nos séculos XI e XII, foram importantes para o desenvolvimento comercial, pois os cruzados voltavam trazendo o gosto por comidas e roupas requintadas, criando um mercado para tais produtos.

O progresso do comércio fez com que, a partir do século XII, ao lado dos pequenos mercados semanais do início da Idade Média, surgissem grandes feiras, que comerciavam, por atacado, mercadorias de todas as partes.

Cresceram as cidades, ou burgos, que se libertavam do domínio dos senhores feudais. A burguesia mercantil, nova classe que surgiu ao lado de senhores feudais e servos, começou a mudar a face do mundo. Em sua luta para transformar as cidades em territórios livres dos senhores feudais, contava o apoio do rei, que por sua vez recebia apoio das cidades para objetivos comuns: fortalecer o poder real, à custa do enfraquecimento dos senhores feudais, e formar Estados nacionais.

A população européia consumia produtos trazidos de fora: da Índia, as especiarias, importantes para o tempero e a conservação de alimentos (cravo, canela, pimenta, gengibre, noz-moscada), e para a fabricação de remédios (cânfora); do Oriente Médio, tecidos finos, tapetes, perfumes; da China, porcelana e seda; da África, algodão, marfim, ouro, pimenta-malagueta e escravos.

Todas essas mercadorias chegavam à Europa pelo Mar Mediterrâneo, que era o centro comercial do mundo e, portanto, atraía os interesses da burguesia; Veneza e Gênova, cidades italianas entre o Mediterrâneo e o resto da Europa, monopolizaram o comércio entre Oriente e Ocidente e enriqueceram. Mas os comerciantes não compravam diretamente nas fontes. Os árabes, que haviam conquistado várias regiões da Ásia, África e da própria Europa, eram os intermediários. Os produtos vinham por mares, desertos e montanhas, sujeitos ao clima, a assaltos

e a impostos. Cada intermediário tratava de lucrar o máximo. O resultado foi o *encarecimento das mercadorias*.

O monopólio de Veneza e Gênova, os altos preços das mercadorias e, em 1453, a tomada de Constantinopla pelos turcos, que passaram a criar mais problemas ao comércio europeu, estimularam diversos países europeus a procurar caminhos que os levassem diretamente à fonte das especiarias e de outros produtos orientais.

2. Portugal larga na frente

Alguns fatores contribuíram para o pioneirismo português no processo de *expansão marítima*:

1. ao contrário de outros reinos europeus, já em 1143 Portugal foi unificado como *reino independente* e concentrou-se em expulsar os árabes e expandir-se pelos mares;
2. João I, rei em 1385, apoiado na burguesia mercantil enriquecida, impulsionou a expansão;
3. no início do século XV, Portugal tornou-se centro de estudos de navegação com estímulo de Henrique, o Navegador, que se estabeleceu em Sagres e se beneficiou com a localização de Lisboa, escala dos navios que, vindos do Mediterrâneo, iam para o norte europeu;
4. avanços, como o uso da bússola, mapas e as caravelas, mais velozes que as embarcações anteriores, tudo consequência dos estudos realizados em Portugal.

Os navegadores portugueses tinham por objetivo alcançar as Índias contornando o sul africano. Foram mais de oitenta anos de tentativas, da tomada de Ceuta no norte da África em 1415, até a chegada às Índias, em 1498, em viagem realizada por Vasco da Gama. Depois de tantos riscos e perigos, a burguesia mercantil exultou: os lucros da primeira viagem de Vasco da Gama chegaram a 6 000%.

Mas, antes de atingir as Índias, os portugueses tiveram uma surpresa: um navegador genovês a serviço da Espanha chegou à América em 1492. A descoberta de Cristóvão Colombo criou um problema, pois, em 1480, Portugal e Espanha haviam assinado o Tratado de Toledo: ele garantia que "águas e terras ao sul das Canárias seriam exclusivas da exploração portuguesa". Agora, a Espanha se preocupava em garantir a posse dessas terras, também ao sul das Canárias. O rei

espanhol dirigiu-se ao papa, autoridade máxima do Ocidente na época. Alexandre VI, em 1493, através da bula *Inter Coetera*, estabeleceu: a linha demarcatória passaria 100 léguas (cerca de 550 quilômetros) a oeste das ilhas de Cabo Verde. Assim, terras a oeste da linha (América) pertenceriam à Espanha; a leste (África), a Portugal. Mas os portugueses, inconformados, reuniram-se com os espanhóis e, em Tordesilhas, assinaram em 1494 um tratado que mudou a linha demarcatória para 370 léguas (cerca de 2 000 quilômetros) a oeste de Cabo Verde. Pelo *Tratado de Tordesilhas*, já pertenceria a Portugal parte das terras do Brasil, que ainda nem havia sido descoberto.

Os lucros trazidos pela viagem de Vasco da Gama incentivaram os portugueses a organizar nova expedição o mais rápido possível. Ela partiu de Lisboa em 9 de março de 1500, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, com 13 navios e 1 500 soldados, além de tripulantes e religiosos. Em 22 de abril, a esquadra de Cabral chegou à *Ilha de Vera Cruz*, nome mudado no ano seguinte para *Terra de Santa Cruz* e, a partir de 1503, para *Brasil*.

No dia 23, os portugueses fizeram com os nativos os primeiros contatos, muito cordiais segundo o escrivão Pero Vaz de Caminha. Em 2 de maio, Cabral seguiu para as Índias, evidenciando qual era o mais importante objetivo da viagem. Apesar de perder quatro navios, a expedição de Cabral foi outro sucesso comercial, pois apenas a pimenta trazida do Oriente rendeu duas vezes o custo da viagem.

Duas questões relacionadas ao Descobrimento do Brasil provocaram muitas dúvidas e discussões. Primeiro, a questão dos *precursores* de Cabral: há indícios fortes de que, em 1499, Américo Vespúcio e Vicente Pinzón estiveram em terras hoje pertencentes ao Brasil. A segunda questão é a da *intencionalidade*: sabiam os portugueses da existência dessas terras ou Cabral se desviou da rota e chegou aqui por acaso? Há argumentos a favor das duas hipóteses, mas parece que os portugueses, se não tinham certeza, desconfiavam da existência de terras neste lado do Atlântico. Caso contrário, como se explicaria a insistência de João II em transferir a linha demarcatória entre terras espanholas e portuguesas para 370 léguas a oeste de Cabo Verde, tal e qual estabeleceu o Tratado de Tordesilhas?

É mais seguro afirmar que a expedição de Cabral teve dois objetivos principais: estabelecer o domínio português sobre a parte já assegurada em Tordesilhas, fixando aí bases de operação que facilitassem as viagens para as Índias; e continuar as relações políticas e comerciais com o Oriente, iniciadas por Vasco da Gama.

Questões propostas

1. Em que época teve início a ocupação portuguesa do Brasil?
2. Relacione e comente os fatores decisivos para a superação da Idade Média.
3. Quais as características do comércio entre Ocidente e Oriente entre os séculos XI e XV?
4. Quais as consequências da intermediação dos árabes nesse comércio?
5. O que contribuiu para o pioneirismo de Portugal na expansão marítima européia?
6. Como as novas terras foram divididas entre Portugal e Espanha?
7. Que dúvidas provocaram discussões em torno do Descobrimento?
8. Quais os dois prováveis objetivos da expedição de Cabral?



Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, os dois principais protagonistas dos grandes descobrimentos portugueses.

Capítulo 50

Brasil: os primeiros tempos (1500-1530)

Pode-se afirmar que as navegações e, mais tarde, a colonização tinham objetivo fundamentalmente comercial.

1. O mercantilismo

A expansão comercial, a busca de riquezas, a descoberta de novas terras, todos esses fatores foram estruturando um novo conjunto de idéias e práticas econômicas, o *mercantilismo*. Trata-se da doutrina segundo a qual o comércio seria a atividade fundamental da economia, ao contrário do que ocorria até fins da Idade Média, quando o mais importante era a exploração da terra.

O mercantilismo, que uniu as Monarquias Nacionais e a burguesia em torno dos mesmos interesses, apresentou três características básicas:

Balança comercial favorável — Existiria, na medida em que a exportação fosse maior que a importação.

Protecionismo — Proibia-se a importação de mercadorias que concorressem com os produtos nacionais e impedia-se a exportação de matérias-primas que pudessem ajudar a indústria estrangeira.

Monopólio — Concedido pelo rei, mediante pagamento, a certas companhias privilegiadas. Era válido para o comércio de alguns produtos, em determinadas regiões e por tempo limitado.

Entre explorar comércio certo e garantido com o Oriente ou lançar-se a aventura incerta, cara e sem garantias em terras desconhecidas, Portugal deu preferência à primeira opção. Isso explica por que os portugueses pouco se interessaram pelo Brasil nas três primeiras décadas após o Descobrimento.

Além do mais, havia poucas pessoas dispostas a vir para cá. Portugal limitou-se a enviar expedi-

ções que exploraram o litoral, deram nome a alguns acidentes geográficos e carregaram *pau-brasil*.

2. Índios e brancos: as diferenças

Os índios não entendiam como o branco podia vir de tão longe para buscar pau-brasil. O francês Jean de Léry, que aqui esteve no século XVI, deixou registrado diálogo com um velho tupinambá, que queria saber se os brancos não tinham árvores em sua terra. Ao saber que aquela servia para tingimento e que um só homem comprava todo o pau-brasil que carregava um navio, o tupinambá perguntou:

“Mas esse homem rico de que me falas não morre?”

Ao saber que o branco também morria e deixava tudo para os filhos, o velho se espantou. De seu ponto de vista, era loucura enfrentar o oceano, amontoar riquezas e deixar para outros:

“Estamos certos de que, depois de nossa morte, a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados”.

O índio trabalha para viver, enquanto o branco vive para trabalhar, era o que o tupinambá queria dizer, embora usasse outras palavras. As diferenças com os brancos estavam em tudo, na maneira de se vestir, de encarar o trabalho, de pensar e de ver o mundo. Os índios não entendiam como é que as coisas usadas pelos brancos não haviam sido feitas por eles mesmos. Pois entre os indígenas, o que um homem sabe fazer, todos os outros também sabem; o que uma mulher sabe fazer, todas as outras sabem; e, geralmente, cada um faz as coisas que usa.

3. A exploração do pau-brasil

O único produto de algum valor comercial que se sabia existir no Brasil, embora inferior às mercadorias orientais, era o vegetal do qual se extraía uma tinta muito usada em tinturaria: o pau-brasil. O de melhor qualidade estava em terras do atual Pernambuco.

Os índios o chamavam de *ibirapitanga* e *arabutã*. Nome científico, *Caesalpinia echinata*. A árvore chega a 10 ou 15 metros de altura, com tronco de 1 metro de diâmetro na base. Os portugueses foram os primeiros a explorá-lo. Os espa-

nhóis, depois de algumas viagens, se afastaram, em respeito ao Tratado de Tordesilhas. Os franceses, sem compromisso com o tratado e não podendo comerciar diretamente com o Oriente, lançaram-se ao contrabando.

A exploração dava-se de forma rudimentar, trazendo grande destruição das matas. Os traficantes geralmente contavam com ajuda dos índios. Eles cortavam a madeira e a levavam até os navios, em troca de peças de tecido, roupas, contas coloridas, canivetes, facas; raramente, serras e machados.

Tal tipo de exploração não deu origem a estabelecimentos ou povoados. Franceses e portugueses apenas construíram algumas *feitorias*, em trechos do litoral onde a madeira era mais abundante. Tratava-se de construções fortificadas, para a defesa contra concorrentes e o depósito de mercadorias.

A concorrência entre portugueses e franceses empre levava à luta armada. D. João III, rei de Portugal, vendo que suas reclamações à França não produziam resultado, mandou uma expedição punitiva comandada por Cristóvão Jacques, em 1526. Jacques afundou navios, prendeu e matou os sobreviventes. Mas os franceses continuaram agindo.

Como toda atividade ultramarina, a exploração do pau-brasil era *monopólio* do rei. Só poderia dedicar-se a ela quem tivesse uma concessão da Coroa, que cobrava por isso. Até 1504, o concessionário exclusivo foi Fernando de Noronha, associado a comerciantes judeus. Depois, a exploração passou para vários traficantes. O Brasil continuou exportando pau-brasil até início do século XIX, mas o negócio deixou de ser bom a partir de 1530, quando as matas do litoral já estavam esgotadas.

A forma predatória de exploração, com interesse imediatista e sem preocupação com o futuro, seria depois empregada em relação a todos os

recursos brasileiros — minerais, vegetais e animais. Grandes áreas se tornariam improdutivas, como o Nordeste e outras regiões do País, e muitas espécies animais seriam extintas. O Brasil foi descoberto em 1500 e só na década de 1930 foi criado um Código Florestal.

Um exemplo típico do exagero da destruição é o próprio Estado de São Paulo. Em 1860, ainda restavam 81% da mata natural; 120 anos depois, a proporção caiu a 6%. Pelo período em que se deu a devastação, percebe-se que os grandes responsáveis foram o café e a cana-de-açúcar. Isto é, continuou-se devastando para cultivar não os produtos básicos para a população, mas sim aqueles destinados à exportação.

Questões propostas

1. Quais as principais características do mercantilismo?
2. Por que Portugal não iniciou logo a colonização do Brasil?
3. Como era explorado o pau-brasil e qual a diferença entre espanhóis e franceses em relação ao negócio?
4. Para que serviam as feitorias?
5. A exploração do pau-brasil constituía monopólio do rei: o que significa isto?
6. Qual a diferença entre brancos e índios em relação ao trabalho?
7. Tomando São Paulo como exemplo, mostre as consequências da exploração predatória empreendida pelos colonizadores.

Capítulo 51

Brasil: o início da colonização (1530 - 1580)

A partir de 1530, mudou a posição de Portugal em relação ao Brasil. O rei se convenceu de que só poderia manter a posse da terra estabelecendo núcleos permanentes de *povoamento, colonização e defesa*. Mas a Coroa também tinha esperança de haver aqui riquezas minerais, em proporções semelhantes às encontradas pelos espanhóis em suas possessões.

1. Colonizar era a solução

Os lucros extraídos no comércio com o Oriente começavam a decrescer. Seria bom que o Brasil substituísse a Índia como fonte de riquezas. As novas terras ficavam a meio caminho para a Índia, o custo do transporte das mercadorias diminuiria bastante. Mas o tipo de exploração teria de mudar, porque havia diferenças de condições entre as duas regiões. Compare:

ORIENTE	BRASIL
População densa e fixa	População rala e nômade
Civilização complexa	Índios na Idade da Pedra
Produção de excedentes	Produção para consumo próprio
Comércio tradicional	Comércio inexistente
Modo feudal de produção	Comunidade primitiva

No Oriente, Portugal procurava garantir seus privilégios e monopólios no comércio, que lhe davam grandes lucros. No Brasil, não havia com quem comerciar. As comunidades indígenas con-

sumiam o que produziam e só produziam o necessário para si. Nada produziam que servisse como objeto de troca ou consumo na Europa.

A colonização não estava nos planos da burguesia mercantil, que havia impulsionado as navegações. Mas o rei tinha interesse em garantir o domínio de suas terras brasileiras. A única possibilidade era a colonização, apesar das dificuldades a enfrentar. Para dar início ao empreendimento, foi organizada a expedição comandada por Martim Afonso de Sousa, em 1530. Seus principais objetivos foram:

1. percorrer o litoral e, quando julgasse necessário, explorar o interior em busca de ouro e prata;
2. expulsar os franceses que encontrasse;
3. organizar núcleos de povoamento e defesa;
4. aumentar o domínio português até o Rio da Prata, abrangendo portanto terras que não pertenciam a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas.

Voltando do Rio da Prata em 1532, Martim Afonso fundou São Vicente, no litoral do atual Estado de São Paulo. Foi a primeira vila do Brasil.

Como colonizar?

A decisão de colonizar o Brasil foi fácil, difícil foi encontrar a melhor forma de exploração. O produto mais adequado precisava preencher condições básicas: adaptar-se às condições da nova terra; ter aceitação no mercado europeu; ser fácil de produzir e vender.

A experiência de Portugal como produtor de açúcar em suas ilhas do Atlântico (Madeira e Cabo Verde) contribuiu para a escolha do produto e a forma de produção: eram semelhantes as *condições ecológicas* do Brasil e das ilhas; o *açúcar* era das especiarias mais bem pagas e apreciadas no mercado europeu; por seu valor, o açúcar poderia atrair *investimentos*; navios holandeses poderiam colaborar no *transporte*; os índios poderiam ser obrigados a trabalhar na lavoura e, se não se adaptassem, havia os *africanos*, muitos deles já escravizados pelos portugueses.

2. A exploração do açúcar

A grande disponibilidade de terras foi fundamental para determinar o modelo de colonização. Ele se baseava em três elementos: grande propriedade; monocultura; trabalho escravo.

Os portugueses optaram pela *grande propriedade* em razão de alguns fatores básicos: havia terra suficiente; as pessoas que se dispunham a vir para o Brasil, pondo em risco suas posses e sua vida em troca de algo incerto, queriam grandes extensões de terra, para se tornarem grandes senhores e latifundiários; a produção requeria desbravar o terreno, plantar, colher, transportar a cana e fabricar o açúcar, assim só seria lucrativa em plantações extensas.

O estabelecimento da agricultura no Brasil, como em outras áreas tropicais, teve como principal objetivo cultivar um produto de grande valor comercial e altamente lucrativo. Era uma decorrência natural do chamado *pacto colonial*, segundo o qual as *colônias* só poderiam comerciar com suas *metrópoles*. Por isso, todos os esforços deviam concentrar-se na cultura de um só produto, isto é, na *monocultura*.

Inicialmente, tentou-se usar o *trabalho dos índios*. Tinham colaborado de maneira dócil na extração do pau-brasil e o colonizador pensou que o mesmo aconteceria com o trabalho agrícola. Mas eles, aos poucos, não se satisfaziam mais com os objetos recebidos pelo trabalho pesado. Também não se submetiam facilmente às condições exigidas pelo colonizador. A extração do pau-brasil era tarefa esporádica e livre; a atividade agrícola exigia disciplina, organização e vida sedentária. A solução foi aumentar a vigilância para impedir o abandono do trabalho e, depois, a escravização pura e simples. Em pouco tempo, generalizou-se a *escravidão* dos índios.

Eles resistiam, mas, apesar da superioridade numérica, eram derrotados pela superioridade das armas de fogo dos colonos. Em 1570, uma Carta Régia autorizava a escravização de índios presos em *guerra justa*, isto é, iniciada pelos índios ou promovida contra tribos que se negassem a submeter-se aos colonos. O rei simplesmente legalizava a escravidão do índio sob pretexto de defendê-lo. Daí por diante, para aprisionar índios, organizaram-se as chamadas *bandeiras*, expedições que se tornaram um dos principais fatores da atual extensão do território brasileiro.

Na impossibilidade de contar em grande escala com o trabalho indígena e diante da possibilidade de lucrar com o tráfico negreiro, os portugueses de novo lançaram mão de sua experiência: desde o século XV, comerciavam com *escravos africanos*, usados em Portugal para trabalhos domésticos e, nas ilhas do Atlântico, para o trabalho agrícola.

Não se tem certeza de quando chegaram os primeiros escravos africanos, mas sabe-se que, a partir de 1550, começa o comércio regular de escravos entre África e Brasil. Sua introdução foi lenta em alguns lugares, pelo alto custo comparado ao comércio do indígena. Por isso, em regiões pobres e mesmo nas capitanias do norte, a mão-de-obra indígena continuou participando da exploração colonial, especialmente até fins do século XVI. Em 1587, por exemplo, havia na Bahia cerca de 2 000 europeus, 4 000 negros e 6 000 índios.

O alto custo dos africanos se devia mais às condições da viagem. Metade morria no trajeto e muitos chegavam inutilizados para o trabalho; vinham amontoados, acorrentados, mal alimentados e em péssimas condições higiênicas. Os que morriam eram atirados ao mar.

3. O engenho

Livros da Alfândega de Lisboa de 1526 já acusam a entrada de açúcar vindo de Itamaracá, Pernambuco. Mas a grande produção só começa oficialmente com Martim Afonso de Sousa em 1533, em São Vicente. O engenho do governador foi financiado pelo germânico Erasmus.

Centro das atividades de uma propriedade produtora de açúcar, nos primeiros tempos *engenho* era apenas a fábrica. Depois, o termo começou a ser aplicado a toda a propriedade, das terras cultivadas às instalações da fábrica. Às vezes, o proprietário cedia partes das terras a lavradores, que se obrigavam a entregar a cana para moer no engenho, recebendo metade do açúcar produzido. Outros possuíam terras e escravos, mas não o engenho, de instalações caras. Neste caso, pagavam pela moagem da cana.

As principais instalações do engenho são: *moenda*, onde se mói a cana para extrair o caldo; *caldeira*, onde se purifica o caldo; *casa de purgar*, onde se acaba de purificar o caldo. As construções principais são *acasa-grande*, *asenzala*, as *estrebarias* e as *oficinas*.

Nos engenhos médios, trabalhavam entre 80 e 100 escravos e alguns trabalhadores livres, geralmente antigos escravos, como feitores ou capatazes, mestres, purgadores e outras funções.

O número de engenhos aumentou consideravelmente no primeiro século de produção. Já eram 60 em 1570. Depois de dobrar em mais dez anos, tal número quase quadruplicou até 1627: 230. Os favores especiais concedidos aos produtores mostra o interesse do rei de Portugal na lavoura. Os senhores de engenho recebiam terras, isenção de tributos, garantia contra penhora de instrumentos de produção, honrarias, títulos e outros benefícios.

4. As capitanias hereditárias

Apesar das regalias e dos poderes oferecidos a quem quisesse colonizar o Brasil, só pessoas de pouca expressão econômica e social apresentaram-se para a tarefa. Qual seria o melhor plano administrativo da colonização? Os portugueses tentaram mais uma vez aplicar a experiência das ilhas atlânticas.

Em 1534, a costa brasileira foi dividida em quinze faixas de terra, com largura entre 200 e 650 quilômetros, do litoral à linha do Tratado de Tordesilhas. Chamavam-se *capitanias hereditárias*, pois passariam dos donatários a seus herdeiros. Os donatários possuíam grandes poderes: podiam dispor das terras e distribuí-las entre colonos, nomear autoridades administrativas e judiciárias, receber taxas e impostos, escravizar e vender índios, fundar vilas, cobrar tributos pela navegação dos rios, etc.

Havia dois tipos de capitanias: principal, administrada por capitão-general e governador; e subalterna, administrada por capitão-mor ou governador. A constituição político-administrativa tinha por base jurídica a *Carta de Doação* e o *Foral*. Pela Carta de Doação, o rei concedia a administração perpétua e hereditária ao capitão donatário. No Foral, estavam fixados os direitos, foros e tributos que a população pagaria, ao rei e ao donatário.

A maior parte dos donatários não tinha recursos para tal empreendimento. Receberam empréstimos e contribuições de banqueiros e negociantes judeus de Portugal e Holanda. Muitos nem vieram ao Brasil. Dos que vieram, quase todos fracassaram: perderam suas posses e, alguns, até a vida,

sem nada realizar. Só dois tiveram sucesso, em parte porque receberam muita ajuda do rei de Portugal e de banqueiros flamengos: Martim Afonso de Sousa, em São Vicente; e Duarte Coelho, em Pernambuco.

Governo-Geral — Um dos grandes problemas das capitanias era o isolamento, que dificultava a defesa contra os índios, em luta por suas terras e contra a escravização. Foi um dos fatores que levaram o rei de Portugal a nomear um governador-geral para o Brasil em 1548; o objetivo era centralizar a defesa do território e a administração da colônia.

Para sede do Governo-Geral foi escolhida a capitania da Bahia de Todos os Santos, comprada dos herdeiros do donatário, que havia morrido. O primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, com quem vieram jesuítas, fundou *Salvador*, primeira cidade brasileira, onde instalou seu governo em 1549. Em 1572, com a morte do terceiro governador-geral, Mem de Sá, o rei de Portugal estabeleceu dois governos, para facilitar a administração: um no norte, com sede em Salvador; outro no sul, com sede no *Rio de Janeiro*. Como a divisão não deu resultados, o governo foi novamente unificado em 1578 e a sede única voltou para Salvador.

Câmaras Municipais — Com o surgimento das primeiras vilas e cidades, organizou-se a administração municipal. Da mesma forma que em Portugal, era dirigida pela Câmara Municipal, composta de três ou quatro vereadores, escolhidos pelos *homens bons* do lugar, quase sempre os proprietários rurais, nunca “os operários, os mecânicos, os degredados, os judeus e os estrangeiros”. Um juiz, escolhido da mesma forma, presidia a Câmara.

As autoridades municipais, tais como as autoridades das capitanias, não se submetiam facilmente ao governador-geral; tinham tendência autonomista. Algumas Câmaras chegaram a ter representante em Lisboa.

5. A administração eclesiástica

A história religiosa da colônia começa em 1549, com a vinda dos jesuítas. O primeiro provincial foi o padre Manuel da Nóbrega, conselheiro

de Mem de Sá. As atividades da Companhia de Jesus procuraram dois objetivos: *missionário*, pela fundação de aldeias indígenas, e *educacional*, pela organização de colégios, base da cultura do Brasil colonial.

Com Pero Fernandes Sardinha à frente, instalou-se o primeiro bispado em Salvador em 1552. Ele se desentendeu com os jesuítas a respeito dos índios. Os jesuítas queriam pôr a cristianização em primeiro plano e eram mais tolerantes com os costumes indígenas; o bispo entendia a catequese como instrumento para a conquista do indígena para a cultura européia, achando que só deveria ser batizado quando falasse português, se vestisse e se comportasse como o europeu.

Em 1676, a diocese da Bahia foi elevada à categoria de arquidiocese. No fim do século XVIII, havia no Brasil uma *arquidiocese* (Bahia), seis *dioceses* (Rio, Pernambuco, Maranhão, Pará, Mariana e São Paulo) e duas *prelazias* (Goiás e Mato Grosso).

Questões propostas

1. Por que o rei de Portugal se convenceu de que seria melhor colonizar o Brasil?
2. Que diferenças havia entre as condições apresentadas pela nova colônia e as do Oriente?
3. Que objetivos tinha a expedição de Martim Afonso de Sousa?
4. Por que os portugueses escolheram o açúcar como produto a ser usado na colonização do Brasil?
5. Por que o cultivo da cana se deu em grandes propriedades?
6. Explique o pacto colonial e a monocultura.
7. O que foi a guerra justa? Por que os portugueses recorreram ao tráfico de escravos africanos? Como eles eram trazidos?
8. Descreva o engenho.
9. A respeito das capitanias hereditárias explique: o que eram, como foram constituídas e que resultados trouxeram?
10. Por que o rei de Portugal criou o Governo-Geral?
11. O que eram as Câmaras Municipais? E os "homens bons"?
12. Quais as duas principais atividades eclesiásticas no início da colonização?

Índios numa fazenda.
Gravura de Rugendas.



Capítulo 52

Brasil: o domínio espanhol e as invasões estrangeiras (1580 - 1640)

Na Monarquia Absoluta, o poder é exercido por uma pessoa, rei ou imperador. Quando ele morre, o trono passa ao herdeiro mais imediato. Em 1578, governava Portugal o jovem rei Dom Sebastião. Sua maior preocupação era combater os árabes no norte da África, para se fazer conhecido como o mais valoroso perseguidor de infiéis. À frente de 18 000 homens, partiu para a África, numa aventura que muitos consideraram absurda. Os árabes esmagaram seu exército e lhe tiraram a vida. Como não tinha filhos, foi aclamado rei de Portugal seu tio-avô e herdeiro mais imediato, o cardeal Dom Henrique.

1. Filipe II, da Espanha, apodera-se de Portugal

A morte de D. Henrique, no começo de 1580, provocou muita disputa entre vários pretendentes ao trono. Por força de palavras, armas e dinheiro, Filipe II, rei da Espanha e tio de Dom Sebastião, acabou aclamado rei de Portugal e tentou realizar seu sonho de *União Peninsular*. Na verdade, fazia tempo que Filipe II via na anexação de Portugal uma necessidade econômica, geopolítica e mesmo religiosa.

A união entre os dois reinos que formavam a Península Ibérica facilitaria a superação de uma série de *dificuldades econômicas* pelas quais a Espanha passava; cimentaria uma ligação comercial já existente, especialmente no tráfico de escravos para a América; ia de encontro aos interesses da burguesia de Portugal, mais bem aparelhado no setor do transporte marítimo: ela extrairia mais lucros ainda, sobretudo no comércio colonial.

Em termos de *geopolítica*, Portugal se constituía num desafio ao ideal de união ibérica, pois havia escapado sempre ao forte processo de aglutinação dos reinos cristãos da península. A Espanha deixaria também de realizar feitos apenas na esfera do Mediterrâneo; passaria a ter

maior participação no Atlântico, em que Portugal era pioneiro.

No campo da *religião*, Filipe II assumiu a defesa total da fé católica, ainda que lhe custasse a perda do domínio sobre os Países Baixos, entre eles a Holanda, nos quais a burguesia havia aderido à Reforma Protestante. A união com Portugal, apoiada pela Companhia de Jesus, fortaleceria o império cristão e daria novo impulso à expansão da fé católica.

No campo da *colonização* e da *conquista* do interior do Brasil, os sessenta anos de domínio espanhol coincidiram com uma série de inovações, embora não se saiba até que ponto elas refletiram uma política deliberada de Filipe II e seus sucessores:

- bandeiras cortaram o sertão em todas as direções, em busca de escravos e ouro, expandindo o território;
- conquistou-se o litoral do Norte e Nordeste, com expulsão dos franceses;
- expandiu-se a criação de gado, trazendo a ocupação de novas terras;
- em consequência, em parte, da rivalidade entre Espanha e Holanda, criou-se no Nordeste uma colônia holandesa.

O domínio espanhol terminou em 1640, com a *restauração* da monarquia portuguesa.

2. A conquista do litoral norte-nordeste

A conquista do litoral do Norte e do Nordeste resultou de sucessivas vitórias contra os franceses, que exploravam o comércio de madeira, peles e outros produtos, apoiados na ótima relação mantida com os indígenas. Os franceses vinham insistindo em ocupar e explorar o Brasil desde o início, contrabandeando o pau-brasil; e, entre 1555 e 1567, estabeleceram-se no Rio de Janeiro, onde fundaram a França Antártica.

A vitória sobre os franceses na Paraíba em 1584 só foi possível graças a dois fatores: a colaboração entre portugueses e espanhóis; a desagregação que os portugueses provocaram entre os indígenas, associando-se a um dos grupos que vinham apoiando os franceses. Estes tentaram ocupar outras regiões, mas foram derrotados sucessivamente: Sergipe (1590), Rio Grande do Norte (1599), Ceará (1603) e Maranhão (1615). A

investida mais séria ocorreu no Maranhão, onde os franceses tentaram reeditar a fracassada experiência do Rio de Janeiro, fundando a *França Equinocial*. A vitória aqui coincidiu com a aliança entre França e Espanha, através do casamento do rei francês Luís XIII com a filha do rei espanhol Filipe III, o que nos faz pensar que tenha havido acordo entre os dois monarcas para a retirada dos franceses.

Conquistado o Pará em 1616, encerrou-se a aventura francesa, depois de um século de resistência. Houve ainda tentativas de invadir o Rio de Janeiro no início do século XVIII. Mas, em seguida, os franceses desistiram do Brasil e estabeleceram-se ao norte, na região que ficou conhecida como Guiana Francesa.

3. A invasão holandesa

Após rápida e frustrada tentativa de se estabelecer na Bahia em 1624 e 1625, a Holanda ocupou com sucesso a capitania de Pernambuco. A partir desta base, os holandeses estenderam seu domínio sobre grande parte do litoral nordestino, onde permaneceram de 1630 a 1654.

Os holandeses participavam da exploração do açúcar desde o início da colonização, financiando a instalação dos engenhos e funcionando como intermediários entre Portugal e os mercados europeus. Assim, ficavam com a maior parte dos lucros.

A partir das duas últimas décadas do século XVI, a fonte começou a secar, por duas razões interligadas: a união de Portugal e Espanha fez com que esta dominasse o Brasil por sessenta anos; o fim do domínio espanhol sobre os Países Baixos (hoje Holanda) provocou sangrenta guerra entre os dois países.

A Espanha passou a dificultar o acesso dos holandeses ao açúcar brasileiro. A Holanda tentou apoderar-se das regiões produtoras do Nordeste brasileiro, o que acabou conseguindo em 1630. Passaria então não só a dominar o comércio como também a produção.

Os holandeses chegaram a enfrentar alguma resistência, liderada por Matias de Albuquerque, comandante militar da capitania de Pernambuco. Os senhores de engenho logo abandonaram a luta, já que lhes interessava vender açúcar, o que poderiam muito bem fazer sob domínio holandês. A

administração da colônia holandesa estava a cargo da WIC, a Companhia das Índias Ocidentais, fundada em 1621 e, junto com a Companhia das Índias Orientais, encarregada de extrair lucros da África Oriental e da Ásia.

Para conquistar os senhores de engenho, a WIC propôs paz e empréstimos para a reconstrução de suas propriedades. Em 1637, a WIC nomeou o conde Maurício de Nassau governador de suas terras no Brasil. Nassau trouxe artistas e cientistas. Os naturalistas estudaram pela primeira vez nossa natureza; pintores, como Franz Post, reproduziram as paisagens; arquitetos, como Pieter Post, urbanizaram o Recife. Nassau mandou construir pontes e obras sanitárias, deu garantia às religiões e obrigou os fazendeiros a cultivar mandioca, principal alimento dos escravos.

Fim do domínio holandês

Em 1640, Portugal recuperou a independência, separando-se da Espanha. O novo governo português assinou trégua com os holandeses, mas estes não respeitaram: conquistaram São Tomé e Angola, na África, e passaram a controlar o comércio de escravos. Portugal então decidiu apoiar a luta para expulsar os holandeses do Brasil, que já havia começado.

Vários fatores levaram os senhores de engenho a romper a paz com os invasores holandeses. O principal foi a nova política da WIC, que em 1642 passou a obrigar os senhores de engenho a aumentar a produção; cobrou dívidas atrasadas e confiscou terras de quem não pagou; aumentou os impostos; proibiu católicos de pagar o dízimo aos padres. A WIC precisava de dinheiro para a Guerra dos Trinta Anos, conflito político-religioso que abalou a Europa entre 1618 e 1648. Por ser contra as medidas, Nassau foi demitido.

Na luta contra os holandeses, uniram-se senhores de engenho comandados por um amigo de Nassau, João Fernandes Vieira; escravos negros chefiados por Henrique Dias; e índios comandados por Filipe Camarão. A supremacia brasileira ficou clara nas duas batalhas de Guararapes (1648 e 1649), mas os invasores só deixaram o Brasil em 1654. Os holandeses montariam sua própria produção de açúcar nas Antilhas, com técnica aperfeiçoada, provocando crise e decadência na produção brasileira.

4. Administração e economia

Filipe II, aclamado rei de Espanha e Portugal, manteve a organização administrativa do reino português e de suas colônias. Pretendia evitar reações contra a unificação dos dois reinos. Em 1621, as terras da colônia foram agrupadas em dois Estados: *Maranhão*, capital São Luís; e *Brasil*, capital Salvador. Os dois governadores estavam subordinados à metrópole. Na prática, havia duas colônias.

As Câmaras Municipais recusavam submeter-se aos governadores. A economia, baseada na *lavoura canavieira*, expandia-se. De Pernambuco, sempre na faixa costeira, a colonização estendeu-se para o norte, até o Rio Grande do Norte, e para o sul, rumo a Alagoas, onde já havia engenhos no fim do século XVI. Mas foi na Bahia que se desenvolveu o maior centro produtor de cana-de-açúcar.

A rápida expansão fez do Brasil o maior produtor mundial até meados do século XVII. Mas os lucros dos engenhos eram baixos, pois quem ficava com a maior parte eram os intermediários. Veja este quadro de preços por arroba de açúcar:

PRAÇA	PREÇO
<i>Brasil</i>	625 réis
<i>Portugal</i>	1 210 réis
<i>Londres</i>	1 610 réis
<i>Restante da Europa</i>	1 800 réis

Essa diferença de preços, a concorrência do açúcar antilhano e a do açúcar de beterraba contribuíram para a decadência da indústria açucareira do Brasil, a partir da segunda metade do século XVII. Outro produto, embora inferior ao açúcar, começou a ser cultivado: o *tabaco*. O principal centro produtor era o *Recôncavo Baiano*. Além de bem aceito na Europa, era usado como moeda no tráfico de escravos, pois tinha grande valor nas costas africanas.

5. A subsistência da população

Atividades acessórias desenvolveram-se na colônia, com vistas à subsistência dos trabalhado-

res e, portanto, ao funcionamento da economia de exportação (açúcar e tabaco). Camponeses e suas famílias de mestiços e índios aculturados praticavam essa incipiente agricultura, em pequenas propriedades: *mandioca*, *milho*, *arroz* e *feijão*.

O papel secundário atribuído à cultura de subsistência sempre trouxe problemas alimentares à população colonial e, muitas vezes, a fome. Para os senhores de engenho, apesar da insistência das autoridades, a produção de alimentos não interessava, pois podiam pagar o preço que fosse, contanto que assegurassem todos os recursos à cana. Assim, eles detinham a melhor parte das terras aproveitáveis, de modo que o problema da alimentação nunca se resolvia satisfatoriamente. Com exceção das classes abastadas, a população colonial, com mais gravidade na zona urbana, viveria sempre em crônico estado de subnutrição.

Questões propostas

1. Como foi possível à Espanha estabelecer seu domínio sobre Portugal e suas colônias?
2. Por que Filipe II da Espanha achava necessário anexar Portugal? Resuma as razões econômicas, geopolíticas e religiosas.
3. Como os portugueses conquistaram o litoral norte-nordeste do Brasil?
4. Por que os holandeses invadiram o Brasil e que região ocuparam?
5. Por que os senhores de engenho resolveram participar da luta contra os holandeses?
6. Por que os produtores de açúcar brasileiros não tinham grandes lucros?
7. Que relação havia entre a produção de tabaco e o tráfico negreiro?
8. Que importância davam os senhores de engenho à cultura de subsistência? Quais as consequências de sua atitude no caso?

Capítulo 53

Brasil: a conquista do território (1640 - 1700)

O período que vai da Restauração portuguesa (1640) ao início da exploração do ouro (1700) caracteriza-se por dois processos importantes: forte *centralização* administrativa e econômica, que aumenta o controle da Coroa portuguesa sobre a colônia brasileira; um movimento de *expansão* territorial, que leva o Brasil a triplicar de tamanho, por obra de bandeirantes, vaqueiros e missionários.

1. Herança do domínio espanhol

Os sessenta anos de domínio espanhol deixaram ao reino português uma herança desastrosa: obrigado a participar da política guerreira da Espanha, perdeu quase toda a sua Marinha; muitas de suas colônias foram ocupadas por Holanda e Inglaterra, inimigas da Espanha; pouco restou do comércio asiático; empobrecido, Portugal ficou ainda mais necessitado de produtos coloniais americanos e parte da população foi obrigada a buscar vida melhor no Brasil.

Depois de 1654, com a saída dos holandeses, Portugal encontrou-se em grave crise. Entre as medidas tomadas para superá-la, três merecem destaque: o início da dependência em relação à Inglaterra; a centralização administrativa; o monopólio econômico.

Dependência da Inglaterra — Portugal e Inglaterra eram aliados desde o século XIV. Mas só no século XVII a aliança política passou a existir no plano econômico, num processo que se estendeu até o final do século XIX. O relacionamento, que beneficiou largamente a Inglaterra, traduziu-se em vários tratados:

1642 — Portugal concede à Inglaterra o tratamento de nação mais favorecida no comércio entre os dois países.

1654 — Navios ingleses podem navegar livremente para o Brasil, com os direitos comerciais dos portugueses.

1703 — Pelo Tratado de Methuen, a Ingla-

terra se compromete a comprar vinhos portugueses em troca de permissão para vender sua lã em Portugal. Isto desestimulou a produção de cereais em Portugal, que se concentrou no vinho e abriu o mercado às indústrias inglesas, em prejuízo das suas.

Centralização administrativa — Precisando mais que nunca dos produtos coloniais, Portugal impôs maior controle sobre o Brasil. Dom João IV restabeleceu a unidade administrativa, através do *Conselho Ultramarino*, criado em 1642 e vigente até 1808. Sob controle direto do rei, o Conselho passava a administrar as colônias. Os donatários das capitanias foram perdendo poder e autoridade, subordinados aos governadores-gerais nomeados pelo rei. Estes passaram a receber o título de vice-reis.

Em meados do século XVIII, todas as capitanias encontravam-se em mãos da Coroa; muitos donatários foram obrigados a vender seus direitos hereditários ao rei. As Câmaras Municipais, que chegaram a controlar boa parte dos negócios públicos, também perderam autoridade e independência. Seus presidentes, juizes ordinários eleitos pelos homens bons, foram substituídos pelos *juizes de fora*, nomeados pelo Conselho Ultramarino. Na Bahia, até os vereadores passaram a ser nomeados pelo rei.

Monopólio econômico — A centralização administrativa foi acompanhada de crescente controle sobre a economia brasileira: para resolver sua crise, Portugal passou a exercer exploração mais intensa da colônia. Antes, exceto a exploração do pau-brasil e outras poucas atividades, os colonos podiam produzir o que quisessem, contanto que pagassem os impostos.

As restrições começaram ainda sob o domínio espanhol e tornaram-se mais severas depois. Em fins do século XVII, somente alguns países, como Inglaterra, Holanda e França, podiam enviar navios para comerciar no Brasil; assim mesmo, deviam estar integrados a frotas organizadas em Portugal, no sistema de comboios.

O comércio externo da colônia foi entregue a companhias ou a particulares. A primeira privilegiada, a *Companhia Geral do Comércio do Brasil*, estabeleceu-se em 1647, com monopólio por vinte anos sobre o comércio da colô-

nia. Só ela podia vender vinho, azeite, farinha de trigo e bacalhau. A Coroa ainda proibiu a fabricação brasileira de produtos que concorressem com os portugueses. A nova orientação provocou várias revoltas dos colonos. A consequência foi a fome. O poeta baiano Gregório de Matos (1633-1696), notável observador e crítico da política de sua época, não perdoou a situação da Bahia em 1691:

*"A fome me tem já mudo,
que é muda a boca esfaimada,
mas se a frota não traz nada,
por que razão leva tudo?"*

Portugal queria que sua colônia americana fosse simples fornecedora de gêneros úteis ao comércio da metrópole, produtos que pudesse vender com grandes lucros. E alcançaria o objetivo, mesmo que para isso mantivesse o Brasil abafado, sob restrições econômicas e opressão administrativa.

2. A decadência do açúcar

Expulsos em 1654, os holandeses aproveitaram a experiência brasileira e passaram a cultivar cana nas Antilhas, América Central. Houve duas consequências prejudiciais para o Brasil: os holandeses não precisavam mais do açúcar brasileiro para vender na Europa; produzindo seu próprio açúcar, eles podiam vendê-lo a preço mais baixo que o de Portugal.

Os lucros do comércio açucareiro português caíram; e também a produção. Outro concorrente contribuiu para isto: o açúcar de beterraba, já produzido em grande escala na Europa.

Para enfrentar tais dificuldades, a metrópole aumentou a espoliação da colônia. Até o século XVII, o produtor recebia 33% do preço final do açúcar em Londres; no século XVIII, passou a receber apenas 20%, como mostra o quadro seguinte:

PRAÇA	PREÇO/ARROBA
Brasil	1 600 réis
Portugal	2 400 réis
Londres	7 000 réis

A produção açucareira, enquanto decrescia

em Pernambuco rapidamente, despontava em outros centros, como Bahia e Rio de Janeiro. A Bahia já era o maior produtor do país no final do século XVII.

Preocupado em encontrar nova fonte de lucros, Portugal reforçou a busca de *metais preciosos*. Muitas expedições já se aventuravam pelo interior e a Coroa ofereceu recompensas aos bandeirantes que descobrissem tais riquezas. As primeiras grandes minas do Brasil central foram descobertas em 1693 e 1694. Os colonizadores puderam sorrir de satisfação novamente, ante a perspectiva de novos lucros.

3. As bandeiras

Expedições para o interior brasileiro foram organizadas desde o século XVI. Mas só no século XVII o movimento bandeirista assumiu maior importância, e São Paulo foi o principal núcleo irradiador. Na primeira metade do século, prevaleceu o apresamento de índios, cinco vezes mais baratos que escravos africanos, portanto mais acessíveis aos colonos paulistas. Até milhares de mestiços e índios compunham as bandeiras, controladas por brancos, geralmente menos de cem.

Os *bandeirantes* criaram muitos atritos com os jesuítas, pois não respeitavam as *reduções*, aldeias de índios catequizados. Agiam com extrema violência, de que dá notícia o padre Montoya, relatando a incursão de Raposo Tavares no povoado de Jesus-Maria, no Rio Pardo. Depois de encontrar resistência e encerrar os moradores numa igreja, os bandeirantes, segundo o relato, atearam fogo ao edifício e foram atacando os que fugiam do fogo, com espadas, machetas e alfanjes: "Provavam o aço de seus alfanjes em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar-lhes os membros", escreveu Montoya.

Bandeiras de apresamento, em sua maioria, ocorreram durante o domínio espanhol, por isso em geral ultrapassavam a linha do Tratado de Tordesilhas, contribuindo de forma decisiva para a expansão territorial.

Na segunda metade do século XVII, predominaram bandeiras que procuravam metais preciosos, menores e mais pacíficas. As minas descobertas proporcionaram quase um século de riqueza aos exploradores.

4. Interior do Nordeste e Amazônia

A luta contra os franceses levou os portugueses a estabelecer-se em alguns pontos do litoral norte-nordeste. Eles chegaram ao Pará em 1616, época em que o interior da região continuava despovoado. A ocupação começou mesmo em meados do século XVII, impulsionada pela pecuária no Nordeste; na Amazônia, pela coleta de produtos da floresta e pela pesca.

A ocupação do *interior nordestino* partiu de dois núcleos principais: Bahia e Pernambuco. Da Bahia, as fazendas de gado chegaram ao Rio São Francisco em meados do século XVII. Daí, seguiram duas rotas:

- rumo ao sul, rio acima, onde as fazendas se desenvolveram no início do século XVIII, quando o povoamento das minas aumentou a procura de carne;

- rumo ao norte, ocupando no final do século XVII o atual Piauí, onde havia mais chuvas, rios permanentes e, assim, melhores pastos.

Do Piauí, as fazendas avançaram para Maranhão e Ceará, encontrando as que chegavam de Pernambuco através de Paraíba e Rio Grande do Norte. Esta ocupação sempre apresentou baixa densidade demográfica, pois a pecuária exige poucos trabalhadores.

Poucas atividades se desenvolveram em toda a região além da pecuária; apenas pequenas roças para produzir alimentos. O comércio também tinha pouca expressão.

Na Amazônia, a ocupação precisou levar em consideração a imensidão da floresta e dos rios. Aquela fornecia cravo, canela, castanha, cacau e madeira; estes, uma rica variedade de peixes. Os índios aqui prestaram valiosa colaboração aos colonizadores. Estavam em seu ambiente natural; coleta, caça e pesca já faziam parte de seu modo de viver.

A penetração pelo vale amazônico começou na segunda metade do século XVII. Nas margens do rio, estabeleceram-se numerosos núcleos de povoamento. Os pioneiros foram *missionários*, principalmente jesuítas e carmelitas. Os padres, além da ação religiosa da catequese, realizaram importantes atividades econômicas. Os índios construíam as instalações das missões e, também, cultivavam alimentos, caçavam, pescavam e colhiam frutos

da floresta. Os produtos eram exportados e os lucros contribuíram não apenas para sustentar as aldeias como para dar poder e importância financeira às ordens religiosas no início do século XVIII.

A situação mudou no reinado de Dom José I (1750-1777). O Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, temendo que os religiosos dominassem uma parte da colônia, secularizou as missões: os padres ficariam apenas com o poder espiritual e entregariam a administração das aldeias a leigos. Como resistissem à determinação, os jesuítas foram expulsos de Portugal e das colônias em 1759. Os colonos leigos se infiltraram nas aldeias e passaram a explorar o trabalho dos índios. As aldeias deram origem a quase todas as cidades da Amazônia.

Para defender a região de invasões estrangeiras, os portugueses construíram vários fortes no vale amazônico. Eles também contribuíram para a ocupação do vasto território. A defesa e o aproveitamento da Amazônia constituem um desafio ainda nos dias de hoje.

Questões propostas

1. Que herança deixou para Portugal a dominação espanhola?
2. Que medidas tomou a Coroa portuguesa para enfrentar a crise?
3. Que tratados marcam o início da presença inglesa na economia portuguesa?
4. Para que Portugal passou a exercer maior controle sobre a colônia brasileira? Que medidas tomou para controlar as atividades econômicas no Brasil? Que conseqüências trouxeram as medidas?
5. O que levou à decadência do açúcar brasileiro?
6. Que foram as bandeiras? Como agiam os bandeirantes?
7. Como os portugueses ocuparam o interior do Nordeste e a Amazônia?

Capítulo 54

A presença negra nas Américas

A colonização das Américas baseou-se fundamentalmente na força de trabalho proporcionada pelos africanos. Na mineração ou na agricultura, os portugueses, espanhóis, franceses, ingleses ou holandeses, todos sem exceção, com maior ou menor intensidade, exploraram a mão-de-obra de escravos africanos.

Os primeiros trabalhadores brasileiros foram os indígenas do litoral que, no início do século XVI, em troca de espelhos e contas coloridas, ajudaram a extrair o pau-brasil e a erguer as primeiras vilas. Mas eles se rebelaram quando os colonos tentaram escravizá-los e obrigá-los ao trabalho diário. Muitos grupos quase foram exterminados e os sobreviventes fugiram para o interior; outros se abrigaram nas aldeias de catequese dos jesuítas, que sempre lutaram contra a escravidão indígena.

Apesar dos esforços dos padres, a escravidão dos índios continuou, sobretudo em São Paulo. Paralelamente, nas regiões açucareiras, os senhores de engenho passaram a trazer escravos da África. A presença negra teve início por volta de 1550 e, em menos de três séculos, no fim do período colonial, de cada três brasileiros, um era escravo africano ou tinha origem africana.

1. Caçados e vendidos

Ao explorar a costa africana em busca de caminho para as Índias, os portugueses capturaram um grupo de negros em 1441. Nos anos seguintes, o tráfico negreiro tornou-se atividade sistemática e lucrativa, destinada a suprir de escravos os serviços domésticos e a indústria açucareira dos Açores e da Madeira.

No início, os traficantes caçavam: entravam nas aldeias e prendiam os habitantes. Com a valorização do escravo, passaram a intermediar: em vez da caçada, a compra. Os próprios chefes das tribos africanas vendiam as pessoas em troca de tecidos, jóias, armas, tabaco, algodão, cachaça. Nem todos os chefes se corrompiam. Nesse caso,

os mercadores provocavam guerras entre as tribos. Findos os combates, procuravam o chefe da tribo vencedora e compravam os prisioneiros.

A expansão da atividade açucareira no Brasil favoreceu o *comércio triangular*, entre América, Europa e África. Barcos portugueses seguiam para a África, obtinham os escravos; atravessavam o Atlântico, vendiam os escravos no Brasil; e voltavam a Portugal com os porões cheios de açúcar, tabaco e outros produtos. Calcula-se que tenham trazido 3 milhões de africanos para o Brasil; e que outros tantos tenham morrido nas viagens dos *navios negreiros*. Se contarmos os que foram levados para outros pontos das Américas e Europa, mais os que morreram, calcula-se que mais de 50 milhões de africanos foram arrancados de suas terras.

2. Vida de escravo

O africano não era considerado ser humano, mas mercadoria como qualquer outra. Chegando ao Brasil, era exibido nos entrepostos comerciais, para o exame minucioso dos compradores. A organização social e familiar não merecia consideração. Diferentes compradores podiam levar, separadamente, pais ou filhos, maridos ou mulheres.

Nas fazendas, os escravos viviam em promiscuidade, em habitações coletivas, as *senzalas*, quase sem janelas, para facilitar a vigilância. Trabalhavam de sol a sol em canaviais, moendas, caldeiras, praticamente sem descanso, pois aos domingos cuidavam de roçados para seu próprio sustento. O alimento principal era a mandioca.

A dureza do trabalho e a precariedade da alimentação fazia com que a vida útil do escravo chegasse no máximo aos dez anos. Seus filhos os substituíam desde cedo. Assim, por todo o período colonial e monárquico, os negros forneceram a maior parte da mão-de-obra.

Os capatazes mantinham vigilância permanente. Qualquer deslize implicava severo castigo, como: o *tronco*, em que o negro, preso pelas canelas, era açoitado com o *bacalhau*, chicote que abria fendas, nas quais se punha sal; o *viramundo*, instrumento de ferro que prendia mãos e pés; a *gargalheira*, colar de ferro com vários braços em forma de gancho. Faltas mais graves podiam merecer penas mais cruéis ainda, como a

2. Origem do pré-capitalismo

A emergência do capitalismo relaciona-se à crise do feudalismo, que deu sinais de esgotamento em fins do século XI em razão, basicamente, do descompasso entre as necessidades crescentes da nobreza feudal e a estrutura de produção, assentada no trabalho servil. Crescia o número de senhores, parcela não-produtiva, pois vivia das contribuições dos servos. Estes não tinham interesse em aumentar a produção; as técnicas de cultivo estagnaram. Os senhores feudais aumentaram as já pesadas obrigações servis, causando fuga generalizada dos feudos. Os senhores diminuíram suas despesas, apelando para o deserdamento dos filhos mais novos, que caíram nas estradas em busca da sobrevivência.

A marginalização nas camadas servis e senhoriais criou o exército de homens disponíveis para as Cruzadas. Engrossadas graças ao sentido religioso da época, elas representavam também uma válvula de escape para as tensões sociais. Foram a primeira grande expansão territorial da Europa depois do recuo medieval. As Cruzadas dinamizaram as atividades de troca ao reabrir o Mediterrâneo, que os muçulmanos haviam fechado no século VIII. Os saques puseram muita moeda para circular. Cidades italianas importavam produtos orientais. Surgiram as *companhias mercantis*, formadas pela associação de comerciantes (acionistas), que investiam capital na compra de barcos e mercadorias, cujos lucros eram repartidos. O medo ao desconhecido foi substituído pelo espírito de risco, aventura. Nascia o espírito capitalista.

O impacto sobre o feudalismo foi fulminante, já que o sistema tinha potencialidade mercantil, isto é, a possibilidade de desenvolvimento do comércio em seus limites. Senhores foram estimulados a consumir novos produtos e, para tanto, foram obrigados a aumentar suas rendas, produzindo para o mercado urbano. Precisaram, então, mudar as relações servis, transformando os servos em homens livres, que arrendavam as terras com base em contratos.

O resultado global foi o surgimento de numerosas rotas de comércio. Preponderaram as marítimas e fluviais, pois as terrestres apresentavam riscos elevados. Formou-se um anel comercial que tendia a expandir-se, integrando rotas secundárias. O ponto nervoso era o condado de Champagne, centro do comércio internacional da

época. As feiras medievais ganharam novo dinamismo. Foram perdendo o caráter temporário, estabilizaram-se, transformaram-se em centros permanentes, as cidades mercantis.

3. Burgueses e artesãos

Ansiosos pela proteção dos castelos, os *burgos*, ali se reuniam os comerciantes, vindos em maioria das camadas marginalizadas pela crise do sistema feudal. Por isso se chamavam *burgueses*, classe social básica para a transformação do capitalismo. Os burgueses compravam dos senhores feudais os direitos para tocar suas atividades. Para proteger seus interesses, organizavam-se em associações, as *guildas*. Os artesãos se organizaram em *corporações*, que defendiam seus membros da concorrência externa e fiscalizavam a qualidade e o preço dos produtos.

Os artesãos da mesma profissão trabalhavam na mesma rua, em oficinas de portas abertas, para que os fregueses pudessem inspecionar o produto ou serviço. Matéria-prima e ferramentas pertenciam ao artesão, um *mestre* na sua especialidade. Filhos ou outros parentes ajudavam mediante pagamento: eram os *oficiais*, que passavam pela fase de *aprendiz*, em geral de sete anos.

Nas cidades maiores, onde a indústria de seda ou lã era desenvolvida, os mestres contratavam diaristas que recebiam por jornada: eram os *jornaleiros*, antecessores dos modernos assalariados, que se tornariam numerosos a partir do século XVI.

Questões propostas

1. Que condições se definem plenamente no capitalismo?
2. Quais as principais fases do capitalismo?
3. Destaque os principais pontos do pré-capitalismo, resumindo: expansão européia; reabertura do Mediterrâneo; circulação de produtos; feiras; associações de comerciantes e artesãos.
4. Onde surgiram os primeiros jornaleiros? Que significaram eles?

castração, amputação de seio, quebra de dentes a martelada e emparedamento vivo.

Os escravos resistiam de várias formas. Havia os que se suicidavam ou matavam os feitores. Os fugitivos eram caçados pelos *capitães-do-mato*, profissionais que recebiam certa quantia por escravo recapturado. Muitos conseguiam escapar e formar quilombos.

3. Os quilombos: Palmares

O quilombo não foi um fenômeno isolado. Houve quase uma centena deles, especialmente no Nordeste: oito em Sergipe, onze em Alagoas, doze na Bahia, onze na Amazônia, nove em Minas Gerais, quatro no Maranhão, onze em São Paulo. A maioria durou pouco e não mereceu registro histórico. Mas o fato de sabermos que existiram permite-nos concluir que os negros lutaram intensamente contra a escravidão.

Os habitantes dos quilombos, os *quilombolas*, produziam seus alimentos e desenvolviam pequenas oficinas para fabricar roupas, móveis e instrumentos de trabalho. Praticavam uma justiça severa. Puniam adultério, roubo, deserção e homicídio com pena de morte. A vida era difícil, mas ao menos estavam livres da escravidão, reavivando tradições, crenças e costumes. Este é o segredo da resistência dos quilombos durante séculos aos ataques que sofreram: os quilombolas preferiam morrer lutando a voltar à condição de escravos.

Palmares, o mais conhecido dos quilombos, ficava na Serra da Barriga, atual Alagoas. Na

verdade, tratava-se da confederação de uma dezena de quilombos, que reuniu milhares de habitantes, comandados por Zumbi. Durante o século XVII, vários governos, holandeses e portugueses, sucederam-se na então capitania de Pernambuco; e a todos eles, representantes de duas das maiores potências coloniais do mundo, os quilombolas de Palmares resistiram com bravura.

A resistência de Palmares foi o acontecimento dominante da história pernambucana na época e um dos mais sérios problemas enfrentados pela administração colonial lusitana no Brasil. A Coroa admitiu que a vitória sobre o quilombo famoso teve o mesmo peso da expulsão dos holandeses. Os quilombolas rechaçaram mais de trinta expedições, comandadas pelos melhores chefes militares daqueles tempos. A destruição só ocorreu em 1695, graças à colaboração do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho.

Questões propostas

1. Como os traficantes conseguiam os escravos africanos?
2. O que era o comércio triangular?
3. Como viviam os escravos no Brasil?
4. Como eram os quilombos e que significado teve a existência deles?
5. Resuma a história de Palmares.



Negros de diferentes nações vieram emprestar traços grandemente variados à população brasileira.

Capítulo 55

O sistema da época moderna: o mercantilismo

Entende-se por mercantilismo o conjunto de idéias e práticas econômicas dominantes na Europa entre os séculos XV e XVIII, fase correspondente à transição do feudalismo ao capitalismo, portanto, à era de acumulação originária do capital. Trata-se da política econômica do capitalismo comercial.

A política mercantilista tinha como objetivo direto o fortalecimento do Estado, e indireto o enriquecimento da burguesia.

1. A prática econômica

O modelo inicial do mercantilismo foi a política econômica desenvolvida na Baixa Idade Média pelas cidades. Elas procuravam equilibrar oferta e procura, evitavam a concorrência intervindo na produção, estabeleciam preços máximos para os produtos agrícolas e mínimos para os industriais. Disso resultava um colonialismo urbano sobre a zona rural. Com a formação das monarquias nacionais, tais princípios se estenderam a todo o território.

Para dar força ao Estado e enriquecer a burguesia, tornava-se indispensável promover a expansão econômica que desse mais lucros e ampliasse a capacidade da população de pagar impostos. Considerava-se que não as trocas internas, mas aquelas realizadas com outras nações é que trariam vantagens e riquezas; assim, desenvolveu-se uma agressiva competição comercial. Para a agressividade, concorreu a idéia de que o conjunto das trocas mundiais era constante: se alguém aumentasse suas exportações, alguém teria de perder.

A acumulação de moedas dentro do país, o *metalismo*, era sinal concreto de que os objetivos tinham sido atingidos: mais exportação significava mais entrada de moedas. Houve, pois, uma identificação entre a riqueza do país e a quantidade de moedas em circulação. Adotaram-se medidas severas para evitar o extravasamento monetário para outros países.

A manutenção de uma *balança comercial favorável* foi o recurso encontrado para manter o

saldo monetário: exportar mais e importar menos, garantindo o fluxo de moedas para dentro. Evidentemente, para o perfeito funcionamento da balança comercial, o Estado teria de adotar medidas intervencionistas, desenvolvendo o *monopólio*, direito exclusivo do monarca sobre a economia, na metrópole como na colônia. E para o perfeito funcionamento do monopólio, foi preciso adotar uma política *protecionista*, que se garantia com medidas fiscais, alfandegárias ou mesmo militares, como acontecia no combate ao contrabando nas colônias.

Monopólio e protecionismo eram aplicados com dificuldade, é claro, nas relações entre metrópoles européias; a colônia era o espaço ideal para se aplicar o esquema que mantinha a balança comercial favorável. Por esta razão, o *sistema colonial* tornou-se peça central da política mercantilista.

Partindo da idéia de que a acumulação maior de riqueza se fazia nas operações mercantis, todas as demais atividades ficaram condicionadas às necessidades do comércio exterior. Proibiu-se a importação de produtos que concorressem com os nacionais. Proibiu-se a exportação de qualquer matéria-prima que servisse às indústrias estrangeiras concorrentes. Rebaixou-se o preço das matérias-primas e alimentos, bem como dos salários urbanos e rurais, de forma a aumentar a capacidade de competição internacional. Estimulou-se a natalidade, pois barateava a mão-de-obra e aumentava a força militar do país. Estimulou-se a emigração para as colônias, para dinamizar nelas a produção e o consumo. Praticou-se a importação de artesãos para aperfeiçoar o nível da produção nacional.

2. Os vários tipos

A prática variou de país para país, dando origem a diversos tipos de mercantilismo. O ponto-chave da variação foi a posse ou não de colônias e o tipo delas: se eram fornecedoras de metais ou especiarias, ou se eram simples colônias de povoamento.

Os espanhóis praticaram a forma clássica do mercantilismo, o *metalismo*. Senhores de colônias produtoras de metais preciosos na América, podiam importar os alimentos e artigos que quisessem; sua balança comercial seria sempre favorável, pois tinham as minas de metais. A longo

prazo, o procedimento foi desastroso, pois desestimulou a produção agrícola e industrial na Espanha. O país não se beneficiou da exploração das colônias; as vantagens ficaram para outros países, que se organizaram para extrair os metais da Espanha através do comércio.

A economia francesa até se ajustou à espanhola, desenvolvendo manufaturas de luxo para atender ao sofisticado mercado da Espanha e expandindo suas companhias de comércio e a construção naval. A política industrial francesa identificou-se com o ministro que mais a estimulou, Colbert, daí o termo *colbertismo* ser sinônimo de *mercantilismo industrial*.

Na Inglaterra, sem um grande império colonial e sem a tradição industrial de luxo da França, desenvolveu-se o *mercantilismo comercial*: comprar barato e vender caro, ganhar no frete, estimular a construção naval e formar companhias de comércio, como a das Índias Orientais, os Mercadores Aventureiros, a Companhia da Moscovia, a do Levante e outras.

Nas Províncias Unidas, desenvolveu-se um eficiente *mercantilismo comercial e industrial*. A Holanda ampliou a indústria naval, assumiu quase todo o tráfico marítimo internacional no século XVI, formou poderosas companhias de comércio e ergueu um centro financeiro em Amsterdã. As refinarias de Antuérpia lhe deram o monopólio de distribuição de açúcar no norte da Europa. As companhias de navegação garantiam o domínio dos mercados orientais de especiarias, apoiadas pelo Estado (com o qual se confundiam) e pelo Banco de Amsterdã, criado para financiá-las. A Companhia das Índias Orientais, criada em 1602, fez tanto sucesso que logo se multiplicaram os exemplos, principalmente na Inglaterra.

Na Alemanha, faltava um Estado para conduzir a política econômica. As ligas das cidades mercantis se organizaram para proteger seu comércio marítimo, agindo como intermediárias sobretudo no comércio de cereais da Europa Oriental para o Ocidente. Foi o *mercantilismo cameralista*.

Entre os países que aplicaram o mercantilismo, quem demonstrou maior sensibilidade foi Portugal. No século XVI, com a descoberta do caminho marítimo para as Índias, pôs em prática o *mercantilismo comercial*, comprando especiarias do Oriente e revendendo em Lisboa. Com o aumento da concorrência, concentrou-se no Bra-

sil, onde se tornou pioneiro do *mercantilismo de plantagem*, baseado na produção tropical destinada ao mercado europeu. No século XVIII, com o descobrimento de ouro nas Minas Gerais, praticou o *mercantilismo metalista*. Com a crise do ouro, dinamizou as atividades industriais, visando abastecer o mercado brasileiro e diminuir as importações de outros países europeus. Inaugurou assim a fase do *mercantilismo industrial*. Havia uma diferença essencial: era uma indústria voltada ao abastecimento do mercado colonial, daí a produção de manufaturas rústicas.

3. O sistema colonial

O sistema colonial enquadra-se no capitalismo comercial e na política mercantilista. Conquista e exploração das colônias, eis o elemento essencial de tal política econômica. A colônia existe em função das necessidades metropolitanas e cumpre seu papel na medida em que contribui para a manutenção da balança comercial favorável, transferindo lucros para a burguesia mercantil e para o Estado. Sua exploração é regida pelo monopólio; ela é um centro exclusivo de exploração metropolitana. Sua economia deve ser complementar e jamais concorrer com a mãe-pátria.

Questões propostas

1. O que se entende por mercantilismo e com que fase histórica ele coincide?
2. Quais eram os objetivos direto e indireto da política mercantilista?
3. Quais são os elementos essenciais da prática mercantilista?
4. Como variava o mercantilismo? Resuma os vários tipos surgidos na Espanha, França, Inglaterra, Holanda e Alemanha.
5. Que país teve maior sensibilidade para o mercantilismo? Comente.
6. Qual era a função básica da colônia?

Capítulo 56

O sistema da época moderna: a colonização europeia

O processo de colonização durante os séculos XVI e XVII está ligado à expansão comercial e marítima europeia, ao fortalecimento das monarquias nacionais absolutistas e à política mercantilista, que reflete a teoria do capitalismo comercial. Depois das especiarias das Índias Orientais, as atenções voltaram-se para as terras descobertas por Colombo e Cabral. Começa então a corrida colonial para o Novo Mundo.

O mecanismo de exploração orientou-se pela política mercantilista, dentro dos quadros do monopólio e do protecionismo. As variações decorriam basicamente da riqueza oferecida pela colônia. Os mecanismos gerais eram semelhantes. Historicamente, porém, podemos distinguir diferenças entre o tipo de colonização desenvolvido no Brasil por Portugal e aqueles que Espanha, Inglaterra, Holanda e França desenvolveram em suas colônias.

1. Portugal: açúcar e ouro

A exploração do Brasil realizou-se através da produção destinada ao mercado (*mercantil*), organizada com base no trabalho escravo (*escravista*) e voltada aos interesses da metrópole (*colonial*). Pioneiro na produção açucareira em ilhas do Atlântico, Portugal usou sua experiência para dar início a uma empresa agrícola na colônia brasileira, transformando-a em economia complementar, destinada a fornecer produtos para o mercado internacional. Três elementos eram fundamentais para esse tipo de exploração: dominação política da metrópole sobre a colônia; garantia de exclusividade do comércio colonial para Portugal; trabalho escravo.

O ouro descoberto nas Minas Gerais no século XVII superou o açúcar como principal produto e mudou a estrutura da economia colonial. Quando o ouro declinou, em fins do século XVIII, o açúcar voltou a ser a principal fonte de renda para Portugal, mas o período colonial estava perto de terminar.

2. Espanha: ouro e prata

Os espanhóis se atrasaram na corrida colonial em relação aos portugueses porque enfrentaram problemas com os mouros que dominavam a Península Ibérica. Começaram ocupando a Ilha de Hispaniola (Haiti), de onde partiram Fernando Cortez e Francisco Pizarro para a conquista do México aos astecas e do Peru aos incas. Os metais preciosos, em falta na Europa, sobravam na América do Sul.

A Espanha estabeleceu um sistema administrativo que visava o controle direto sobre a colônia, dividida em quatro vice-reinos: Nova Espanha (México e América Central); Nova Granada (Ecuador, Colômbia, Panamá e Venezuela); Peru (Peru, Bolívia e Chile); e Rio da Prata (Argentina, Uruguai e Paraguai). O sistema colonial espanhol voltou-se unicamente para a obtenção de metais preciosos. A área mais importante era o golfo do México, o porto de Vera Cruz, de onde saíam ouro e prata rumo a Sevilha, cuja Casa de Contratação controlava o comércio colonial.

Índios locais e negros comprados aos portugueses trabalhavam nas minas como escravos. Os espanhóis disfarçaram a escravização indígena com o sistema de *encomiendas*: o proprietário das terras devia cristianizar os gentios e, em troca, tinha direito de receber deles um pagamento em trabalho.

Os espanhóis que vinham para a colônia gozavam de privilégios, em contraposição aos nascidos na América, os *criollos*.

3. Inglaterra: agricultura

Com espanhóis e portugueses concentrados na América Central e do Sul, os ingleses ficaram livres para explorar a América do Norte, o que passaram a fazer depois de viagens exploratórias de Giovanni Caboto, que chegou a Labrador, no Canadá.

Diferente da colonização espanhola, a dos ingleses teve caráter *ocupacional*, devido a vários fatores. O povoamento resultou de problemas políticos, religiosos e sociais. Guerras produziam descontentes, que fugiam da intolerância político-religiosa. Terra, símbolo de poder e prestígio, não faltava na América. Também homens do governo ou empreiteiros ligados ao Estado tentavam enri-

quecer, expandir o cristianismo e enaltecer a nação. E havia os infelizes, de vagabundos a criminosos, vindos por conta própria ou alugados para trabalhar no Novo Mundo.

Os ingleses, além de visar à riqueza, enxergavam que as colônias eram futuros mercados para as manufaturas da metrópole. Ouro e prata dos espanhóis, os melhores compradores dos ingleses, acabaram indo parar na Inglaterra. Mais tarde, o rompimento entre os dois criou a necessidade de novos mercados para os ingleses.

Duas companhias foram fundadas para explorar as colônias inglesas: a Companhia de Londres, que ficou com o sul; e a de Plymouth, com o norte. Tratava-se de um esforço oficial de ocupação das terras. No início do século XVIII já estavam delineadas as treze colônias da América do Norte. Pequenos proprietários, refugiados políticos ou religiosos, instalaram-se ao norte, nas colônias da Nova Inglaterra: Nova Hampshire, Massachusetts, Rhode Island e Connecticut. Uma região mais urbanizada se formou ao centro: Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia, Delaware. No sul, Maryland, Virgínia, Carolinas e Geórgia, dominou a grande propriedade escravista produtora de arroz, tabaco e anil, para exportação.

Sobrava terra e faltava mão-de-obra. Artesãos europeus não queriam aventurar-se na América. A oferta de terra era o único estímulo capaz de atrair europeus para trabalhar em colônias mais pobres, como Nova Inglaterra, onde a pequena propriedade, a pesca e a produção de petrechos navais se constituíam nas atividades básicas. Adotou-se então a política de contratar trabalhadores europeus, com passagem paga, em troca de trabalhar para o patrão por alguns anos (geralmente sete). Eram os trabalhadores *resgatados*, porque recuperavam a liberdade após um tempo de trabalho forçado.

No sul, esse tipo de trabalhador era insuficiente. A alternativa foi a escravidão africana. O escravo aqui trabalhava o ano todo, ao contrário do norte, onde o trabalhador ficava inativo no inverno.

Do ponto de vista da política mercantilista, os ingleses não se preocupavam com as colônias. Faziam vista grossa ao contrabando, ao comércio entre elas e delas com as Antilhas francesas ou espanholas. A fiscalização do contrabando só se tornou mais rigorosa com a criação dos *tribunais marítimos*, em 1696, revelando a tendência policial da metrópole, que levaria as colônias à independência política.

4. Holanda: as companhias

As sete províncias do norte dos Países Baixos — Holanda, Zelândia, Utrecht, Gueldre, Overissel, Frísia e Groningue — formaram a República das Províncias Unidas depois de uma guerra contra a Espanha. O Tratado de Westfália, de 1648, reconheceu a independência. O novo Estado representou importante exceção na história política dos tempos modernos: antecipou em mais de um século a preponderância das formas republicanas de governo do século XX.

Uma assembléia de burgueses, clérigos e nobres formava o governo de cada província. Elas nomeavam o chefe de Estado, o *Stathouder*, membro da família de Orange, que detinha o Poder Executivo. Os *Estados Gerais*, compostos por delegados das províncias, assessoravam o Conselho de Estado.

Foi notável a expansão econômica dos holandeses. Contando com localização vantajosa, assumiram a hegemonia nos transportes marítimos após a crise comercial de Antuérpia, o declínio dos portos hanseáticos e do Báltico, e a decadência de Portugal e Espanha. Em tonelagem, tinham metade da frota europeia na época. Para operar seu imenso tráfico mundial, criaram companhias de comércio e navegação, como a Companhia Holandesa das Índias Orientais (1602) e a Companhia das Índias Ocidentais (1621), especializada em traficar escravos nas Antilhas e a contrabandear com a América espanhola. Mercadorias de toda parte eram levadas para Amsterdã e reexportadas, gerando enormes lucros.

Fundando entrepostos ou mesmo povoações, os holandeses se espalharam pelos continentes. Instalaram-se no Nordeste do Brasil. Fundaram Nova Amsterdã, futura Nova York. Na África, fundaram entrepostos na Guiné e firmaram posição no Cabo. No Oriente, tomaram Ceilão e Malaca, constituindo um império marítimo nas ilhas de Sonda. Fundaram Batávia em Java e outros estabelecimentos na China e Japão.

5. França: colônias tropicais

Os franceses não reconheciam o direito de espanhóis e portugueses sobre o Novo Mundo nem se conformavam de ter chegado com atraso ao continente americano. Na América do Norte,

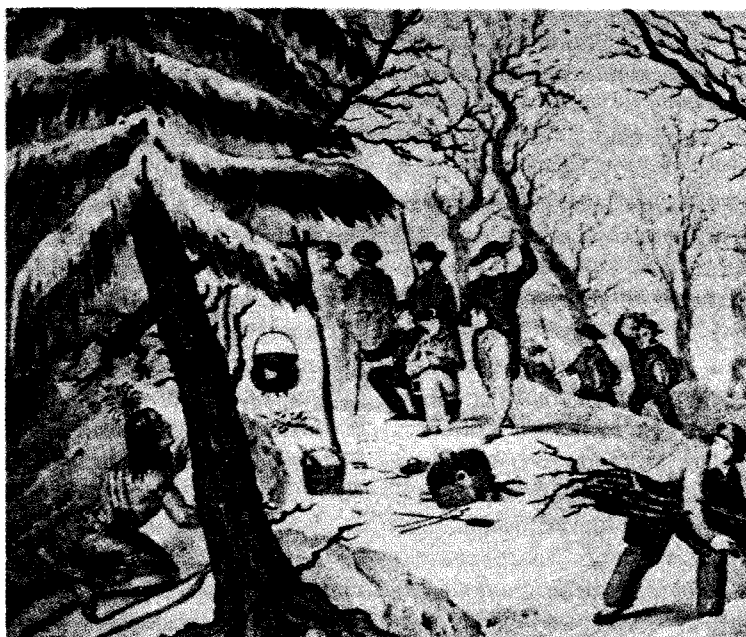
fizeram expedições exploradoras com Verazzano; mais tarde, Jacques Cartier descobriu o estuário do Rio São Lourenço e tentou colonizar o Canadá. Tentaram também colonizar a Flórida; e no Brasil, com Nicolau Durand de Villegaignon, tentaram fundar a França Antártica, no Rio de Janeiro (1555).

A Companhia Francesa das Índias Orientais, fundada por Colbert em 1664, disputou o Oceano Índico com holandeses, portugueses e ingleses.

Samuel Champlain, que fundou Quebec em 1608, iniciou a colonização na América do Norte. No Mississípi, os franceses estabeleceram a colônia de Louisiana. A ocupação de algumas ilhas do Caribe lhes deu importantes colônias tropicais.

Questões propostas

1. Que política orientou o mecanismo de exploração das novas terras descobertas no século XVI?
2. Resuma a colonização portuguesa.
3. Resuma a colonização espanhola.
4. Resuma a colonização inglesa.
5. Resuma a colonização holandesa.
6. Resuma a colonização francesa.



Desembarque dos peregrinos do navio *Mayflower*, que trouxe os primeiros colonizadores do território norte-americano.

Capítulo 57

O sistema da época moderna: o Estado absolutista

O sistema da época moderna, o Antigo Regime, compõe-se dos seguintes elementos: capitalismo comercial, política mercantilista, sistema colonial, sociedade estamental, Estado absolutista, intolerância religiosa e laicização cultural.

O absolutismo, com seu *soberano autocrático*, caracteriza esse conjunto e até mesmo o simboliza. Não se trata de um simples Estado de transição entre o Estado feudal e o Estado burguês emergente da Revolução Francesa do século XVIII.

1. O processo de absolutização

O processo de centralização e absolutização do poder apresentou três momentos bem demarcados: uma *etapa feudal*, em que os reis se esforçaram para destacar-se dos vassallos; uma *etapa moderna*, do século XV ao XVI, em que os reis procuraram criar suas próprias instituições (Conselhos, corpo de funcionários, exércitos); e uma *etapa de consolidação*, séculos XVI a XVIII, em que a racionalização e a burocratização atingiram o apogeu e definiram a forma moderna do Estado.

Essas tendências foram mais intensas na Inglaterra e na França do que em Portugal e na Espanha. Na Itália, a independência das cidades impediu a unificação até o século XIX. Na Alemanha, lutas religiosas e sociais fortaleceram os poderes locais. A Holanda foi exceção à regra. Nasceu da revolta contra a Espanha no século XVI, quando as sete províncias do norte formaram a República das Províncias Unidas. Governada por um *Stathouder*, com poderes civis e militares, e um *Pensionário*, representante da Assembléia dos Estados, constituiu-se num avanço em matéria de instituições políticas. Com vida econômica intensa, a Holanda era a primeira nação marítima e comercial e centro das feiras industriais da Europa.

A França foi o modelo mais acabado de absolutização do poder. O Estado avançou devido

à crise da Baixa Idade Média: as revoluções camponesas e urbanas punham as classes dominantes em xeque e criavam obstáculos ao próprio desenvolvimento econômico. O Estado forte continha as rebeliões e dinamizava a expansão comercial, promovendo a retomada do desenvolvimento econômico.

As bases sociais

Devemos compreender o Estado absolutista na sua mais íntima relação com a estrutura da sociedade. Na França do século XVII, havia três camadas sociais: clero, nobreza e terceiro estado.

O *clero* tinha seus próprios representantes, tribunais e assembleias. Recebia os dízimos da população e não pagava talha ao Estado. Havia enorme disparidade entre alto e baixo cleros. Bispos e abades eram os maiores proprietários do reino, enquanto padres e vigários viviam na miséria, com um pequeno salário, a cônica.

A *nobreza* tinha privilégios fiscais, justiça especial, tinha direito a caçar e a exigir obrigações feudais dos camponeses. Dividia-se em: nobreza cortesã, favorecida pelo rei com os principais cargos e pensões; a togada, de origem burguesa, com cargos na magistratura; a provincial, com dificuldades para sobreviver, buscando casamentos vantajosos no seio da alta burguesia.

O *terceiro estado* reunia cerca de 18 dos 19 milhões de habitantes, a maioria sem privilégios. Dividia-se em três classes: burgueses, artesãos e camponeses. Industriais e comerciantes formavam a alta burguesia; a pequena burguesia compunha-se de oficiais ligados à administração e à burocracia, advogados, médicos, escrivães. Os artesãos, agrupados em corporações conforme sua especialização, estavam sujeitos a longas jornadas de trabalho. Os camponeses viviam oprimidos por impostos reais, obrigações feudais, dízimos, corvéia (trabalho gratuito). A carga tornava-se insuportável nas secas, quando sobrevinham fome e pestes.

O conflito entre as classes sociais foi condição fundamental do poder absoluto. O próprio rei instigou o conflito, procurando sobrepor-se a ele e dele tirar proveito. Protegeu a alta burguesia, deu-lhe monopólios comerciais e industriais, arrendou-lhe impostos, garantiu-lhe ascensão social, apoiando-a contra clero e nobreza. Reciproca-

mente, concedeu privilégios ao alto clero e domesticou a nobreza, atraindo-a a seus palácios por meio de cargos e pensões. Também protegeu as corporações dos artesãos contra os grandes capitalistas, assegurando-lhes os direitos, ao mesmo tempo em que defendeu artesãos e capitalistas contra os assalariados. Garantiu aos camponeses direitos de posse e propriedade adquiridos pelo costume.

O poder real, em suma, descansava sobre o conflito generalizado que tendia a equilibrar as forças sociais, especialmente o conflito entre as duas classes mais poderosas, nobreza e burguesia.

Prática e teoria

Em condições de acentuado conflito, o Estado precisava de um forte aparelho burocrático para governar. O rei delegava o poder a ministros ou o exercia pessoalmente, apoiado nos ministros e nos Conselhos de Estado, corpo de assessores que apenas preparava suas decisões finais. Assim, o rei baixava leis, organizava a justiça, arrendava a cobrança dos impostos, mantinha exércitos, nomeava funcionários, tudo em nome do Estado que representava.

O esquema burocrático-administrativo, mola mestra do poder, também o limitava. A forma de recrutamento de funcionários dava-lhes alto grau de independência, pois recebiam os cargos hereditariamente ou os compravam. A autonomia obrigava o rei a criar sempre novos cargos para tentar dominar a burocracia e, ao mesmo tempo, aumentar as rendas do Estado. Havia outras limitações ao exercício pleno do poder real: a permanência de privilégios nas cidades e nas corporações; a grande extensão do país; as dificuldades de comunicação e o pequeno número de funcionários; a permanência de leis costumeiras, leis fundamentais do reino e leis religiosas.

A teoria do poder absoluto apresentava o rei como representante de Deus na Terra, defensor da Igreja e da pátria, protetor das artes, legislador e representante do Estado, cujos interesses estavam acima dos interesses particulares.

Nicolau Maquiavel, primeiro teórico do poder real, dizia na obra *O Príncipe* que o rei tinha de ser racional na busca do interesse do Estado, mesmo no uso da violência. Jean Bodin, em *A República*, afirmava que a autoridade do rei se assemelhava à

do pai: era por isso ilimitada. Thomas Hobbes, em *Leviatã*, considerava que a sociedade inicialmente tinha vivido em anarquia e que os indivíduos formaram o Estado civil para se proteger da violência; daí teria resultado o poder ilimitado do Estado, fruto do consentimento espontâneo dos súditos, que por isso assumia as proporções de um verdadeiro monstro. O teórico mais importante do poder absoluto foi o abade Jacques Bossuet, autor de *Política Extraída da Sagrada Escritura*. Para ele a autoridade do rei é sagrada porque emana de Deus e discutir-lhe a legitimidade é sacrilégio.

Na França, o rei era sagrado em Reims, como um bispo. Os súditos lhe deviam obediência como a Deus. Ele encarnava a nação, era a *lei viva* e a *fonte da justiça*. O rígido cerimonial da corte correspondia a um culto da monarquia.

2. França: governo pessoal

O poder real progrediu devagar e sempre na França, durante o século XVI. As guerras religiosas do fim do século XVI e princípio do XVII apenas retardaram o avanço, mas, na segunda metade do século XVII, com Luís XIV, o absolutismo estava configurado.

Por volta de 1520, apareceram em Paris os primeiros protestantes. Burgueses, nobres, uns atraídos pelo reformismo, outros irritados com o aumento das prerrogativas do rei, converteram-se ao novo culto. Essa oposição à centralização e ao avanço do poder real deu à luta religiosa na França indistigável caráter político.

Com o fraco Francisco II (1559-1560), a família católica dos duques de Guise exercia o poder na prática. Os protestantes tentaram atrair o rei para seu partido — dos huguenotes. Os católicos, liderados por Antoine de Guise, reagiram massacrando um grupo de protestantes em pleno culto, em Vassy. A guerra tornou-se incontrolável e generalizada, ainda que irregular. Os dois lados pediram socorro estrangeiro: os huguenotes, donos de Ruão, entregaram o Havre a Elizabeth, rainha da Inglaterra; os Guise receberam ajuda de Filipe da Espanha.

A situação se complicou quando subiu ao trono Carlos IX, ainda criança, sob regência da rainha-mãe, Catarina de Medici. Em 1570, pelo *Edito de Saint-Germain*, ela concedeu aos protestantes o direito de celebrar seu culto em pelo menos duas

idades e de dispor de quatro praças-fortes, entre as quais La Rochelle, considerada capital da França huguenote. Com o casamento de um príncipe da casa real de Bourbon com a rainha do Reino de Navarra, os protestantes tiveram condições de ver chegar ao trono o herdeiro Henrique de Navarra, educado no protestantismo.

Temendo o almirante Gaspar Coligny e uma hipotética conspiração de seus liderados protestantes, Catarina acertou com Henrique de Guise o assassinato do militar, mas o plano falhou. Carlos IX exigiu que se apurassem as responsabilidades; Catarina o convenceu de que havia a conspiração e de que era preciso reprimir os huguenotes em Paris. Foi a *Noite de São Bartolomeu*, em 24 de agosto de 1572: foram assassinados 3 000 protestantes, inclusive Coligny. Ressurgiu com violência a guerra, estimulada pelo papa e seus representantes na França, envolvendo voluntários de toda a Europa.

Morto Carlos IX, subiu ao trono seu irmão Henrique III e começou a *Guerra dos Três Henriques*. Henrique De Guise, mais preocupado em conquistar a coroa do que defender a fé, fundou a Liga Católica, que, junto com Catarina de Medici, passou a pressionar Henrique III. Este mandou matar De Guise e foi deposto pela Liga. Aliou-se então ao protestante Henrique de Navarra e cercou Paris. Em 1589, Henrique III foi assassinado e deixou designado como sucessor Henrique de Navarra, que assumiu o poder como Henrique IV, depois de repudiar o protestantismo com uma expressão que entrou para a História: "*Paris bem vale uma missa*".

Henrique IV iniciou a Dinastia dos Bourbon, em substituição à de Valois, reinante desde a Idade Média. Depois de se consolidar nas províncias, onde se havia concentrado a resistência da Liga, iniciou a expulsão dos espanhóis e conseguiu, em 1598, firmar com Filipe da Espanha o Tratado de Vervins. Para pacificar católicos e protestantes, promulgou o Editto de Nantes, que dava aos protestantes liberdade de culto e direito de conservar algumas praças de guerra para sua defesa.

Um fanático assassinou Henrique IV em 1610 e subiu ao trono Luís XIII, que no início do reinado também teve a mãe como regente, Maria de Medici. Ela delegou as tarefas reais ao cardeal de Richelieu, que, para fortalecer o poder real, decidiu novamente combater os protestantes. A

perseguição terminou com a tomada da fortaleza de La Rochelle, onde os protestantes haviam se refugiado; derrotados, eles perderam seus direitos políticos e militares. Conservaram apenas a liberdade de culto. Richelieu opôs-se à nobreza e criou os intendentess, funcionários que fiscalizavam as províncias. Externamente, procurou aumentar o poderio francês e chegou a intervir na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), para garantir os interesses da França na Europa.

Richelieu morreu em 1642 e Luís XIII, no ano seguinte. Subiu ao trono Luís XIV, sob regência da rainha-mãe, Ana da Áustria, e do cardeal Mazzarino. Este governou até 1661. Os aumentos de impostos revoltaram a burguesia e a nobreza, que se uniram nas chamadas *frondas*. Essas revoltas diminuíram o poder real e desorganizaram a França.

O Rei-Sol

A morte de Mazzarino precipitou o governo pessoal de Luís XIV (1661-1715): este Luís foi o melhor exemplo do absolutismo.

Preparado desde criança por Mazzarino para exercer o poder, Luís XIV sintetizou suas idéias absolutistas numa frase célebre: "*L'État c'est moi*." (*O Estado sou eu*.) Ele acumulou as funções de rei e de ministro. Afastou os ministros permanentes. Esvaziou o Conselho. O poder central ficou com a seguinte composição: Conselho, com seis conselheiros; chanceler; diretor das finanças; secretários de Estado (Marinha, Guerra, Casa Real e Assuntos Estrangeiros). Nas províncias, foram confirmadas as intendências, ligadas ao poder central e com toda autoridade em matéria de justiça, finanças e polícia, além de encarregadas de fiscalizar os oficiais detentores de cargos públicos e supervisionar a arrecadação de impostos.

No plano social, Luís XIV promoveu a ascensão da burguesia; dela recrutou alguns ministros, como Colbert, promotor da política de industrialização. Controlou a nobreza atraindo-a para a Corte. O Palácio de Versalhes chegou a acolher 6 000 pessoas. A corte compensava os nobres da perda de poder político e satisfazia a vaidade de Luís. Ele foi o Rei-Sol: adorava cercar-se de centenas de cortesãos adúladores.

Em 1685, Luís XIV aboliu o Editto de Nantes,

o que provocou grande evasão de capitais, levados por protestantes que deixaram o país. Sua política externa envolveu a França em numerosas aventuras militares, como a guerra contra os Países Baixos e a da Sucessão da Espanha, com objetivos expansionistas, sempre visando a grandeza da França e sua hegemonia na Europa.

Com a morte do Rei-Sol, começaria a fase de hegemonia da Inglaterra.

3. O estilo da Inglaterra

A afirmação do poder real na Inglaterra tem início no século XVI, com a Dinastia Tudor. Henrique VIII, segundo rei da série, impôs-se à nobreza, unificou o país e chocou-se com o papado, o que lhe permitiu afastar a ingerência do poder universal e, ao mesmo tempo, assumir o controle da Igreja Anglicana e confiscar os bens da Igreja Católica.

Filha de Henrique VIII e Ana Bolena, Elizabeth governou o país de 1558 a 1603. De temperamento forte, governou de forma absoluta, com ajuda de seu *Conselho Privado*, composto de uns poucos conselheiros fiéis. Esforçou-se para evitar a convocação do *Parlamento*, criado pela Carta Magna de 1215, do qual dependia a aprovação de impostos. O Parlamento foi importante no apoio a sua política religiosa.

Com a introdução do anglicanismo, surgiram vários opositores: os calvinistas, ou independentes, ou não-conformistas; os calvinistas radicais, ou puritanos; os católicos, que conspiraram várias vezes. Com sabedoria, a rainha manobrou, dando mais importância ao calvinismo do que ao catolicismo. Praticamente, significava pressionar a nobreza (católica) e trazer o apoio da burguesia (protestante). Mandou decapitar sua prima Maria Stuart, rainha deposta da Escócia e católica apoiada pelo papa e por Filipe II da Espanha, dando grande demonstração de força. Em 1588, a destruição da *Invencível Armada* mandada pelos espanhóis inaugurou nova fase no concerto das hegemonias européias.

O resultado foi o notável desenvolvimento econômico do país. Por volta de 1570, cresceram a indústria da lã e a exploração das minas de carvão. O comércio internacional progrediu, estimulando a construção naval. O avanço da pirataria

legitimada pelo Estado (os corsários) sobre o império colonial espanhol e português trouxe enormes lucros.

A formação de companhias, como a dos Mercadores Aventureiros e a famosa *Companhia Inglesa das Índias Orientais*, organizou a exploração comercial, principalmente o tráfico de escravos da costa africana para a América. A concessão de monopólios estimulou o desenvolvimento das companhias. A elevação de impostos alfandegários protegeu a indústria.

A prosperidade dinamizou a sociedade. Setores da nobreza passaram a produzir para o mercado, dando origem à nobreza progressista, *gentry*. A burguesia mercantil das cidades portuárias, principalmente Londres, ganhou importância na Câmara dos Comuns. Os camponeses, que tinham a posse mas não a propriedade legal da terra, aumentaram sua ambição. Os artesãos impuseram o *Estatuto dos Artesãos*, de 1563, que regulamentava suas atividades; e a *Lei dos Pobres*, que impunha imposto obrigatório aos habitantes das comunidades para sustentar os desamparados.

Questões propostas

1. A evolução do absolutismo apresentou três momentos bem demarcados: quais?
2. Resuma o absolutismo na França, Alemanha, Itália e Países Baixos.
3. Quais eram as camadas sociais na França do século XVII e que tipo de relação entre elas favoreceu o poder absoluto?
4. Como os teóricos do absolutismo apresentavam o rei?
5. Por que as guerras religiosas na França tiveram caráter político?
6. Depois das guerras religiosas, sob o reinado de quem o absolutismo finalmente se instaurou na França? Resuma o governo desse rei.
7. Como se iniciou e se consolidou o absolutismo na Inglaterra?

Capítulo 58

O sistema da época moderna: a cultura e a sociedade

Para definir uma sociedade, é necessário levar em conta a forma de sua estratificação, isto é, a maneira como os homens se relacionam dentro dela. Na época moderna, o que define o relacionamento entre os homens, entre as camadas sociais e entre a sociedade e o Estado, são os *privilégios*. A divisão básica dentro da sociedade se faz entre aqueles que têm privilégios (*clero e nobreza*) e os que não têm (*terceiro estado*). Dizemos que eles formam *estamentos*, camadas sociais diferenciadas por seus valores e estilos de vida.

1. Arte, literatura, ciência

Podemos dividir a evolução cultural da época moderna em três fases: *Renascimento*, *Barroco* e *Iluminismo* (ou *Ilustração*). O denominador comum desse conjunto — do ponto de vista das relações entre cultura e sociedade — foi a tendência ao predomínio da visão racionalista do mundo, marca inconfundível da sociedade que se tornava cada vez mais burguesa. A produção cultural se deslocou do domínio dos clérigos (*sagrado*) para o dos homens comuns (*profano, leigo*). Houve uma laicização cultural, enquanto perdia importância o sagrado (dessacralização).

Na França, despontam Descartes e Pascal na matemática e nas ciências físicas. O primeiro criou a geometria analítica; o segundo lançou as bases do cálculo de probabilidades. O inglês Isaac Newton e o alemão Leibnitz chegaram ao cálculo infinitesimal. Pascal e o italiano Torricelli estabeleceram as leis básicas da pressão atmosférica. O inglês Harvey descobriu a circulação do sangue.

Na astronomia, o alemão Kepler formulou as leis dos movimentos planetários e Newton, a lei fundamental da atração e gravitação universal. Galileu inventou o telescópio, descobriu as montanhas da Lua, as manchas solares e os satélites de Júpiter. Sua concepção sobre o movimento da Terra em torno do Sol provocou uma revolução e

levou a Igreja a submetê-lo ao Tribunal do Santo Ofício.

Espinosa, de origem portuguesa e nascido nas Províncias Unidas, destacou-se no campo intelectual. Em sua *Ética*, construiu uma filosofia racionalista mais rigorosa que a de Descartes. Panteísta, concebia a presença de Deus em toda a natureza.

Na Inglaterra, John Milton publicou em 1667 o poema épico *O Paraíso Perdido*, e o jornalismo se desenvolveu com a publicação do *Spectator*, de Addison e Steele. Numa perspectiva política, o grande pensador foi John Locke, teórico do partido liberal inglês, autor de *Tratado Sobre o Governo* (1687) e *Carta Sobre a Tolerância* (1690). Locke pregava um governo parlamentarista com plenas garantias de liberdade individual; e igualdade entre os homens, vendo a origem do poder político numa espécie de contrato social entre povo e soberano.

Podemos dizer que a ciência moderna nasceu no século XVII, combinando o uso da razão matemática com a observação e a experiência. O inglês Francis Bacon formulou em *Novum Organum* (1620) as regras do método de observação e experimentação. Descartes definiu o método matemático em *Discurso Sobre o Método* (1637). A invenção do telescópio, microscópio, barômetro e máquina pneumática ampliaram a instrumentação para o estudo e a observação.

Grandes exemplos da literatura clássica foram: Corneille, com a tragédia *Cid* (1636); Descartes; Pascal, com *Cartas a um Provincial* e *Pensamentos*. Luís XIV atuou como mecenas em relação aos escritores, visando a imortalização de sua glória.

As várias academias francesas, de ciências, arquitetura, obedeciam a um esquema determinado: o gosto pela ordem, composição, simplicidade, clareza e medida, o que se convencionou chamar de gosto *clássico*. Destacaram-se a comédia com Molière, a tragédia com Racine e as fábulas com La Fontaine. No fim do século XVII surge uma geração de escritores, como La Bruyère, Fénelon, Bayle e Fontenelle, que anunciam certo espírito crítico, prenunciando novos tempos.

2. Clássico e Barroco

Os pintores, escultores e arquitetos clássicos franceses trabalharam quase só para a monarquia, especialmente para Luís XIV, na construção dos

palácios do Louvre, dos Inválidos e de Versalhes. Os projetos, submetidos ao rei, revelavam o interesse pela ordem, regularidade e grandiosidade.

O *Barroco* irrompeu no século XVII, convivendo com o *Classicismo*, no momento em que o racionalismo científico se tornava dominante. A Itália permanecia o centro da cultura artística, mas influenciada pela temática religiosa, fruto da Contra-Reforma. As representações destacavam a glória dos santos, a cena dos martírios e a evocação dos milagres; e usavam alegorias para dinamizar a fé.

O Barroco firmou-se lentamente depois de Michelangelo, e de certa forma sob sua influência. Por oposição ao Classicismo, que trazia idéia de calma, serenidade, equilíbrio, o Barroco era antes de tudo movimento. Formas sinuosas, cheias, arredondadas, em lugar de linhas retas e geométricas. Contrastes de luz e sombra provocavam ilusão de ótica, aproximando pintura e escultura. O grande pintor italiano nesse estilo foi Caravaggio: seu realismo se impunha pelos violentos contrastes. Mas o maior nome foi o do escultor-arquiteto Bernini, autor das grandes colunas da praça de São Pedro e do baldaquino (cúpula sustentada por colunas), dentro da catedral.

Na parte católica dos Países Baixos espanhóis, Rubens se destaca, ao expressar o sentimento de um povo e a difusão da cultura humanista e cristã, estimulada pelos jesuítas. Ele pinta com iluminação radiosa e capta elementos piedosos do cristianismo, como em *Descida da Cruz*. Mas também pinta quermesses, bacanais e cenas familiares: a vida. Na mesma temática, temos Teniers, enquanto Van Dyck retrata a realeza, Carlos I e a aristocracia inglesa. Franz Hals, Vermeer e Ruysdael representam com propriedade a natureza e os homens. Rembrandt, em telas como *Ronda da*

Noite, dá às figuras humanas uma emoção rara. Ele dominou como ninguém a arte da combinação de luz e sombra.

Na Espanha destacam-se Ribera, Zurbarán e Murillo, com uma pintura dominada pela piedade religiosa popular. Sua *Imaculada Conceição* lhe garantiu sucesso invulgar. O grande mestre espanhol foi Velásquez, que tratou mais de temas profanos. Em *Lanças*, aparece a virtude das grandes composições; nos retratos da família real, ele harmoniza as cores em tons raros.

Questões propostas

1. A partir do que se estruturou a sociedade da época moderna?
2. Quais são os três grandes momentos da cultura na época moderna?
3. Qual o denominador comum que define a tendência geral da cultura nessa época?
4. Cite os principais nomes e feitos do desenvolvimento científico no século XVII.
5. Quais os grandes marcos do avanço intelectual?
6. Quais os dois estilos artísticos que dominam o século XVII? Defina-os.
7. Dentre os pintores notáveis dos Países Baixos católicos, destaque o principal e defina sua obra.
8. Destaque os dois principais pintores espanhóis da época.

Capítulo 59

O sistema da época moderna: as relações internacionais nos séculos XVII e XVIII

Durante os séculos XVII e XVIII, a política internacional continuou girando em torno das tendências imperialistas das várias potências. Para justificar suas atitudes, elas sempre encontravam um pretexto, religioso ou nacionalista. Assim, lutas entre católicos e protestantes abalaram o Império Germânico; e a França reivindicou possessões espanholas, alemãs e holandesas em nome de limites que havia tido na Idade Média.

A hegemonia européia no século XVII coube à França; no século XVIII, à Inglaterra. Problemas coloniais passaram para o primeiro plano nesse período.

1. Conflitos do século XVII

As lutas européias do século XVII foram prolongamentos das guerras religiosas do século anterior e do conflito entre França e Império Germânico, iniciado na época de Francisco I.

A paz do início do século repousava sobre equilíbrio precário. Suécia, Dinamarca, Polônia e Rússia desentendiam-se por questões territoriais. Turcos ameaçavam Alemanha e Itália. Espanha e Império Germânico, aliados tradicionais, opunham-se à França.

Aos conflitos políticos juntavam-se as lutas religiosas: a idéia de tolerância religiosa era estranha aos homens daquela época. No Império Germânico, os príncipes protestantes se organizaram na *Liga Evangélica* para fazer oposição à política do imperador. Então, os príncipes católicos uniram-se na *Liga Sagrada*. Os dois grupos entraram em choque sobretudo na Boêmia, atual República Tcheca, domínio dos Habsburgo, com muitos protestantes. Em 1618, nobres invadiram o castelo de Praga e jogaram pela janela os oficiais representantes do imperador — a *Defenestração de Praga*. Recusaram-se a aceitar

o imperador eleito, Ferdinando II, e escolheram um protestante, Frederico V, como rei da Boêmia. Assim começou a *Guerra dos Trinta Anos* (1618-1648).

Ferdinando II venceu os protestantes e tomou medidas severas: condenou à morte os chefes da revolta, confiscou-lhes os bens, aboliu privilégios políticos e a liberdade de culto, confiscou os domínios de Frederico V e retirou-lhe o direito de eleger o imperador (deixou de ser príncipe eleitor). A questão da Boêmia tornou-se internacional. A França, sentindo-se ameaçada pelo crescimento do Império dos Habsburgo, estimulou a revolta dos protestantes e dos países nórdicos. Apoiada pela Inglaterra e pelos Países Baixos, a Dinamarca entrou na guerra. Vencido duas vezes, o rei dinamarquês Cristiano IV assinou em 1629 a *Paz de Lübeck* (Alemanha).

Estimulada pela promessa de financiamento francês, a Suécia entrou no conflito e derrotou os imperiais em 1632, mas o rei Gustavo Adolfo morreu em consequência de ferimentos sofridos em batalha. Os imperiais então venceram os suecos e, em 1635, a França interveio diretamente no conflito: aliou-se às Províncias Unidas e declarou guerra à Espanha. A Espanha invadiu o sul da França; os aliados invadiram o Império. As revoltas de Portugal, Catalunha (Espanha) e Nápoles (Itália) em 1640 enfraqueceram a Espanha. Os aliados venceram os espanhóis em Rocroi, na França, em 1643; e em 1648 cercaram Viena, capital da Áustria. O imperador entrou então em negociações para terminar a guerra.

2. Reflexos sobre a Europa

Os tratados de paz subsequentes criaram condições para a expansão francesa. O Tratado de Westfália (1648) marcou o fim do poder imperial na Germânia. Ele estabeleceu: liberdade de culto para catolicismo, luteranismo e calvinismo; confirmação do confisco de terras da Igreja (1624); redução da Alemanha a uma confederação de 350 pequenos Estados; garantia de posse da desembocadura dos rios do norte para a Suécia; reconhecimento de independência das Províncias Unidas; os príncipes eleitores continuaram independentes e seu número se elevou a oito; França e Suécia foram consideradas protetoras da liberdade dos príncipes alemães. O tratado marcou o início da

hegemonia da França, pois lhe deu a Alsácia e os domínios habsburgos da região.

Pela *Paz dos Pireneus* (1659), a Espanha deu à França o Luxemburgo e o Rossilhão; e a princesa espanhola Maria Teresa, com um dote de 500 000 escudos de ouro, foi prometida a Luís XIV.

O desenvolvimento industrial e a política protecionista de Colbert levaram a França a um choque com as Províncias Unidas — a *Guerra da Devolução*. Luís XIV iniciou a conquista dos Países Baixos do Sul, que rendeu aos franceses posições na fronteira com a atual Bélgica.

Era indiscutível a supremacia francesa. Mas a política de voltar a ter as fronteiras da Idade Média provocou reações. Contra ela se uniram em 1681 Espanha, Inglaterra, Países Baixos e Império Germânico, na *Liga de Augsburgo* (Baviera). Fim da guerra (1697), os franceses tiveram de devolver vários territórios.

3. Conflitos do século XVIII

Em 1700, Carlos II da Espanha morreu sem deixar herdeiros. O sucessor indicado foi o Duque de Anjou, Filipe V: neto de Luís XIV da França. Esta expansão francesa provocou a formação da *Grande Aliança de Haia* (Países Baixos), que uniu Inglaterra, Países Baixos, Império Germânico e príncipes alemães contra Luís XIV. A Guerra de Sucessão da Espanha foi a mais difícil que a França enfrentou: precisava defender seu território, a Espanha e as colônias francesas e espanholas no ultramar. Os tratados de *Utrecht* (Países Baixos, 1713) e *Rastadt* (Alemanha, 1714) confirmaram Filipe V rei, mas impedido de herdar o trono da França; o Império Germânico ficou com os Países Baixos espanhóis, o Ducado de Milão, o Reino de Nápoles e a Sardenha; a Inglaterra, com a Acádia e a Terra

Nova (terras da França na América do Norte), Gibraltar e Minorca (da Espanha no Mediterrâneo). Os ingleses também ganharam o direito de vender escravos negros às colônias espanholas. A França perdeu algumas colônias mas conservou conquistas anteriores.

O conflito seguinte deu-se entre 1740 e 1748, a propósito da *Sucessão da Áustria*, opondo de um lado Inglaterra, Países Baixos, Áustria e Saxônia e, do outro, França, Prússia e Espanha. Após vitórias de ambos os lados, o *Tratado de Aix-la-Chapelle* manteve as fronteiras intactas.

Inglaterra e Prússia voltaram a guerrear a França, que se aliou a Espanha e Áustria, na Guerra dos Sete Anos. O Tratado de Paris (1763) deu à Inglaterra terras do Canadá e da Flórida (Estados Unidos), além de liberdade de ação nas Índias.

Questões propostas

1. A que se devem os vários conflitos europeus nos séculos XVII e XVIII? A quem coube a hegemonia nos dois séculos?
2. Por que a paz do início do século XVII não foi mantida? Qual o maior conflito do século? Resuma-o.
3. Que conflito sucedeu à Guerra dos Trinta Anos e o que proporcionou à França?
4. O que foi a Liga de Augsburgo?
5. O que foi a Guerra de Sucessão da Espanha no início do século XVIII?
6. O que foi a Guerra dos Sete Anos e o que acarretou?

Capítulo 60

A crise do Antigo Regime: a Revolução Inglesa do século XVII

A Revolução Inglesa do século XVII representou a primeira manifestação de crise do sistema da época moderna, identificado com o absolutismo. O poder monárquico, severamente limitado, cedeu a maior parte de suas prerrogativas ao Parlamento e instaurou-se o regime parlamentarista que permanece até hoje. O processo começou com a *Revolução Puritana* de 1640 e terminou com a *Revolução Gloriosa* de 1688. As duas fazem parte de um mesmo processo revolucionário, daí a denominação de Revolução Inglesa do século XVII e não Revoluções Inglesas.

Esse movimento revolucionário criou as condições indispensáveis para a Revolução Industrial do século XVIII, limpando terreno para o avanço do capitalismo. Deve ser considerado a primeira revolução burguesa da história da Europa: antecedeu em 150 anos a Revolução Francesa.

1. Surgem as condições

A Inglaterra atingiu no século XVII notável desenvolvimento, favorecido pela monarquia absolutista. Henrique VIII e Elizabeth I unificaram o país, dominaram a nobreza, afastaram a ingerência papal, criaram a igreja nacional inglesa, confiscaram terras da Igreja Católica e passaram a disputar os domínios coloniais com os espanhóis. Tais tarefas agradaram à burguesia, mas agora o poder absolutista tornava-se incômodo, pois barrava o avanço da burguesia mercantil. Grande parte dos recursos do Estado vinham da venda de monopólios, como aqueles sobre comércio exterior, sal, sabão, alúmen, arenque e cerveja, que beneficiavam um pequeno grupo, a burguesia financeira. E prejudicavam a burguesia comercial, sem liberdade para suas atividades, e os artesãos, que pagavam caro por alimentos e produtos indispensáveis a seu trabalho. Ao mesmo tempo, a garantia de privilégios às corporações de ofício impedia o aumento da

produção industrial, pois eles limitavam a entrada de novos produtores nas áreas urbanas.

Outro problema econômico estava no campo. A alta de preços e a expansão do consumo de alimentos e matérias-primas, como a lã, valorizaram as terras. Isto despertou a cobiça dos produtores rurais. Eles tentavam aumentar suas posses através dos *cercamentos*, isto é, tentavam transformar em propriedade privada as terras coletivas, devolutas ou sobre as quais havia uma posse precária. Tais ações expulsavam posseiros e criavam grandes propriedades, nas quais se investia capital para aumentar a produção. O Estado, para preservar o equilíbrio social necessário a sua existência, barrava os cercamentos e punha contra si dois setores poderosos: a burguesia mercantil e a nobreza progressista rural, a *gentry*.

No plano político, havia o conflito entre rei e Parlamento. A este, instituído pela Carta Magna de 1215, cabia o poder de direito, isto é, legítimo. Mas os Tudor exerceram o poder de fato, convocando pouco o Parlamento. As classes aí representadas não se opuseram ao absolutismo porque correspondia a seus interesses. O rei promovia desenvolvimento. No século XVII, o Parlamento pretendia transformar seu poder *de direito* em poder *de fato*. O rei correu a legitimar seu poder, que era de fato. Só havia uma forma: considerar o poder real de origem divina, como na França.

A luta política desenvolveu-se então no campo religioso e os reis manipularam a religião para aumentar seu poder. No século XVI, os Tudor haviam dado ênfase ao conteúdo do anglicanismo, isto é, seu lado calvinista, favorecendo a burguesia. Agora, os Stuart ressaltavam a forma católica do anglicanismo, identificando-se com a aristocracia, contra a burguesia. Claro, através do catolicismo era mais fácil justificar a origem divina do poder real. O Parlamento, dominado pela burguesia mercantil e a *gentry*, radicalizou suas posições e identificou-se com o *puritanismo* (forma mais radical do calvinismo), que rejeitava o anglicanismo.

A *Revolução Puritana* foi o resultado da luta entre burguesia e realza pelo controle político do país.

2. Os Stuart e a pré-revolução

Elizabeth morreu em 1603 sem deixar herdeiros e Jaime I, rei da Escócia, assumiu o trono. Ele

procurou estabelecer as *prerrogativas reais* implantando uma monarquia absoluta de direito divino. Perseguiu seitas radicais e até os católicos, que organizaram a *Conspiração da Pólvora* em 1605 (pretendiam explodir Westminster durante um discurso do rei). Os descontentes emigravam para a América do Norte.

A oposição entre rei e Parlamento ficou evidente a partir de 1610. O rei queria uma ocupação feudal na Irlanda; o Parlamento, uma colonização capitalista. Discordaram quanto aos impostos, pois o rei pretendia o monopólio sobre o comércio de tecidos, o que o tornaria independente do Parlamento financeiramente, considerando-se que já possuía rendas de suas próprias terras e de outros monopólios.

Com a morte de Jaime I em 1625, sobe ao trono seu filho Carlos I. Em 1628, guerras no exterior o obrigam a convocar um Parlamento hostil, que lhe impõe a *Petição dos Direitos*. Os membros da casa exigiam o controle da política financeira, controle da convocação do exército e regularidade na convocação do Parlamento, já que lhe negaram a aprovação de rendas fixas. O rei dissolveu o Parlamento, que só voltaria a reunir-se em 1640, ano da Revolução.

Carlos I apoiou-se na *Câmara Estrelada*, tribunal ligado ao Conselho Privado do rei. Dentre seus assessores, destacaram-se o Conde de Strafford e o arcebispo Laud, de Canterbury, responsáveis pela repressão violenta do período. Cresceu a emigração para a América. O rei passou a cobrar impostos caídos em desuso, como o *Ship Money*, instituído em cidades portuárias para combater a pirataria e agora estendido a todo o reino. Como a forma de enquadrar os dissidentes era a política religiosa, Carlos tentou uniformizar o reino, impondo o anglicanismo aos escoceses, calvinistas. Eles se rebelaram e invadiram o norte inglês. O rei convocou o Parlamento em abril de 1640 e o dissolveu em seguida. Em novembro, sem opções, convocou-o de novo. Foi o *Longo Parlamento*, pois manteve-se até 1653.

3. O movimento de 1640

O Parlamento foi duro com o rei. Destruiu a Câmara Estrelada. Strafford foi executado em 1641 e Laud, em 1645. O rei não poderia mais ter exército permanente. O Parlamento se reuniria a

cada três anos independentemente de convocação real; e conduziria a política tributária e religiosa. Acusou o rei de responsável pelo levante na Irlanda católica em 1641 e lhe dirigiu a *Grande Remonstrance* (repreensão). Em janeiro de 1642, o rei foi ao Parlamento e exigiu a prisão de cinco líderes oposicionistas. Houve reação violenta, sustentada nas milícias urbanas convocadas em apoio ao Parlamento: estourava a guerra civil.

O rei fez de Oxford seu quartel-general. Convidou o príncipe Rupert para comandar cerca de 20 000 homens do exército de *cavaleiros*, apoiado por aristocratas do oeste e norte, bem como burgueses inquietos com a desordem popular. Oliver Cromwell organizou em novo estilo o exército do Parlamento, composto sobretudo por camponeses, com apoio da burguesia londrina e da *gentry*: a ascensão se dava não por nascimento, mas por merecimento. Estimulou-se entre os soldados a participação em comitês que debatiam os problemas. Os *cabeças redondas* (porque não usavam perucas) foram decisivos na batalha final de Naseby, em 1645. Carlos I se refugiou na Escócia, foi preso e vendido pelo Parlamento escocês ao Parlamento inglês.

Criou-se novo problema: setores do Parlamento, achando oportuno o momento para um acordo vantajoso com a realeza, passaram a conspirar com o rei contra o exército. Este estava organizado e influenciado por radicais, como os *niveladores*, que queriam evitar a desmobilização e o não-pagamento dos salários, como pretendia o Parlamento. Aprofundou-se a diferença entre os *grandes* do exército e suas bases de niveladores, com projeto avançado para a época. Eles tentaram assumir o controle do exército em 1647 e o rei aproveitou para fugir de novo. O exército se reunificou, prendeu o rei e depurou o Parlamento. Foram presos 47 deputados e excluídos 96: era o *Parlamento Coto (Rump)*. Carlos I foi decapitado em 30 de janeiro de 1649, a Câmara dos Lordes abolida e a República proclamada em 19 de maio.

4. A República e Cromwell

O Parlamento sofreu nova depuração. Um Conselho de Estado, com 41 membros, passou a exercer o Poder Executivo. De fato, quem o exercia era Cromwell; ele procurou eliminar a reação realista que, com apoio escocês, tentava pôr no

trono Carlos II, filho de Carlos I. Cromwell também eliminou os radicais do exército. Os líderes niveladores foram executados; os *escavadores*, do movimento proletário rural que pretendia tomar terras do Estado, da nobreza e do clero anglicano, foram dizimados. Liquidado o movimento mais democrático dentro da Revolução Inglesa, os menos favorecidos ficaram sem esperanças e aderiram a movimentos religiosos radicais, como os *ranter*s e os *seekers*.

Em 1653, foi dissolvido o que restava do Longo Parlamento. Uma nova Constituição deu a Cromwell o título de Lorde Protetor. Tinha poderes tão tirânicos quanto os da monarquia. Ofereceram-lhe a coroa, mas ele recusou: já era um soberano e podia até fazer o sucessor. Para combater os rivais holandeses e fortalecer o comércio exterior inglês, baixou o *Ato de Navegação*. As mercadorias inglesas somente podiam entrar em portos ingleses em navios ingleses ou em navios de seus países de origem. Cromwell governou com rigidez e intolerância, impondo suas idéias puritanas. O filho Richard Cromwell o substituiu após sua morte em 1658 e, pouco firme, foi facilmente deposto em 1659.

5. A Restauração e a Gloriosa

Com apoio do general Monk, comandante das tropas da Escócia, o *Parlamento-Convenção* proclamou Carlos II rei em 1660. Com poderes limitados, ele se aproximou de Luís XIV da França, tornando-se suspeito para o Parlamento. Uma onda contra-revolucionária sobreveio, favorecida por um Parlamento de Cavaleiros, composto por nobres realistas e anglicanos em sua maioria. O corpo de Cromwell foi desenterrado e pendurado na forca. O poeta Milton foi julgado e condenado. Carlos II baixou novos atos de navegação em favor do comércio inglês. Sua ligação com Luís XIV levou-o a envolver-se na Guerra da Holanda. O Parlamento baixou então, em 1673, a *Lei do Teste*, pela qual todos os que exercessem função pública deveriam professar seu antianglicanismo. Surgiram dois partidos: os *whigs*, contra o rei e pró-Parlamento; os *tories*, defensores das prerrogativas reais.

Jaime II, irmão de Carlos II, subiu ao trono mesmo sendo católico. Buscou restaurar o absolutismo e o catolicismo, punindo os revoltosos,

aos quais negava o *habeas-corpus*. Indicou católicos para funções importantes. Em 1688, o Parlamento convocou Maria Stuart, filha de Jaime II e mulher de Guilherme de Orange, governador das Províncias Unidas, para ocupar o trono. Foi um movimento pacífico. Jaime II refugiou-se na França e um novo Parlamento proclamou Guilherme e Maria rei e rainha da Inglaterra.

Os novos soberanos tiveram de aceitar a *Declaração dos Direitos*, baixada em 1689, que decretava: o rei não podia cancelar leis parlamentares e o Parlamento poderia dar o trono a quem lhe aprouvesse após a morte do rei; haveria reuniões parlamentares e eleições regulares; o Parlamento votaria o orçamento anual; inspetores controlariam as contas reais; católicos foram afastados da sucessão; a manutenção de um exército em tempo de paz foi considerada ilegal.

Os ministros passaram a tomar as decisões, sob autoridade do lorde tesoureiro. Funcionários passaram a dirigir o Tesouro e, em época de guerra, orientavam a política interna e externa. Em 1694, formou-se o tripé fundamental para o desenvolvimento do país, com a criação do Banco da Inglaterra: o Parlamento, o Tesouro e o Banco.

Abriam-se as condições para o avanço econômico que resultaria na Revolução Industrial. De um lado, uma revolução na agricultura através dos cercamentos que beneficiou a *gentry*. De outro, a expansão comercial e marítima garantida pelos Atos de Navegação, que atendiam aos interesses da burguesia mercantil. Assim se fez a *Revolução Gloriosa*, que assinalou a ascensão da burguesia ao controle total do Estado.

Questões propostas

1. Por que se diz que a Revolução Inglesa do século XVII foi a primeira revolução burguesa da época moderna? Resuma as condições para que ela se desse.
2. Resuma a Revolução Puritana.
3. Como foi o governo de Cromwell?
4. Como se deu a Restauração?
5. Que acontecimentos se sucederam até que se concluísse a Revolução Gloriosa e o que ela significou?

Capítulo 61

A crise do Antigo Regime: a Revolução Industrial na Inglaterra

A substituição das ferramentas pelas máquinas, da energia humana pela energia motriz e do modo de produção doméstico pelo sistema fabril constituiu a Revolução Industrial; revolução, em função do enorme impacto sobre a estrutura da sociedade, num processo de transformação acompanhado por notável evolução tecnológica.

A Revolução Industrial aconteceu na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e encerrou a transição entre feudalismo e capitalismo, a fase de acumulação primitiva de capitais e de preponderância do capital mercantil sobre a produção. Completou ainda o movimento da revolução burguesa iniciada na Inglaterra no século XVII.

1. Etapas da industrialização

Podem-se distinguir três períodos no processo de industrialização em escala mundial:

1760 a 1850 — A Revolução se restringe à Inglaterra, a “oficina do mundo”. Preponderam a produção de bens de consumo, especialmente têxteis, e a energia a vapor.

1850 a 1900 — A Revolução espalha-se por Europa, América e Ásia: Bélgica, França, Alemanha, Estados Unidos, Itália, Japão, Rússia. Cresce a concorrência, a indústria de bens de produção se desenvolve, as ferrovias se expandem; surgem novas formas de energia, como a hidrelétrica e a derivada do petróleo. O transporte também se revoluciona, com a invenção da locomotiva e do barco a vapor.

1900 até hoje — Surgem conglomerados industriais e multinacionais. A produção se automatiza; surge a produção em série; e explode a sociedade de consumo de massas, com a expansão dos meios de comunicação. Avan-

çam a indústria química e eletrônica, a engenharia genética, a robótica.

Artesanato, manufatura e maquinofatura

O *artesanato*, primeira forma de produção industrial, surgiu no fim da Idade Média com o renascimento comercial e urbano e definia-se pela produção independente; o produtor possuía os meios de produção: instalações, ferramentas e matéria-prima. Em casa, sozinho ou com a família, o artesão realizava todas as etapas da produção.

A *manufatura* resultou da ampliação do consumo, que levou o artesão a aumentar a produção e o comerciante a dedicar-se à produção industrial. O manufatureiro distribuía a matéria-prima e o artesão trabalhava em casa, recebendo pagamento combinado. Esse comerciante passou a produzir. Primeiro, contratou artesãos para dar acabamento aos tecidos; depois, tingir; e tecer; e finalmente fiar. Surgiram fábricas, com assalariados, sem controle sobre o produto de seu trabalho. A produtividade aumentou por causa da divisão social, isto é, cada trabalhador realizava uma etapa da produção.

Na *maquinofatura*, o trabalhador estava submetido ao regime de funcionamento da máquina e à gerência direta do empresário. Foi nesta etapa que se consolidou a Revolução Industrial.

O pioneirismo inglês

Quatro elementos essenciais concorreram para a industrialização: *capital, recursos naturais, mercado, transformação agrária*.

Na base do processo, está a Revolução Inglesa do século XVII. Depois de vencer a monarquia, a burguesia conquistou os mercados mundiais e transformou a estrutura agrária. Os ingleses avançaram sobre esses mercados por meios pacíficos ou militares. A hegemonia naval lhes dava o controle dos mares. Era o mercado que comandava o ritmo da produção, ao contrário do que aconteceria depois, nos países já industrializados, quando a produção criaria seu próprio mercado.

Até a segunda metade do século XVIII, a grande indústria inglesa era a tecelagem de lã. Mas a primeira a mecanizar-se foi a do algodão,

feito com matéria-prima colonial (Estados Unidos, Índia e Brasil). Tecido leve, ajustava-se aos mercados tropicais; 90% da produção ia para o exterior e isto representava metade de toda a exportação inglesa, portanto é possível perceber o papel determinante do mercado externo, principalmente colonial, na arrancada industrial da Inglaterra. As colônias contribuíam com matéria-prima, capitais e consumo.

Os capitais também vinham do tráfico de escravos e do comércio com metrópoles coloniais, como Portugal. Provavelmente, metade do ouro brasileiro acabou no Banco da Inglaterra e financiou estradas, portos, canais. A disponibilidade de capital, associada a um sistema bancário eficiente, com mais de quatrocentos bancos em 1790, explica a baixa taxa de juros; isto é, havia dinheiro barato para os empresários.

Depois de capital, recursos naturais e mercado, vamos ao quarto elemento essencial à industrialização, a transformação na estrutura agrária após a Revolução Inglesa. Com a *gentry* no poder, dispararam os cercamentos, autorizados pelo Parlamento. A divisão das terras coletivas beneficiou os grandes proprietários. As terras dos camponeses, os *yeomen*, foram reunidas num só lugar e eram tão poucas que não lhes garantiam a sobrevivência: eles se transformaram em proletários rurais; deixaram de ser ao mesmo tempo agricultores e artesãos.

Duas consequências se destacam: 1) diminuiu a oferta de trabalhadores na indústria doméstica rural, no momento em que ganhava impulso o mercado, tornando-se indispensável adotar nova forma de produção capaz de satisfazê-lo; 2) a proletarianização abriu espaço para o investimento de capital na agricultura, do que resultaram a especialização da produção, o avanço técnico e o crescimento da produtividade.

A população cresceu, o mercado consumidor também; e sobrou mão-de-obra para os centros industriais.

2. A produção se mecaniza

As invenções não resultam de atos individuais ou do acaso, mas de problemas concretos colocados para homens práticos. O invento atende à necessidade social de um momento; do contrário, nasce morto. Da Vinci imaginou a máquina a

vapor no século XVI, mas ela só teve aplicação no século XVIII.

Para alguns historiadores, a Revolução Industrial começa em 1733 com a invenção da *lançadeira volante*, por John Kay. O instrumento, adaptado aos teares manuais, aumentou a capacidade de tecer; até ali, o tecelão só podia fazer um tecido da largura de seus braços. A invenção provocou desequilíbrio, pois começaram a faltar fios, produzidos na roca. Em 1767, James Hargreaves inventou a *spinning jenny*, que permitia ao artesão fiar de uma só vez até oitenta fios, mas eram finos e quebradiços. A *water frame* de Richard Arkwright, movida a água, era econômica mas produzia fios grossos. Em 1779, Samuel Crompton combinou as duas máquinas numa só, a *mule*, conseguindo fios finos e resistentes. Mas agora sobravam fios, desequilíbrio corrigido em 1785, quando Edmond Cartwright inventou o tear mecânico.

Cada problema surgido exigia nova invenção. Para mover o tear mecânico, era necessária uma energia motriz mais constante que a hidráulica, à base de rodas-d'água. James Watt, aperfeiçoando a máquina a vapor, chegou à máquina de movimento duplo, com biela e manivela, que transformava o movimento linear do pistão em movimento circular, adaptando-se ao tear.

Para aumentar a resistência das máquinas, a madeira das peças foi substituída por metal, o que estimulou o avanço da siderurgia. Nos Estados Unidos, Eli Whitney inventou o descaroçador de algodão.

3. A revolução social

A Revolução Industrial concentrou os trabalhadores em fábricas. O aspecto mais importante, que trouxe radical transformação no caráter do trabalho, foi esta separação: de um lado, capital e meios de produção (instalações, máquinas, matéria-prima); de outro, o trabalho. Os operários passaram a assalariados dos capitalistas (donos do capital).

Uma das primeiras manifestações da Revolução foi o desenvolvimento urbano. Londres chegou ao milhão de habitantes em 1800. O progresso deslocou-se para o norte; centros como Manchester abrigavam massas de trabalhadores, em condições miseráveis. Os artesãos, acostu-

mados a controlar o ritmo de seu trabalho, agora tinham de submeter-se à disciplina da fábrica. Passaram a sofrer a concorrência de mulheres e crianças. Na indústria têxtil do algodão, as mulheres formavam mais de metade da massa trabalhadora. Crianças começavam a trabalhar aos 6 anos de idade. Não havia garantia contra acidente nem indenização ou pagamento de dias parados neste caso.

A mecanização desqualificava o trabalho, o que tendia a reduzir o salário. Havia freqüentes paradas da produção, provocando desemprego. Nas novas condições, caíam os rendimentos, contribuindo para reduzir a média de vida. Uns se entregavam ao alcoolismo. Outros se rebelavam contra as máquinas e as fábricas, destruídas em Lancaster (1769) e em Lancashire (1779). Proprietários e governo organizaram uma defesa militar para proteger as empresas.

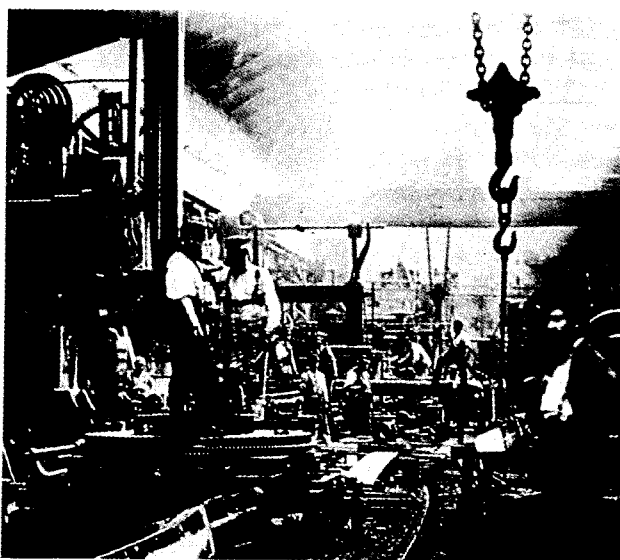
A situação difícil dos camponeses e artesãos, ainda por cima estimulados por idéias vindas da Revolução Francesa, levou as classes dominantes a criar a *Lei Speenhamland*, que garantia subsistência mínima ao homem incapaz de se sustentar por não ter trabalho. Um imposto pago por toda a comunidade custeava tais despesas.

Havia mais organização entre os trabalhadores especializados, como os penteadores de lã. Inicialmente, eles se cotizavam para pagar o enterro de associados; a associação passou a ter

caráter reivindicatório. Assim surgiram as *trade-unions*, os sindicatos. Gradativamente, conquistaram a proibição do trabalho infantil, a limitação do trabalho feminino, o direito de greve.

Questões propostas

1. Que significado teve a Revolução Industrial? Em termos práticos, correspondeu a quê?
2. Destaque os três períodos no processo da Revolução Industrial.
3. Explique: artesanato, manufatura e maquinofatura.
4. Que condições determinaram a Revolução Industrial na Inglaterra?
5. Que conseqüências trouxe para a sociedade o impacto da Revolução Industrial?
6. Que providência as classes dominantes tomaram para conter as revoltas?
7. De que maneira os operários se organizaram para lutar por seus direitos?



Instalações da indústria mecânica, um dos setores que impulsionaram a Revolução Industrial na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XIX.

Capítulo 62

A crise do Antigo Regime: o Iluminismo e o Despotismo Esclarecido

Os escritores franceses do século XVIII provocaram uma revolução intelectual na história do pensamento moderno. Suas idéias caracterizavam-se pela importância dada à razão: rejeitavam as tradições e procuravam uma explicação racional para tudo. Filósofos e economistas procuravam novos meios para dar felicidade aos homens. Atacavam a injustiça, a intolerância religiosa, os privilégios. Suas opiniões abriram caminho para a *Revolução Francesa*, pois denunciaram erros e vícios do Antigo Regime.

As novas idéias conquistaram numerosos adeptos, a quem pareciam trazer luz e conhecimento. Por isto, os filósofos que as divulgaram foram chamados *iluministas*; sua maneira de pensar, *Iluminismo*; e o movimento, *Ilustração*.

1. A ideologia burguesa

O Iluminismo expressou a ascensão da burguesia e de sua ideologia. Foi a culminância de um processo que começou no Renascimento, quando se usou a razão para descobrir o mundo, e que ganhou aspecto essencialmente crítico no século XVIII, quando os homens passaram a usar a razão para entenderem a si mesmos no contexto da sociedade. Tal espírito generalizou-se nos clubes, cafés e salões literários.

A filosofia considerava a razão indispensável ao estudo de fenômenos naturais e sociais. Até a crença devia ser racionalizada. Os iluministas eram deístas, isto é, acreditavam que Deus está presente na natureza, portanto no próprio homem, que pode descobri-lo através da razão.

Para encontrar Deus, bastaria levar vida piedosa e virtuosa; a Igreja tornava-se dispensável. Os iluministas criticavam-na por sua intolerância, ambição política e inutilidade das ordens monásticas.

Os iluministas diziam que leis naturais regulam as relações entre os homens, tal como regulam os fenômenos da natureza. Consideravam

os homens todos bons e iguais; e que as desigualdades seriam provocadas pelos próprios homens, isto é, pela sociedade. Para corrigi-las, achavam necessário mudar a sociedade, dando a todos liberdade de expressão e culto, e proteção contra a escravidão, a injustiça, a opressão e as guerras.

O princípio organizador da sociedade deveria ser a busca da felicidade; ao governo caberia garantir *direitos naturais*: a liberdade individual e a livre posse de bens; tolerância para a expressão de idéias; igualdade perante a lei; justiça com base na punição dos delitos, conforme defendia o jurista milanês Beccaria. A forma política ideal variava: seria a monarquia inglesa, segundo Montesquieu e Voltaire; ou uma república fundada sobre a moralidade e a virtude cívica, segundo Rousseau.

2. Os principais pensadores

Podemos dividir os pensadores iluministas em dois grupos: os *filósofos*, que se preocupavam com problemas políticos; e os *economistas*, que procuravam uma maneira de aumentar a riqueza das nações. Os principais filósofos franceses foram Montesquieu, Voltaire, Rousseau e Diderot.

Montesquieu publicou em 1721 as *Cartas Persas*, em que ridicularizava costumes e instituições. Em 1748, publicou *O Espírito das Leis*, estudo sobre formas de governo em que destacava a monarquia inglesa e recomendava, como única maneira de garantir a liberdade, a independência dos três poderes: *Executivo*, *Legislativo*, *Judiciário*.

Voltaire foi o mais importante. Exilado na Inglaterra, publicou *Cartas Inglesas*, com ataques ao absolutismo e à intolerância e elogios à liberdade existente naquele país. Fixando-se em Ferney, França, exerceu grande influência por mais de vinte anos, até morrer. Discípulos se espalharam pela Europa e divulgaram suas idéias, especialmente o anticlericalismo.

Rousseau teve origem modesta e vida aventureira. Nascido em Genebra, era contrário ao luxo e à vida mundana. Em *Discurso Sobre a Origem da Desigualdade Entre os Homens* (1755), defendeu a tese da bondade natural dos homens, pervertidos pela civilização. Consagrou toda a sua obra à tese da reforma necessária da sociedade corrompida. Propunha uma vida familiar simples; no plano político, uma sociedade baseada na justiça,

igualdade e soberania do povo, como mostra em seu texto mais famoso, *O Contrato Social*. Sua teoria da *vontade geral*, referida ao povo, foi fundamental na Revolução Francesa e inspirou Robespierre e outros líderes.

Diderot organizou a *Enciclopédia*, publicada entre 1751 e 1772, com ajuda do matemático d'Alembert e da maioria dos pensadores e escritores. Proibida pelo governo por divulgar as novas idéias, a obra passou a circular clandestinamente.

Os *economistas* pregaram essencialmente a liberdade econômica e se opunham a toda e qualquer regulamentação. A natureza deveria dirigir a economia; o Estado só interviria para garantir o livre curso da natureza. Eram os *fisiocratas*, ou partidários da fisiocracia (governo da natureza). Quesnay afirmava que a atividade verdadeiramente produtiva era a agricultura.

Gournay propunha total liberdade para as atividades comerciais e industriais, consagrando a frase:

"Laissez faire, laissez passer."

(Deixe fazer, deixe passar.)

O escocês Adam Smith, seu discípulo, escreveu *A Riqueza das Nações* (1765), em que defendeu: nem a agricultura, como queriam os fisiocratas; nem o comércio, como defendiam os mercantilistas; o *trabalho* era a fonte da riqueza. O trabalho livre, sem intervenções, guiado espontaneamente pela natureza.

de justiça. O rei exigia obediência mas dava total liberdade de expressão. Estimulou a economia, adotando medidas protecionistas, apesar de contrárias às idéias iluministas. Preservou a ordem: a Prússia permaneceu um Estado feudal, com servos sujeitos à classe dominante, dos proprietários.

O Estado que mais fez propaganda e menos praticou as novas idéias foi a Rússia. Catarina II (1762-1796) atraiu filósofos, manteve correspondência com eles, muito prometeu e pouco fez. A czarina deu liberdade religiosa ao povo e educou as altas classes sociais, que se afrancesaram. A situação dos servos se agravou. Os proprietários chegaram a ter direito de condená-los à morte.

José II (1780-1790) foi o déspota esclarecido típico. Aboliu a servidão na Áustria, deu igualdade a todos perante a lei e os impostos, uniformizou a administração do Império, deu liberdade de culto e direito de emprego aos não-católicos.

O Marquês de Pombal, ministro de Dom José I de Portugal, fez importantes reformas. A indústria cresceu, o comércio passou ao controle de companhias que detinham o monopólio nas colônias, a agricultura foi estimulada; nobreza e clero foram perseguidos para fortalecer o poder real.

Aranda também fez reformas na Espanha: liberou o comércio, estimulou a indústria de luxo e de tecidos, dinamizou a administração com a criação dos intendentes, que fortaleceram o poder do Rei Carlos III.

3. Os novos déspotas

Muitos príncipes puseram em prática as novas idéias. Sem abandonar o poder absoluto, procuraram governar conforme a razão e os interesses do povo. Esta aliança de princípios filosóficos e poder monárquico deu origem ao regime de governo típico do século XVIII, o *despotismo esclarecido*. Seus representantes mais destacados foram Frederico II da Prússia; Catarina II da Rússia; José II da Áustria; Pombal, ministro português; e Aranda, ministro da Espanha.

Frederico II (1740-1786), discípulo de Voltaire e indiferente à religião, deu liberdade de culto ao povo prussiano. Tornou obrigatório o ensino básico e atraiu os jesuítas, por suas qualidades de educadores, embora quase todos os países estivessem expulsando-os, por suas ligações com o papado. A tortura foi abolida e organizado novo código

Questões propostas

1. O que foi o Iluminismo e onde desembocou o caminho aberto por seus adeptos?
2. Qual era a posição dos iluministas a respeito dos homens é de Deus, da natureza e da sociedade?
3. Como podemos dividir os pensadores iluministas?
4. Cite os quatro principais filósofos franceses iluministas e suas obras.
5. Quais os principais economistas do Iluminismo e o que defendiam?
6. Quem foram os déspotas esclarecidos? Quais os mais importantes? Defina cada um.

Capítulo 63

A crise do Antigo Regime: a Independência dos Estados Unidos

A Independência dos Estados Unidos é considerada a primeira revolução americana (a segunda foi a Guerra de Secessão, também nos Estados Unidos). Ela foi um marco na crise do Antigo Regime porque rompeu a unidade do sistema colonial.

As treze colônias americanas se formaram a partir do século XVII. Nos fins do século XVIII, havia 680 000 habitantes no norte, ou Nova Inglaterra: Massachusetts, Nova Hampshire, Rhode Island e Connecticut; 530 000 no centro: Pensilvânia, Nova York, Nova Jersey e Delaware; e 980 000 no sul: Virgínia, Maryland, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia. Ao todo, mais de 2 milhões de colonizadores.

1. Desenvolvimento desigual

No centro-norte, predominavam a pequena e média propriedades, tocadas por europeus exilados por motivos políticos ou religiosos. Havia também o trabalho de servos temporários, que trabalhavam de quatro a sete anos para pagar o transporte para a América, financiado pelos proprietários carentes de mão-de-obra. Seus produtos eram semelhantes aos europeus; apenas madeira, produtos de pesca e petrechos navais atraíam o interesse do importador inglês. Isto desestimulou o comércio da Inglaterra com a região, pois, não havendo carga de torna-viagem, o frete ficava caro. Assim, apesar da proibição de manufaturas nas colônias, os ingleses permitiram aos colonos do centro-norte uma quase autonomia industrial.

Manufaturas e policultura trouxeram desenvolvimento econômico e o excedente logo buscou os mercados do sul, dependente da metrópole, para onde exportava tabaco, anil e algodão e de onde importava manufaturados e demais produtos. Com esse tipo de economia, no sul prevalecia a grande propriedade escravista, com reduzido trabalho livre e monocultura voltada à exportação.

Já os nortistas ultrapassaram as fronteiras coloniais. Organizaram *triângulos comerciais*. O mais conhecido começava com o comércio de peixe, madeira, gado e produtos alimentícios com as Antilhas, onde compravam melaço, rum e açúcar. Em Nova York e Pensilvânia, transformavam o melaço em mais rum, que trocavam por escravos na África. Os escravos iam para as Antilhas ou colônias do sul. Outro triângulo começava na Filadélfia, Nova York ou Newport, com carregamentos que trocavam na Jamaica por melaço e açúcar; levavam estes produtos para a Inglaterra e trocavam por tecidos e ferragens, trazidos para o ponto inicial do triângulo. Também foi muito ativo o triângulo iniciado com o transporte de peixe, cereais e madeira para Espanha e Portugal, de onde levavam para a Inglaterra sal, frutas e vinho, trocados por manufaturados que traziam de volta à América.

As leis inglesas de navegação não impediam o desenvolvimento da colônia porque não eram aplicadas. Mas quando o comércio colonial começou a concorrer com o comércio metropolitano, surgiram atritos que culminaram com a emancipação das treze colônias.

2. Nova política: os atos

O crescimento do comércio colonial fez a Inglaterra mudar de política. Um dado conjuntural contribuiu para a mudança: a *Guerra dos Sete Anos* (1756-1763), entre Inglaterra e França. Vencedora, a Inglaterra se apossou de grande parte do Império Colonial Francês, especialmente terras a oeste das treze colônias americanas. O Parlamento inglês decidiu que os colonos deviam pagar parte dos custos da guerra. O objetivo era aumentar as taxas e os direitos da Coroa na América. Os ingleses também eram movidos pelo comportamento dos colonos, que não haviam colaborado com material e homens; ao contrário, aproveitaram a guerra para lucrar, comerciando com os franceses no Canadá e nas Antilhas.

A política repressiva dos ingleses, aliada a fatores culturais, como a influência do iluminismo, teve papel importante no processo revolucionário americano. George Grenville, primeiro-ministro inglês, decidiu colocar na colônia uma força militar de 10 000 homens, acarretando uma despesa de 350 000 libras. O Parlamento inglês

aprovou duas leis para arrecadar um terço da quantia: a *Lei do Açúcar* (Sugar Act) e a *Lei do Selo* (Stamp Act).

O Sugar Act (1764) prejudicava os americanos, pois taxava produtos que não viessem das Antilhas Britânicas e acrescentava vários produtos à lista dos *artigos enumerados*, que só poderiam ser exportados para a Inglaterra. O Stamp Act (1765) exigia a selagem até de baralhos e dados. Os colonos protestaram, argumentando que se tratava de imposto *interno*, e não externo como de costume, e que não tinham representação no Parlamento que havia votado a lei. Reuniu-se então em Nova York, em 1765, o *Congresso da Lei do Selo*, que, declarando-se fiel à Coroa, decidiu boicotar o comércio inglês. Os comerciantes ingleses pressionaram o Parlamento e a Lei do Selo foi revogada.

Os colonos continuaram contestando o direito legislativo do Parlamento inglês. Recusaram-se a cumprir a *Lei de Aquartelamento* (1765), que exigia dos colonos alojamento, víveres e transporte para as tropas enviadas à colônia.

Ao substituir Grenville, o primeiro-ministro Charles Townshend baixou em 1767 atos baseados num princípio: se os colonos não queriam pagar impostos internos, pagassem então os externos, isto é, impostos sobre produtos importados, como chá, vidro, papel, zarcão, corantes. Era impossível burlar a lei, diante da criação da Junta Alfandegária Americana, que ainda executaria os odiados Mandados de Busca. O boicote funcionou novamente e o comércio inglês se reduziu a um terço do normal. Mais uma vez os importadores agiram e, em 1770, foram abolidos os *Atos Townshend*, exceto o imposto sobre o chá.

A crise explodiu em 1773 com a *Lei do Chá* (Tea Act), que dava o monopólio desse comércio à Companhia das Índias Orientais, onde vários políticos ingleses tinham interesses. A Companhia transportaria o chá diretamente das Índias para a América. Os intermediários tiveram grande prejuízo e ficou aberto um precedente perigoso: quem garantia que o mesmo não seria feito com outros produtos? A reação não demorou. No porto de Boston, comerciantes disfarçados de índios *mohawks* destruíram trezentas caixas de chá tiradas dos barcos, no episódio conhecido como *A Festa do Chá de Boston* (The Boston Tea Party).

Se o Parlamento cedesse, jamais recuperaria o controle da situação. Agiu energicamente. Votou as *Leis Intoleráveis* em 1774: o porto de Boston

estava interditado até o pagamento dos prejuízos; funcionários ingleses que praticassem crimes durante as investigações seriam julgados em outra colônia ou na Inglaterra; o governador de Massachusetts teria poderes excepcionais; tropas inglesas ficariam aquarteladas em Boston.

Até aqui está evidente a oposição dos grupos mercantis da colônia aos ingleses, bem como as causas. Mas por que os agricultores ficaram ao lado dos comerciantes contra a metrópole?

Até 1763, o governo inglês havia estimulado a ocupação das terras rumo ao oeste, como forma de combater as pretensões francesas e espanholas. Desaparecidas as ameaças, seria preferível conter a população no litoral, para facilitar o controle político-fiscal. Além disso, os ingleses controlavam o comércio de peles com os índios e não desejavam a intromissão dos colonos. Por fim, agora que as terras estavam valorizadas, a Coroa podia passar a vendê-las. Tais motivos explicam a *Proclamação Régia de 1763*, que demarcava as terras além dos Aleghanis como reserva indígena. Em 1764, a Coroa completou a política de contenção do pioneirismo com o *Ato de Quebec*, pelo qual o governador de Quebec passaria a controlar grande parte das terras do centro-oeste.

Os pioneiros iam vendendo suas terras e avançando sobre terras virgens. As novas leis decretavam sua falência. O grande proprietário sulista, também sempre endividado com o comerciante importador e exportador da Inglaterra, sofreria igual destino, pois só se salvava ocupando novas terras. A *Lei da Moeda* (Currence Act) de 1764, proibindo a emissão de dinheiro na colônia, limitava a alta de preços dos produtos agrícolas e tornava ainda mais difícil a situação dos plantadores.

3. O longo processo (1776-1783)

O processo da Independência tem importante antecedente em setembro de 1774, quando as Leis Intoleráveis determinaram a convocação do *Primeiro Congresso Continental de Filadélfia*, de caráter não-separatista. Ele enviou petição ao rei e ao Parlamento pedindo a revogação daquelas leis, em nome da igualdade de direitos dos colonos. Em 1775, um conflito em Lexington provocou a morte de alguns colonos e eles passaram a organizar-se militarmente.

O rei declarou os americanos em rebelião e os colonos passaram à revolta aberta. Um panfleto de Tom Paine, *Bom Senso*, exortava à luta por liberdade. Em 1776, a Virgínia tomou a iniciativa e declarou-se independente, com uma explícita *Declaração dos Direitos do Homem*. O Segundo Congresso de Filadélfia, reunido desde 1775, já manifestava caráter separatista. George Washington, da Virgínia, foi nomeado comandante das tropas americanas e encarregou uma comissão, liderada por Thomas Jefferson, de redigir a *Declaração da Independência*. Em 4 de julho de 1776, reunidos na Filadélfia, delegados de todos os territórios promulgaram o documento, com mudanças introduzidas por Benjamin Franklin e Samuel Adams.

A Guerra da Independência começa em março de 1775: os americanos tomam Boston. Tinham força de vontade, mas interesses divergentes e falta de organização. Das colônias do Sul, só a Virgínia agia com decisão. Os canadenses permaneceram fiéis à Inglaterra. Os voluntários do exército, alistados por um ano, volta e meia abandonavam a luta para cuidar de seus afazeres. Os oficiais, geralmente estrangeiros, não estavam envolvidos no conflito. Vencidos em Nova York e Filadélfia (1777), os colonos ganharam novo ânimo ao ganhar a batalha de Saratoga.

A intervenção francesa foi decisiva. Os franceses estavam afinados com os ideais de liberdade do movimento, estimulados pela propaganda feita por Franklin e motivados pela intenção de golpear a Inglaterra, que lhes havia imposto pesadas perdas em 1763. Assinaram um tratado, transferindo dinheiro aos americanos e buscando a aliança dos espanhóis contra os ingleses. Com a ajuda marítima francesa, a guerra ampliou-se para o Caribe e as Índias. Em 1779, La Fayette conseguiu a liberação de 7 500 franceses comandados pelo general Rochambeau. Em 1781, sitiado em Yorktown, o exército inglês capitulou.

O *Tratado de Versalhes*, em 1783, reconheceu a independência dos Estados Unidos da América, com fronteiras nos Grandes Lagos e no Mississípi. A França recuperou Santa Lúcia e Tobago nas Antilhas e seus estabelecimentos no Senegal. A Espanha recebeu a ilha de Minorca e a região da Flórida.

Em 1787, os Estados Unidos proclamaram sua primeira Constituição. Resumia a tendência *republicana* defendida por Jefferson, que queria grande autonomia política para os Estados membros da federação; e a tendência *federalista*, que lutava por um poder central forte. O presidente seria eleito pelo período de quatro anos por representantes das Assembléias dos cidadãos. Duas casas comporiam o *Congresso*: a *Câmara dos Representantes*, com delegados de cada Estado na proporção de suas populações; e o *Senado*, com dois representantes por Estado. O Congresso votaria leis e orçamentos. O Senado velaria pela política exterior principalmente. Uma *Corte Suprema* composta por nove juizes indicados pelo presidente resolveria os conflitos entre Estados e entre estes e a União. Em suas linhas mestras, tais princípios constitucionais permanecem até hoje.

Questões propostas

1. Quantos habitantes tinham as treze colônias dos Estados Unidos no fim do século XVIII? Elas se desenvolveram por igual? Explique.
2. Explique os triângulos comerciais, dando um exemplo.
3. Que fatores, além do desenvolvimento comercial da colônia, levaram a Inglaterra a mudar sua política em relação à América?
4. Que fator fundamental se associou à política repressiva inglesa para determinar o processo de Independência dos Estados Unidos? Através de que se expressou a política repressiva?
5. Resuma numa frase: a) Sugar Act; b) Stamp Act; c) Lei de Aquartelamento; d) Atos Townshend; e) Tea Act; f) Leis Intoleráveis; g) Ato de Quebec; h) Currency Act; i) The Boston Tea Party.
6. Resuma a Guerra da Independência dos Estados Unidos.